



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA
DO ESPAÇO – PPGeo/UEMA**

JOSÉ RIBAMAR DA COSTA FILHO

**PENSAR A PAISAGEM, FAZER ROTEIRO TURÍSTICO: PELOS CAMINHOS DO
BAIRRO DO DESTERRO, CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA**

**São Luís – MA
2025**

JOSÉ RIBAMAR DA COSTA FILHO

**PENSAR A PAISAGEM, FAZER ROTEIRO TURÍSTICO: PELOS CAMINHOS DO
BAIRRO DO DESTERRO, CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, da Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Socioterritoriais, Modernizações e Desigualdades.

Orientador: Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Elisabete de Fátima Farias Silva

São Luís – MA

2025

JOSÉ RIBAMAR DA COSTA FILHO

Costa Filho, José Ribamar da.

Pensar a paisagem, fazer roteiro turístico: pelos caminhos do Bairro do Desterro, Centro Histórico de São Luís-MA / José Ribamar da Costa Filho. – São Luís, MA, 2025.

154 f

Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo/UEMA) – Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Elisabete de Fátima Farias Silva.

1.Geografia. 2.Turismo. 3.Patrimônio Cultural. 4.Bairro do Desterro. 5.Centro Histórico. I.Título.

CDU: 338.483(812.1)

Elaborado por Cássia Diniz – CRB 13/910

**PENSAR A PAISAGEM, FAZER ROTEIRO TURÍSTICO: PELOS CAMINHOS DO
BAIRRO DO DESTERRO, CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão – PP GEO

Prof.^a Dr.^a Elisabete de Fátima Farias Silva (Coorientadora)

Universidade Estadual do Maranhão – PP GEO

Prof.^a Dr.^a Camila de Brito A. Benatti Braga (Examinadora Externa)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – PP GEO

Prof.^a Dr.^a Ana Rosa Marques (Examinadora Interna)

Universidade Estadual do Maranhão – PP GEO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aqueles que estão comigo desde o início nesta nem sempre fácil missão de evoluir: minha família: meus pais, Bertolina de Jesus e José Ribamar, e meus irmãos, Karina, André, Karolina e Walfredo. Muito obrigado por terem contribuído de inúmeras maneiras para eu ter chegado até aqui. Tenho me esforçado para retribuir todo o amor e apoio que sempre recebi.

Aos amigos que fazem parte deste caminho tortuoso que é viver e que, por o desejarmos prazeroso, buscamos em outras almas compartilhar as dores e as delícias da vida. Gilza, Thaíse, Augusto, Thalisse, Gilvânia, Márcio e Adriano, obrigado por fazerem parte dos bons e maus momentos, das conquistas, frustrações, reclamações, sorrisos e vivências compartilhadas.

Agradeço à Universidade Estadual do Maranhão, enquanto instituição pública de ensino, por proporcionar esta oportunidade. Nestes tempos sombrios em que vemos a humanidade, mais uma vez, questionar a ciência, a educação e a solidariedade nas quais o Estado tem papel de mediador das relações sociopolíticas, é fundamental defender a universidade pública.

A meus dedicados orientadores, José Arilson e Elisabete Silva (Lisa), por toda contribuição, dedicação e paciência para desenvolver e concluir este estudo, suas admiráveis missões de professores foram cumpridas com sucesso.

Um agradecimento ao professor e atual Secretário Municipal de Turismo, Saulo Ribeiro, por criar esta oportunidade de cursar o mestrado, por mim tão sonhado, contribuindo desde o processo inicial de seleção no PPGeo/UEMA.

Aos meus colegas de turma por compartilharem os muitos momentos de angústias e aprendizados, em especial Nayane e Joquebede, com as quais estive mais próximo nestas trocas acadêmicas e pessoais.

A todo o corpo técnico do PPGeo, onde a incansável Nana conseguiu heroicamente com sua simpatia nos fazer cumprir nossas obrigações.

Aos colegas do Projeto “Inventário Participativo como Instrumento para Identificação e Gestão do Patrimônio Cultural”, cujas discussões, pesquisas e vivências foram essenciais para delimitar e desenvolver meus estudos.

Aos colegas do Núcleo Marielle e do Grupo Horizonte, pelos enriquecedores debates, leituras e reflexões sobre o mundo da Geografia.

Às professoras Doutoras Camila Benatti e Ana Rosa Marques que compuseram a banca de qualificação e defesa, por aceitarem o convite e pelas contribuições essenciais ao desenvolvimento e amadurecimento da pesquisa.

À comunidade do Bairro do Desterro e de todo o Centro Histórico de São Luís por constituírem um espaço de memória, produção cultural e potencial turístico essenciais para a constituição da identidade de nossa amada cidade.

*Este poema é velho como eu e minha angústia
como o Bairro e a sua igreja
como a cidade e os seus sobrados
como tudo que começou e não tem mais jeito
(...)*

*O tempo inicia seus escombros por trás do poema
Uma rua de estátuas cai sua cinza, cai o seu nada
de muitos séculos*

*E o Rio em si mesmo se afoga, seca em suas areias
a vontade de mar.*

RESUMO

Geografia, turismo e paisagem compõem as noções centrais da presente pesquisa, fundamentada à luz de uma abordagem cultural, tendo como área de estudo o Bairro do Desterro localizado no Centro Histórico de São Luís do Maranhão (CHSL), estabelecendo como objetivo geral pensar os processos históricos que conformam suas espacialidades e temporalidades a partir da elaboração de um roteiro turístico. Como metodologia, elaborou-se o levantamento bibliográfico e discussão teórica na interface Geografia e Turismo, a partir de uma abordagem cultural, elencando conceitos fundamentais nesta análise, como paisagens e patrimônio cultural, roteiros turísticos e turismo e paisagem. O Bairro do Desterro é contextualizado historicamente desde o processo de formação da capital maranhense, seu processo de patrimonialização e as transformações na paisagem, entre elas o aterramento do Rio Bacanga. Tratou-se sobre as paisagens do Desterro, destacando sua relevância histórica e geográfica, enquanto paisagem cultural. Neste processo foram realizadas diversas incursões pelo Bairro; foram entrevistados moradores e trabalhadores do Desterro, além de guias de turismo e agente de viagens atuantes no CHSL. Foi proposto o roteiro turístico Caminhos do Desterro, cuja intenção é desenvolver um itinerário que revele a diversidade patrimonial da paisagem do Bairro. Como exercício prático foi realizado um roteiro pelo Bairro com acadêmicos do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. A experiência permitiu afirmar a riqueza da paisagem, da cultura, história e patrimônio do Desterro, mas também as carências como a falta de incentivos através de políticas de preservação, moradia e infraestrutura, sendo o turismo uma possibilidade de desenvolver formas inovadoras e criativas de olhar sobre o Bairro. Por fim conclui-se que foi possível perceber, através destes processos históricos do Bairro do Desterro, a dinâmica de formação de suas paisagens a partir dos elementos necessários para a elaboração de um roteiro turístico.

Palavras-chave: Geografia; Turismo; Patrimônio Cultural; Bairro do Desterro; Centro Histórico.

RÉSUMÉ

La géographie, le tourisme et le paysage constituent les notions centrales de cette recherche, basée sur une approche culturelle, avec le Quartier Desterro situé dans le Centre Historique de São Luís do Maranhão (CHSL) comme zone d'étude. L'objectif général est de reconnaître les problèmes impliqués dans le quartier face aux processus historiques qui façonnent ses spatialités et ses temporalités. La méthodologie repose sur une recherche bibliographique et une discussion théorique réalisées à l'interface entre la géographie et le tourisme, et basées sur une approche culturelle, qui prend en compte des concepts fondamentaux dans cette analyse, tels que les paysages et le patrimoine culturel, les itinéraires touristiques et le tourisme et le paysage. Le Quartier Desterro est contextualisé historiquement depuis le processus de formation de la capitale du Maranhão, son processus de patrimonialisation et les transformations du paysage, parmi lesquelles le remplissage de la rivière Bacanga. Les paysages du Quartier Desterro ont été étudiés, soulignant leur pertinence historique et géographique, en tant que paysage culturel. Dans ce processus, plusieurs incursions ont été menées dans le Quartier. Des résidents et des travailleurs de Desterro ont été interviewés, ainsi que des guides de tourisme et des agents de voyages travaillant au CHSL. La route touristique Caminhos do Desterro a été proposée. L'intention est de développer un itinéraire qui révèle la diversité patrimoniale du paysage du quartier. En guise d'exercice pratique, une visite du quartier a été réalisée avec des élèves du cours de Géographie de l'Université de l'État du Maranhão. L'expérience nous a permis d'affirmer la richesse du paysage, de la culture, de l'histoire et du patrimoine de Desterro, mais aussi les lacunes telles que le manque d'investissements à travers des politiques de préservation, d'habitation et d'infrastructures, offrant ainsi au tourisme la possibilité de développer un regard innovant et créatif sur le quartier. Enfin, nous pouvons conclure qu'il est possible de percevoir, à travers ces processus historiques du Quartier Desterro, la dynamique de la formation de ses paysages à partir des éléments nécessaires à l'élaboration d'un itinéraire touristique.

Mots clés: Géographie; Tourisme; Paysage; Patrimoine Culturel; Desterro, Centre Historique de São Luís do Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa do <i>Handbook of the trip</i> , roteiro da agência Thomas Cook.....	39
Figura 2: Mapa de São Luís de 1647, com o traçado urbano original de Francisco Frias de Mesquita.....	46
Figura 3: Mapa da cidade de São Luís do Maranhão, em 1844.....	51
Figura 4: Mapa do Centro Histórico de São Luís e as respectivas zonas de tombamento	55
Figura 5: Mapa do Desterro e suas zonas de tombamento.....	56
Figura 6: Divulgação do Roteiro “Quilombo Cultural”	74
Figura 7: Divulgação do Roteiro “Caminho Ancestral”, idealizado pelo Instituto da Cor ao Caso com parceria do Guia Negro	74
Figura 8: Mapa onde são traçados os percursos de cinco diferentes roteiros no Centro Histórico de São Luís.....	81
Figura 9: Mapa do roteiro proposto “Caminhos do Desterro”	84
Figura 10: Cartaz de divulgação da inauguração do Museu do Áudio Visual no Maranhão (MAVAM).....	113
Figura 11: Imagens referentes a novembro de 2011, correspondentes à Praça das Mercês e à Fábrica da Cidade	118

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Marco Polo com seu livro e mapas em um mosaico do Palazzo Tursi, Itália.....	38
Imagem 2: Casarão em estado ruim de conservação, Rua da Palma.....	53
Imagem 3: Morada inteira em estado de abandono, Rua da Manga.....	53
Imagem 4: Lixo e descuido nas paisagens do Bairro do Desterro, ruas Formosa e Lapa	54
Imagem 5: Casas de comércio fechadas na outrora movimentada Rua Jacinto Maia	55
Imagem 6: Tambor de Crioula Os Onças	57
Imagem 7: Rio Bacanga banha o Bairro do Desterro em imagem do início do século XX	58
Imagem 8: Vista aérea do Centro de São Luís com o Desterro em primeiro plano (anos 1970)	58
Imagem 9: Embarcações de pesca ancoradas no Portinho	61
Imagem 10: Vista do local onde está hoje a Praça das Mercês no ano de 2019	86
Imagem 11: Festival Zabumbada realizado na Praça das Mercês desde sua revitalização	90
Imagem 12: Monumento à Diáspora Africana no Maranhão	91
Imagem 13: Painéis 1 e 2 do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão.....	92
Imagem 14: Painéis 2 e 3 do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão.....	92
Imagem 15: Painéis 5 e 6 do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão.....	93
Imagem 16: Painéis 7 e 8 do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão.....	93
Imagem 17: Praça das Mercês - antigo porto de navios negreiros no Desterro	94
Imagem 18: Fachada do Solar dos Vasconcelos e seu acervo	95
Imagem 19: Solar dos Vasconcelos antes do restauro em 2001	96
Imagem 20: Fachada da Cafua das Mercês.....	97
Imagem 21: Acervo da Cafua das Mercês - Escultura Iorubá (Nigéria) e Máscaras Punu (Gabão).....	97
Imagem 22: Imagem recuperada referente à atual Praça Negro Cosme	98
Imagem 23: Atual Praça Negro Cosme	98
Imagem 24: Representações de Catarina Mina, Nã Agotimé e Maria Firmina dos Reis	99

Imagem 25: Pedra com inscrição tratando da construção de cais e rampa na atual Rua da Manga.....	100
Imagem 26: Localização do antigo Trapiche da Rua da Manga.....	100
Imagem 27: Fábrica de gelo na Rua da Manga.....	101
Imagem 28: Monumento em homenagem aos sorveteiros na Praça Nauro Machado, CHSL.....	102
Imagem 29: Fachadas e interior de sorveterias artesanais do Desterro (Ruas da Manga e Lapa)	103
Imagem 30: Praça do Pescador e escultura de Luigi Dovera.....	104
Imagem 31: Avenida Vitorino Freire e Entrepasto Pesqueiro	105
Imagem 32: Portinho visto a partir da Rua da Palma	106
Imagem 33: Imagem do local onde hoje se localiza a avenida Beira-mar.....	106
Imagem 34: Orla do Desterro e suas embarcações nos anos 1970, região conhecida como Portinho	107
Imagem 35: Trabalhadores do Porto de São Luís	108
Imagem 36: Brincantes do Tambor de.....	108
Imagem 37: Beco do Precipício antes do aterramento do Rio Bacanga	109
Imagem 38: Placas dos becos da Caela e do Precipício.....	110
Imagem 39: Fachada da Igreja de São José do Desterro	112
Imagem 40: Maquete da Igreja do Desterro (Exposição do Solar dos Vasconcelos)	112
Imagem 41: Entrada principal do Convento das Mercês	115
Imagem 42: Início do roteiro-teste com alunos participantes (dezembro, 2024)	116
Imagem 43: Exposição sobre o Monumento à Diáspora Africana no Maranhão	117
Imagem 44: Imagem atual da Fábrica da Cidade e da Praça das Mercês com o Memorial da Diáspora Africana no Maranhão (ao fundo à esquerda)	119
Imagem 45: Parada em frente ao Solar dos Vasconcelos.....	120
Imagem 46: Casarões privados, recuperados por seus proprietários, na Rua da Estrela, Desterro	120
Imagem 47: Quarteirões entre as Ruas do Giz e Jacinto Maia	121
Imagem 48: Antes e pós restaurado do casarão pela Prefeitura de São Luís.....	122
Imagem 49: Praça da Liberdade e Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial	123
Imagem 50: Imóvel no cruzamento entre as Ruas da Palma e Jacinto Maia	124

Imagem 51: Calçamento deteriorado na Rua Jacinto Maia	125
Imagem 52: Habitações precárias na Rua Jacinto Maia.....	125
Imagem 53: Cruzamento da Rua da Manga com Rua da Lapa.....	127
Imagem 54: Comércio de artigos portuários e pesca na Rua da Manga.....	128
Imagem 55: Parada em frente à Sorveteria Quero Mais	128
Imagem 56: Praça do Pescador com o Entreposto Pesqueiro ao fundo	129
Imagem 57: Painéis de arte urbana na Praça do Pescador	130
Imagem 58: Paisagismo da Praça do Pescador.....	130
Imagem 59: Margem aterrada do Rio Bacanga	131
Imagem 60: Portinho – antes e após os aterramentos dos anos 70.....	131

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 GEOGRAFIA E TURISMO: UMA ABORDAGEM CULTURAL	21
2.1 Aproximações entre Geografia e Turismo	21
2.1.1 Alguns marcos relevantes nos estudos de Geografia e Turismo	28
2.2 Paisagem e patrimônio cultural enquanto atrativos turísticos	30
2.3 Roteiros turísticos: uma prática espacial de interpretação do mundo	36
3 BAIRRO DO DESTERRO, CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS	42
3.1 Centro Histórico de São Luís: processo de patrimonialização.....	42
3.2 História espacial do Bairro do Desterro	50
3.2.1 Aterramento do Rio Bacanga e transformações da paisagem no Desterro	57
3.3 O Bairro e o turismo a partir da interpretação patrimonial: percepções dos moradores	61
3.4 Por onde se guia (n)o turismo do Centro Histórico de São Luís? Percepções de guias de turismo	73
4 PAISAGENS DO DESTERRO	82
4.1 Proposição de um roteiro turístico: caminhos do Desterro	82
Ponto 1: Praça das Mercês.....	90
Ponto 2: Solar dos Vasconcelos.....	94
Ponto 3: Cafua das Mercês	96
Ponto 4: Antigo trapiche da Rua da Manga	99
Ponto 5: Fábricas de gelo e sorveterias artesanais	101
Ponto 6: Praça do Pescador.....	104
Ponto 7: Portinho	105
Ponto 8: Beco do Precipício.....	109
Ponto 9: Igreja do Desterro e Zé de Lé.....	111
Ponto 10: Convento das Mercês	114

5 REALIZAÇÃO DO ROTEIRO: UM EXERCÍCIO PRÁTICO COM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	116
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICES	153
Apêndice A: Entrevista para guias de turismo	153
Apêndice B: Entrevista para moradores e frequentadores do Bairro do Desterro	154

1 INTRODUÇÃO

Enquanto turismólogo e guia de turismo, minha vida profissional e acadêmica tem sido permeada por questões que envolvem o patrimônio e a cultura do povo maranhense e, em especial, ludovicense. Destaco de início que meu envolvimento com o Centro Histórico de São Luís – CHSL, Patrimônio Mundial desde 1997 pela UNESCO, tem me levado a questões que envolvem a gestão e a preservação do patrimônio cultural da cidade.

A relação com o CHSL remete a minha adolescência, quando flanava simplesmente me perdendo pelas ruas de uma cidade que se mostrava totalmente diferente àquela que eu conhecia e vivia até então em meu cotidiano, no bairro Anjo da Guarda, periferia de São Luís.

Já apaixonado pela arte e história expressas na arquitetura colonial, encantava-me com aquela paisagem do Centro Histórico que remetia a outros tempos. Ali me sentia em um mundo à parte: com pedra de cantaria e azulejos coloridos, com suas casas dispostas regularmente no traçado urbano planejado. As construções dispostas em configuração urbana de outrora me traziam um desejo de ordem reconfortante e pacificadora dos sentidos, materializado numa viagem no tempo.

O CHSL fez-se, então, para mim um conjunto de imagens e ideias de efeito magnético, o qual foi crescendo com o passar do tempo (ainda sonho em morar em um belo casarão na minha histórica cidade). Em outubro de 2015, após uma noite regada a muito Tambor de Crioula na Praça da Faustina, coração da Praia Grande, amanheci inspirado por minha ancestralidade negra e escrevi em uma de minhas redes sociais¹:

Na cultura africana e na religião em específico, o tambor tem o poder de ligar os vivos aos espíritos, de fazer falarem os mortos.

São Luís foi um dos lugares que a história escolheu para ser, ao mesmo tempo, calvário e palco da alma negra.

Algumas décadas atrás o batuque, as matracas, os pandeirões, as zabumbas e as parelhas eram proibidas na "cidade branca". Sua execução era considerada desordem pública, coisa de pobre, coisa de preto.

Hoje a batucada acontece no coração da cidade histórica, na Praça da Catedral, ao lado da prefeitura, na Praia Grande, no meio dos casarões que serviram de morada para os ricos burgueses da capital do rico Estado Colonial do Maranhão e Grão-Pará, a "Lisboa dos Trópicos".

¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/100000349791829/videos/1054995257855457>. Postagem feita no dia 10.10.2015.

Construções tão festejadas por sua relevância patrimonial e sempre lembradas por sua “essência” portuguesa, mas que na verdade estão encharcadas com o suor, o sangue e a dor dos escravizados negros que as puseram de pé.

Hoje, esse patrimônio é o cenário perfeito para que os filhos daqueles negros façam sua festa, toquem e dancem seus tambores, dando voz a todos os espíritos dos mortos que habitam essas casas (que a história, não por acaso, fez questão de manter de pé até hoje), lembrando mais uma vez que aqueles que tentam nos enterrar não se dão conta de que somos sementes.

Não sei se ligações espirituais realmente me conectam ao CHSL, repleto de tantas memórias para o povo de São Luís e do Maranhão, mas me sinto acolhido e lá tenho construído boa parte de minhas vivências - seja trabalhando como guia de turismo, seja como funcionário da Prefeitura de São Luís ou criando memórias e laços afetivos em momentos de sociabilidade.

Entre os anos de 1980 e 1990, presenciei o CHSL com outra dinâmica, a cidade “acontecia” no Centro: grande parte do comércio se concentrava lá, além de várias escolas privadas ou públicas de referência e muitos moradores residentes. Andar pelas ruas do Centro àquela época me parecia um ato prosaico e seguro, não um quase ato de resistência como se converteu posteriormente – devido a mudança de muitos moradores e de comércios para outras áreas que passaram a ser mais valorizadas com o passar dos anos, o que acabou por esvaziar e desvalorizar o CHSL. De fato, um grande pesar para uma área tão significativa classificada como Patrimônio Nacional e Mundial.

No caminho até delimitar a atual pesquisa de mestrado, iniciei o processo de seleção para o Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, no primeiro semestre de 2023, com um projeto que se propunha a analisar as opiniões dos usuários do site *Tripadvisor* (plataforma *online* de avaliação de equipamentos turísticos) sobre o patrimônio histórico de São Luís, com o objetivo de utilizar as informações compartilhadas por turistas como ferramenta de gestão e melhoria do atendimento ao público geral e, em especial, ao turista.

Em um segundo momento, direcionei meu interesse para o estudo do Projeto Reviver, primeiro programa de restauro do Centro Histórico de São Luís, realizado durante a década de 1980, tendo em vista os resultados expressivos na revitalização de alguns pontos do CHSL (com restauro de 200 casarões, proibição de trânsito de carros na Praia Grande, restauração do calçamento e troca de iluminação pública em postes sem fiação elétrica, entre outros).

Com efeito, o interesse em pesquisar o Desterro no mestrado – um dos onze bairros que formam o CHSL – surgiu ao ingressar no PPGeo e acompanhar um projeto que estava se iniciando no mesmo ano: o desenvolvimento do Núcleo São Luís, vinculado ao projeto nacional “Inventário Participativo como Instrumento para Identificação e Gestão do Patrimônio Cultural”. Projeto este financiado pelo CNPq e organizado pela professora dr.^a Maria Teresa Duarte Paes (Unicamp), em parceria com pesquisadores de diversas outras universidades (UEMA, UFPA, UNICAMP, UNIFESP, UFMG, UFRJ, UFPE, UNIRIO, UNB, USP e *Universidad Nacional Autónoma de México*).

O projeto nacional contempla a produção de quatro inventários participativos em sítios com diferentes tipos patrimoniais: Centro Histórico de Belém (PA), Centro Histórico de São Luís (MA), Monólitos de Quixadá e Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, em Tatuí (SP). Os quais tem por desafio realizar localmente a metodologia proposta pelo IPHAN (Florêncio, 2016) de inventariar de modo participativo os patrimônios, tendo por princípio a democratização e o empoderamento das comunidades (Souza; Silva; Marques, 2024).

Ao tornar-me um dos voluntários do núcleo São Luís (de 2023 a 2025), aliei as leituras, discussões, trabalhos de campo e entrevistas com moradores e frequentadores do Desterro proporcionados pelo núcleo para dar novo rumo a minha pesquisa.

Desta forma, o objetivo geral desta dissertação é pensar os processos históricos que conformam as paisagens do Desterro, com diversas espacialidades e temporalidades a partir da elaboração de um roteiro turístico; do qual se desdobram os seguintes objetivos específicos: reconhecer a dinâmica espacial própria do Desterro; compreender como os patrimônios locais são significados pela comunidade; propor um roteiro turístico que valorize o Desterro, enquanto parte significativa da área tombada como patrimônio histórico (UNESCO, em 1997; governo federal, em 1974; governo estadual, em 1986; e governo municipal em 1992), gerando nos participantes do roteiro elaborado a sensibilização de um itinerário que promova o enlace dinâmico entre memória, história, cultura e negritude a partir das paisagens do Desterro.

Ao atrelar Geografia e Turismo, pesquisar o Desterro me permite ampliar a relação que eu, enquanto ludovicense e profissional do turismo, tenho com a dimensão espacial e com o guiamento. Passei a compreender ainda mais no PPGeo que guiar é, também, um modo de criar paisagens na sensibilização das pessoas

contribuindo para a percepção de temporalidades e dinâmicas espaciais. Ao caminhar e parar (Careri, 2013; 2017), um roteiro turístico cria uma paisagem, guiando a percepção espacial a partir de certos marcos e incentivando a articulação histórico-espacial, concreta e material, com as interpretações subjetivas a partir da narrativa escolhida no guiamento. Assim, a abordagem cultural (Claval, 2004; 2012) que embasa essa dissertação privilegia essa construção e interpretação humanas despertada pela dimensão espacial significada nas paisagens.

Segundo Corrêa e Rosendahl (2012, p. 10), o homem captura informações através de seus sentidos, transformando-os por meio de sua capacidade de interpretar, gerando assim significados, mas que por essa capacidade de interpretar e ressignificar, “os dados não são mimeticamente reproduzidos, mas culturalmente interpretados. O papel do geógrafo cultural é o de interpretar os significados que os outros elaboram a respeito da espacialidade humana”.

Outrossim, os sujeitos e a comunidade do Desterro não são agentes passivos, espectadores alheios que apenas observam as condições e estruturas sociopolíticas e culturais, mas sim fazedores e articuladores destas condições. Ou seja, eles constroem, interpretam e significam sua cultura, sua história e seu bairro enquanto sujeitos ativos e atuantes na história e geografia local.

Disso, o turismo pela abordagem cultural ser interessante para se estudar o desenvolvimento regional e as dinâmicas próprias dos espaços, fazendo deste um tema de interesse geográfico: “o turismo materializa-se de forma contundente na lógica da diferenciação geográfica dos lugares e das regiões. Tornou-se assim, importante aos geógrafos para a compreensão do desenvolvimento regional” (Coriolano; Silva, 2005, p. 12).

A virada cultural que se inicia na Geografia nos anos 1970 é uma ruptura com um modelo antigo que acompanha a evolução histórica das ciências humanas no decorrer do século XX, transitando de uma percepção positivista para uma abordagem cultural-humanista que a caracteriza na contemporaneidade, inserido “A diversidade dos componentes da sociedade, as suas sub-culturas são analisadas: culturas dos jovens, das mulheres, dos velhos; culturas do trabalho e culturas do lazer e do turismo; cultura dos grupos dominantes e culturas das minorias e dos marginais” (Claval, 2013, p. 21).

Assim, para Claval (2023), a abordagem cultural é uma metodologia coerente e diversificada que amplia e aprofunda as discussões trazidas pelas ciências sociais. Para as abordagens socioeconômicas e sociopolíticas que pautam as sociedades em ordens e classes, tal abordagem acrescenta o sociocultural, ou seja, o papel dos meios de comunicação na difusão dos saberes, dos conhecimentos, das crenças e das emoções; a significação dos imaginários; e as dinâmicas de identidade. Assim, a dimensão cultural enriquece e complexifica os enfrentamentos socioeconômicos e sociopolíticos com os quais ela constantemente se depara.

Abordar o Desterro como destino turístico certamente enfrenta muitas questões socioeconômicas e sociopolíticas, visto que o bairro apresenta uma série de desafios, como discorro ao longo da dissertação. Todavia, articular esses desafios à dimensão sociocultural tão pulsante no bairro é destacar como o pensar a paisagem, a partir de um roteiro turístico, pode propor novas reflexões, posicionamentos e, inclusive, lutas coletivas e quebras de pré-conceitos.

Por experiência profissional e estudos na área, percebo que os roteiros turísticos pouco acontecem na área do Desterro, apesar de sua riqueza patrimonial (São Luís, 2005). Desta forma, propor um roteiro turístico para a área constitui uma oportunidade de ampliar as possibilidades de desenvolvimento deste tipo de ferramenta turístico/cultural (Souza, 2009; Rocha, 2020) na capital maranhense, contribuir para a inclusão do Bairro no processo de formação do produto turístico da cidade e ressignificar estigmas de exclusão que têm acompanhado e estigmatizado sua comunidade ao longo do tempo (Ferreira, 2005; Silva, 2005). Um processo complexo, uma vez que envolve expectativas e interesses e precisa ser muito bem planejado no sentido de prevenir frustrações e tensões em uma comunidade já marcada por agudos problemas sociais.

Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados na composição da dissertação foram:

- levantamento bibliográfico e discussão teórica acerca da área de estudo e do campo patrimonial, na interface Geografia e Turismo;
- diversas incursões pelo bairro do Desterro entre 2023 e 2025, com membros do núcleo São Luís e em outras oportunidades de forma individual ou em grupo;
- entrevista a 12 moradores e trabalhadores do Desterro (APÊNDICE A);

- questionário online aplicado a 11 guias de turismo e 1 agente de viagens que já trabalham no CHSL (APÊNDICE B);
- proposição do roteiro turístico Caminhos do Desterro: com 10 pontos de paradas, em um itinerário de cerca de 1,3 km no total, com tempo estimado de três horas e meia a quatro horas de duração;
- realização de um roteiro semelhante ao Caminhos do Desterro, um pouco mais flexibilizado por ser um dia de sábado à tarde, com 25 universitários do curso de Licenciatura em Geografia/UEMA, em dezembro de 2024, contabilizando duas horas e meia de duração no total;
- discussão reflexiva a partir das experiências da pesquisa, associando aspectos teóricos e práticos.

Exposto nessa introdução, os anseios iniciais da pesquisa, a relação do pesquisador com a temática e a área de estudo, e os rumos tomados até se configurar os atuais objetivos, a metodologia e procedimentos metodológicos, a dissertação, por fim, se estrutura da seguinte forma:

Geografia e Turismo: uma abordagem cultural articula os principais conceitos, teorias e problemáticas da pesquisa desenvolvida. A articulação entre Geografia e Turismo se dá com base em referências como Almeida (2009), Almirón (2004), Coriolano e Silva (2005), Dias (2006), Figueiredo (2013), Pereira (2022), Pimentel e Castrogiovanni (2015), Sampaio (2005), Silveira (2002), Souza (2009), Souza e Paes (2023). Enquanto a abordagem cultural (Claval, 2004, 2011, 2023; Corrêa e Rosendhal, 2013, 2012, 2014; Zanatta, 2008) comparece como metodologia de pesquisa, com foco nas categorias de paisagem (Berque, 2012; Serpa, 2010; Duncan, 2004; Corrêa, 2011) e patrimônio cultural (Canclini, 1994; Gonçalves, 1996). Os roteiros turísticos, enquanto prática de interpretação do mundo (Careri, 2013; Cisne e Gastal, 2011; Fernandes, Machado e Silva, 2021) e o afroturismo (Souza, 2022; Cruz e Leoti, 2023; Oliveira, 2022; Rodrigues, 2021) encerram esse capítulo, aproximando-se mais da delimitação da pesquisa que se aprofundará nos capítulos seguintes.

Bairro do Desterro, Centro Histórico de São Luís contextualiza o histórico de formação da capital maranhense (Andrès, 2006; Lopes, 2008), a consolidação da área que é historicamente chamada de Desterro (Barros, 2005; São Luís, 2005), com destaque para o processo de aterramento do Rio Bacanga na paisagem e o processo de patrimonialização a nível mundial, nacional e municipal (Andrès, 2006). Ressalto a

percepção dos moradores quanto a turismo e patrimônio cultural no Desterro, a partir das incursões no bairro e entrevistas com a comunidade, que trouxe algumas reflexões da relação dos entrevistados com a paisagem do Desterro (Besse, 2014; Relph, 1976; Castello, 2005). Na sequência, ressalto a percepção de guias de turismo que trabalham no CHSL, a partir da análise dos questionários aplicados a esses profissionais enquanto agentes espaciais envolvidos diretamente nas práticas e narrativas turísticas ofertadas, destacando novas tendências relacionadas ao turismo de base comunitária e afroturismo (Sampaio, 2005; Souza, 2022; Cruz e Leoti, 2023; Oliveira, 2022; Rodrigues, 2021).

Paisagens do Desterro propõe, a partir dos estudos e experiências desenvolvidos na pesquisa e das minhas experiências pessoais no CHSL e no Bairro do Desterro, um roteiro, nomeado Caminhos do Desterro. O roteiro se propõe acima de tudo revelar a riqueza da diversidade de experiências culturais que o Bairro pode dispor a visitante (local ou forasteiro), não se resumindo a espaços tradicionalmente considerados como “turísticos”, mas propondo uma experiência que permita desbravar caminhos que revelam as espacialidades do Bairro (Ferreira, 2005, Silva, 2005) revelada, por exemplo na hierarquização entre a parte “de cima” de a “de baixo” (o Portinho). Também procurei valorizar a memória negra do Bairro, uma vez ser esta a população que caracterizou historicamente a comunidade, sem, no entanto, deixar de fora monumentos reconhecidamente advindos das elites coloniais, como o Convento das Mercês e o casario histórico, que constituem, também, patrimônio cultural do Desterro (Andrès, 2008; Lopes, 2008; IPHAN, 2005), agregando valor a uma experiência turística que proponho o mais abrangente possível. Foi também utilizado o repositório do Projeto Nacional de Inventário Participativo para as informações do roteiro.

Realização do roteiro: um exercício prático com universitários do curso de licenciatura em geografia, onde relato a experiência de um piloto do roteiro proposto, quando realizei, com uma turma de licenciatura em Geografia da UEMA, uma aula de campo seguindo os parcialmente os passos do roteiro proposto “Caminhos do Desterro”. Para dinamizar o processo de caminhar e perceber a paisagem, partindo dos princípios de interpretação patrimonial (Murta; Albano, 2002), utilizei registros de imagens (IPHAN, *Google Maps* e Gautherot, 1950) no sentido de despertar o olhar, aguçar a curiosidade e provocar os participantes neste exercício de perceber a paisagem do Bairro. A experiência confirmou as múltiplas possibilidades

de apreensão que as paisagens do Desterro podem trazer a um visitante, surpreendendo, ensinando e enriquecendo uma caminhada mediada através dos patrimônios no Bairro.

2 GEOGRAFIA E TURISMO: UMA ABORDAGEM CULTURAL

Neste capítulo, articulam-se os principais conceitos, teorias e problemáticas que fundamentam a pesquisa, com destaque para a interlocução entre Geografia e Turismo. A abordagem cultural é adotada como metodologia de investigação, com ênfase nas categorias de paisagem e patrimônio cultural. Por fim, os roteiros turísticos, compreendidos como práticas de interpretação do mundo, e o afroturismo são discutidos como elementos que contribuem para a delimitação do objeto de estudo.

2.1 Aproximações entre Geografia e Turismo

A Geografia, enquanto ciência que estuda as relações construídas entre o homem e o espaço, é uma das mais relevantes bases para o estudo do turismo, uma vez que este se constitui do deslocamento de pessoas na superfície da Terra, gerando implicações profundas neste processo de migração e permanência temporárias nos lugares, transformando e produzindo o espaço, que, portanto, é uma dimensão central da atividade turística (Almirón, 2004).

Neste sentido, esta pesquisa se apoia nos princípios da abordagem cultural da Geografia (Claval, 2004; 2007; 2023), considerando que a Geografia Cultural estuda os significados implicados na relação humana com o espaço geográfico, o qual, por sua vez, é indissociável das sociedades que nele habitam e o transformam, constituindo processos “que requerem uma organização de territórios ou uma interação com o meio ambiente, levando a uma adaptação deste ou à sua transformação” (Berdoulay, 2012, p. 101).

O que as pessoas percebem pertence sempre ao mundo “real” compartilhado por todos (...) Entretanto, independente de estarmos parados ou em movimento, nosso ambiente está sujeito à brusca e muitas vezes drástica mudança. Conseqüentemente, precisamos aprender a ver as coisas não apenas como são, mas também como poderão vir a ser (Lowenthal, 1961, p. 249).

Ainda segundo Lowenthal (1961, p. 258), nossa história, individual ou coletiva, é essencial na constituição de nossa visão de mundo: “O conhecimento pessoal, assim como o geográfico, é uma forma de ocupação sequencial. Assim como uma paisagem ou um ser vivo, cada mundo pessoal teve um curso no tempo, uma história própria”. Neste sentido, voltamos a Hissa para constatar que

Existe uma dificuldade, na pesquisa trabalhada pela ciência moderna, inerente à inevitabilidade da inserção política e cultural dos sujeitos no mundo. Não compreendemos o mundo como ele é. Não existe o mundo tal como ele é. Em primeiro lugar, porque o mundo é a leitura que temos dele, e tal leitura é tributária da inserção cultural dos sujeitos nas sociedades e coletividades. [...] Não há uma compreensão exterior a nós mesmos que não seja a compreensão de nós mesmos no mundo e, portanto, a compreensão do mundo transita, delicadamente, pela compreensão de nossa existência (Hissa, 2012, p. 34-34).

Assim, a abordagem cultural em Geografia vai propor meios de compreensão dos processos socioculturais, inúmeros caminhos através dos quais os geógrafos podem contribuir para interpretar as dimensões materiais e não-materiais da cultura, as dimensões temporais, os objetos e ações em escala global, regional e local, os aspectos objetivos e subjetivos, entre outros (Zanatta, 2008).

A virada cultural que se inicia nos anos 1970 leva a uma outra leitura: o foco agora está em como as pessoas, e não apenas os geógrafos, veem o mundo ao seu redor. Esta concepção da nova Geografia Cultural após 1970, principalmente, é uma ruptura com um modelo antigo que acompanha a evolução histórica das ciências humanas no decorrer do século XX, transitando de uma percepção positivista da abordagem cultural em Geografia para uma abordagem humanista que a caracteriza na contemporaneidade:

A diversidade dos componentes da sociedade, as suas sub-culturas são analisadas: culturas dos jovens, das mulheres, dos velhos; culturas do trabalho e culturas do lazer e do turismo; cultura dos grupos dominantes e culturas das minorias e dos marginais. A análise da base material da cultura não se reduz mais às instalações produtivas, aos edifícios, às ferramentas. Ela leva em conta também as áreas e instalações de lazer, as festas; os templos e igrejas, as cerimônias religiosas. O papel do corpo nos processos de percepção é sublinhado. A paisagem cessa de só aparecer como uma reflexão dos imperativos funcionais dos grupos sociais. Ela tem uma dimensão simbólica: a preservação de algumas de suas formas aparece como um imperativo social, mesmo se ele é custoso (Claval, 2011, p. 21).

Assim, para Claval (2023), a abordagem cultural é uma metodologia coerente e diversificada que amplia e aprofunda as ciências sociais. Para as abordagens

socioeconômicas e sociopolíticas que pautam as sociedades em ordens e classes, tal abordagem acrescenta o sociocultural, ou seja, o papel dos meios de comunicação na difusão dos saberes, dos conhecimentos, das crenças e das emoções; a significação dos imaginários e; as dinâmicas de identidade. Assim, a dimensão cultural enriquece e complexifica os enfrentamentos socioeconômicos e sociopolíticos com os quais ela constantemente se depara.

Este rico universo traz para os estudos da Geografia e suas correlações com o turismo e o patrimônio cultural, inúmeras possibilidades de análise dos fenômenos socioculturais envolvidos, por sua complexidade, impossíveis de serem esgotados em qualquer estudo.

Referente à relação da Geografia com o Turismo, os aspectos geográficos do destino e dos lugares de origem do turista são levados em consideração e utilizados de forma prática nas atividades cotidianas tanto destes visitantes quanto de quem planeja o turismo, uma vez que “a abordagem geográfica contempla a dimensão da relação socioespacial do fenômeno (turístico), quando o turismo deixa de ser o turismo em si para ser um vetor da organização social que se apropria e interfere nos lugares” (Coriolano; Silva, 2005, p. 96).

Além disso, Turismo e Geografia têm, ambos, dois elementos essenciais que os une em seus estudos e práticas: o espaço e a cultura. O espaço, onde ocorre o Turismo e que constitui objeto de estudo da Geografia, é também a base material para a produção social, é onde os indivíduos e suas comunidades vão produzir e vivenciar sua(s) cultura(s).

Andrade (1997), considera que o turista, como todo indivíduo inserido em um determinado ambiente cultural, exerce a ambivalente e concomitante função de agente aculturador e de elemento suscetível de sensibilização por culturas distintas da sua, sendo, desta forma, tanto um agente passivo quanto um elemento ativo de influência neste processo cultural. Se o turista sofre influências da cultura local e as apreende, os locais também sentirão a presença do turista e por ele serão influenciados, constituindo, assim, um campo amplo para análises das mais variadas interações culturais.

Esta percepção coaduna com a moderna epistemologia da Geografia Cultural, que, diferente dos seus primeiros estudos, quando a cultura era entendida como uma entidade supraorgânica, uma espécie de força exterior aos indivíduos, que paira sobre suas cabeças e vontades (Corrêa; Rosendahl, 2014). Hoje é interpretada além dessa

visão supraorgânica e do culturalismo, e o conceito de cultura passa a ser “vacinado também contra a visão estruturalista, na qual a cultura faria parte da ‘superestrutura’, sendo determinada pela ‘base’. A cultura é vista como um reflexo, uma mediação e condição social” (Corrêa; Rosendahl, 2014, p. 13).

A geografia, em sua relação com o turismo, faz deste último um profícuo elemento de estudos e análises da sociedade contemporânea, incluindo seus aspectos simbólicos:

É o turismo uma atividade da dimensão espácio-temporal, pois quem viaja, quem faz um *city tour*, faz indubitavelmente uma “aula de campo”, prática da Ciência Geográfica, e apreende inevitavelmente aquelas dimensões pelo contato com os lugares. Os geógrafos explicam os usos e as ocupações espaciais, recreativas e turísticas; investigam como ocorrem as apropriações e reproduções espaciais (Coriolano; Silva, 2005, p. 97).

Desde o cerne do turismo, os aspectos culturais das viagens foram um dos seus principais motivadores. Uma das primeiras formas voluntárias e sistemáticas de viagens que se conhece foram os *grand tours*, viagens educativas onde as elites europeias enviavam seus filhos para as cidades das antigas civilizações clássicas na Itália e Grécia, com o intuito de aprimorarem seus conhecimentos referentes a tais culturas antigas e seus legados para as gerações de então (Salgueiro, 2002).

Atualmente, o turismo se especializou de acordo com o tipo de atrativo que o destino oferece, sendo classificado em categorias como: turismo de negócios, turismo ecológico, turismo rural, turismo religioso, turismo de esporte, entre outros. Assim, o turismo cultural se apresenta como uma das mais importantes modalidades de viagens turísticas.

O turismo cultural é conceituado como sendo “toda prática turística que envolva a apreciação ou a vivência de qualquer tipo de manifestação cultural, seja tangível, seja intangível, mesmo que esta não seja a atividade principal praticada pelo viajante no destino” (Dias, 2006, p. 40).

Alguns dos maiores destinos turísticos do mundo incluem cidades e vilarejos históricos europeus e asiáticos, ruínas de antigas civilizações na América, Ásia, África e Europa, assim como cidades contemporâneas e suas culturas cosmopolitas em várias partes do mundo, incluindo países “emergentes”, como China, Coreia do Sul e Qatar. Em comum, estes são locais onde aspectos da cultura, seja nos monumentos históricos, no estilo de vida ou na apreciação de paisagens culturais, são a motivação central para o deslocamento de massas populacionais gerenciadas pelo turismo.

Assim, o turismo tem se firmado como uma atividade econômica da contemporaneidade, gerando fluxos de capital entre as mais diversas áreas do globo terrestre, a ponto de se firmar como maior fonte de geração de emprego e renda de diversas nações. Segundo a CNC, Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo, a projeção para o crescimento do turismo nacional em 2024 é de 2,8% em comparação a 2023 e de 7,3% em relação a 2022 (CNC, 2024), quando a economia iniciava sua recuperação do período pandêmico.

Uma das consequências desta relevância econômica é o interesse e esforço cada vez maiores de cidades, estados e países em investir nas viagens como forma de se inserirem na economia global e na disputa de mercados. Como resultado temos um acelerado processo de “diminuição” das distâncias – proporcionado pelo avanço das tecnologias de comunicação e transporte –, e uma acentuada troca de vivências socioculturais, o que leva muitas vezes a um conflituoso processo de choque de interesses, onde fenômenos de gentrificação e exclusão podem surgir em espaços de disputa econômica e política.

O turismo é uma atividade econômica e, evidentemente, esta sua dimensão não pode ser ignorada, mas, os próprios estudiosos do fenômeno turístico têm procurado desenvolver novas formas de fazer viagens, de maneira que os efeitos destes deslocamentos humanos sejam menos danosos possível e que sejam criadas formas de conhecer o mundo, a partir principalmente do princípio do respeito aos direitos e valores das comunidades na organização do turismo.

É preciso, portanto, perceber a atividade turística como um produto do sistema capitalista, portador das contradições que o caracterizam. Para Coriolano, Leitão e Vasconcelos (2008), o turismo, ao mesmo tempo que simboliza o uso e a apropriação de ambientes naturais e culturais, a concentração de riqueza, especulação, segregação, exploração de mão de obra e a degradação ambiental, também simboliza o empreendedorismo, a conquista, a descoberta e o sonho de muitas pessoas:

O turismo é um setor afeito a mitologias, ora é considerado panacéia capaz de resolver problemas socioeconômicos dos países periféricos, ora é interpretado como indústria capaz de destituir comunidades de suas marcas identitárias e de sentimentos de pertença. Há, pois, na atividade turística, elementos contraditórios. De um lado, permite a concentração de riquezas e a desterritorialização cultural, de outro, contribui para a criação de oportunidades em regiões pobres e excluídas (Coriolano; Leitão; Vasconcelos, 2008, p. 01).

Assim, novas propostas de experiência turística têm procurado inserir conceitos de inclusão social, valorização cultural das comunidades, voltado aos visitantes sensíveis a questões socioculturais. Estas propostas, de forma geral, estão inseridas no conceito de Turismo de Base Comunitária, que pode ser entendido como:

uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista (Sampaio *et al*, 2014, p. 42).

Também podemos citar o Afroturismo como exemplo de nova proposta de viagem que se propõe incluir nas narrativas turísticas: personagens, visões de mundo e perspectivas até então excluídos do turismo – seja o tema do turismo, seja o sujeito-turista que busque se sentir representado no destino. A ideia se consolidou no Brasil em 2018 como prática que procura valorizar o patrimônio material e imaterial da população brasileira, em um processo de valorização da memória, da cultura e da história de comunidades específicas, neste caso, as comunidades afro-brasileiras (Souza, 2022).

De acordo com Cruz e Leoti (2023, p. 01), “o termo Afroturismo é inovador e ainda não possui definições estabelecidas”. Lembrando que, o Ministério do Turismo, por exemplo, insere esta modalidade de turismo na categoria de turismo étnico, que “constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos[...]” (Brasil, 2010 p. 20). Já Oliveira (2022, p. 03) afirma que, entre os setores do turismo, o afroturismo é “aquele que tem como atrativo a cultura afrodiaspórica”. Se aprofundando na busca por um conceito, Rodrigues (2021, p. 97) define o afroturismo como a atividade turística voltada a “(...) práticas de resgate, valorização, preservação, reconexão com a identidade e história por meio dos bens culturais, materiais e imateriais, as quais têm sujeitos negros como protagonistas”.

Podemos perceber, portanto, que os muitos aspectos sociais, econômicos e culturais que englobam a atividade turística são exemplos da complexidade das interações criadas pelo turismo no espaço e que se intensificam cada vez mais, à medida que a atividade se expande e se torna presente e relevante em um número cada vez maior de sociedades. E, entre estes aspectos, o aspecto geográfico se mostra fundamental para a melhor compreensão do turismo:

Ainda falta o reconhecimento da dimensão espacial como dimensão constitutiva do turismo, o que vai além de considerar o espaço como dimensão coadjuvante ou cenário de processos sociais. Contudo, há progressos significativos neste sentido, assentes num repensar crítico das relações entre o fenómeno turístico e o espaço, que procura analisar como o espaço participa no turismo e, ao mesmo tempo, como o fenómeno turístico contribui para a transformação do espaço. Nesse sentido, há avanços que analisam a prática turística como uma prática social, como tantas outras, que necessita do espaço e, ao mesmo tempo, o transforma e o produz (Almirón, 2004, p. 168).

Neste contexto, um dos aspectos a ser estudado é a cultura, enquanto elemento formador das identidades locais, sendo usado como produto turístico e, por isso mesmo, muitas vezes ameaçado pelos interesses económicos que desperta. A cultura é uma base para análise dos fenómenos espaciais, uma vez que a Geografia é, acima de tudo, o estudo da relação entre o homem e o espaço geográfico.

Zanatta (2008) afirma que a cultura tem uma relação íntima com o sistema de representações, de significados, de valores, que criam uma identidade que é manifestada perante construções compartilhadas socialmente e expressas espacialmente. Ou seja, não se pode pensar em cultura sem admitir sua dimensão espacial, uma vez que a criação de espaços sociais, culturais e políticos significa também a constituição de identidades culturais.

No turismo, por exemplo, se difunde a imagem de um destino com os aspectos de sua cultura: São Luís é lembrada por um turista pelo arroz de cuxá, o Guaraná Jesus, os casarões coloniais, o Bumba-meu-boi, o *reggae roots*; pois são estes alguns dos elementos identitários da “Ilha do Amor” – como também é conhecida a cidade. Os objetos, os lugares e a paisagem são, assim, parte do universo simbólico de São Luís do Maranhão. Sobre esta diversidade de significados, e sua relação com a materialidade do espaço, Zanatta vai ressaltar que:

[...] a cultura no seu sentido antropológico mais amplo representa todo o modo de vida de uma sociedade, o que não inclui somente a produção de objetos materiais, mas um sistema cultural (valores morais, éticos, hábitos e significados expressos nas práticas sociais), um sistema simbólico (mitos e ritos unificadores) e um sistema imaginário, que serve de liame aos dois últimos, constituindo-se no locus da construção da identidade espacial de um grupo (Zanatta, 2008, p. 06).

Ao representar estes modos de vida, a cultura terá uma relação direta, também, com a forma como os indivíduos e os grupos sociais percebem e fazem o turismo, a ponto de Almeida (2009) lembrar que muitos estudos, baseados em análises do turismo cultural, apontam para o surgimento e fortalecimento de uma nova burguesia

do saber. Este turista emergente estaria, portanto, em busca tanto da beleza de inéditas ou conhecidas paisagens, quanto atrás de conhecer espaços que tenham ligação com o tempo passado, com lugares que contam a história, enriquecendo a sua viagem em uma vivência do espaço-tempo, procurando, mais do que a fuga do cotidiano e o descanso laboral, uma experiência com significado e conhecimento:

Há uma consciência que busca novas vias como a arqueologia e a arte para comunicar-se com o passado revalorizado. O turista pela cultura é, sobretudo, um consumidor sofisticado, ancorado nas cidades para uma adequada fruição de bens culturais, interessado em uma experiência de vida e de sentimentos (Almeida, 2009, p. 07).

Nesta perspectiva, tendo em vista a conquista deste novo turista, teremos, por exemplo, o surgimento do conceito de turismo de experiência como uma inovadora forma de fazer turismo. As experiências sensoriais, vivências, imersões culturais, surgem como uma maneira de levar este visitante, ávido por conhecer de forma mais profunda as culturas das comunidades visitadas, a se inserir na realidade do outro que o recebe. O planejamento ou estudo de espaços para o turismo não podem, assim, ignorar o contexto cultural das comunidades envolvidas no processo de desenvolvimento turístico, sobre risco de criar efeitos perigosos para as culturas envolvidas no processo.

Na próxima subseção faremos uma breve, mas importante análise da história dos estudos em Geografia e Turismo, relevante para a melhor compreensão destes processos culturais e espaciais que envolvem as duas áreas.

2.1.1 Alguns marcos relevantes nos estudos de Geografia e Turismo

Segundo Castro (2006), os primeiros estudos sobre Turismo a partir da Geografia foram realizados pelo geógrafo e historiador alemão Joahnn Georg Kohl, ainda em 1841, quando analisou os primeiros deslocamentos do que hoje podemos chamar de turistas, na Grã-Bretanha. Albach e Gândara (2011) citam também Hettner e Hassert como exemplos de alguns dos primeiros geógrafos que desenvolveram estudos sobre turismo, destacando a preocupação destes em conceituar o espaço turístico.

Na Alemanha, os primeiros estudos sobre Turismo datam do início do século XX, com autores como Brougier (A importância do turismo, de 1902), Stradner (O

turismo, de 1905), sendo este último o responsável pela introdução da terminologia “Geografia do Turismo” na esfera acadêmica (Wolf; Jorczech, 1986 *apud* Rejowski, 1996).

Ainda na Alemanha, Rejowski (1996) aponta Sputz como um dos primeiros autores a aprofundar discussões quanto às viagens turísticas e deslocamentos espaciais, citando que o autor:

referindo-se à “onda de estrangeiros que todos os anos se desloca em um país”, entendia o turista como parte integrante da paisagem, provocando modificações nos relacionamentos culturais, sociais e econômicos dos países visitados que se refletem sobre a paisagem na qual ele (o turista) se integra (Rejowski, 1996, p. 15).

No Reino Unido, nos anos 1940, segundo Vera *et al.* (1997), a Geografia do Turismo surge como subdivisão da Geografia dos Transporte e das Comunicações, com um interesse claramente economicista. A partir de 1965, outros temas do turismo e lazer são tratados pelos geógrafos ingleses de forma difusa em Geografia Geral.

Defert foi um dos primeiros geógrafos franceses a se destacar em estudos da Geografia do Turismo, quando, em 1966:

Escreve sobre um *espace distance* (distância) que separa a residência permanente da residência sazonal, e sobre o *espace milieu* (espaço do meio), onde os turistas passam suas férias. Na década seguinte, Miossec (1976) fala do *espace parcouru* (espaço percorrido) e de um *espace occupé* (espaço ocupado como envolvendo um *lieu de déplacement* (lugar de deslocamento) e um *lieu de séjour* (lugar de estada) (Pearce, 2003, p. 26).

Vera *et al.* (1997) considera que um marco importante nos estudos geográficos do turismo foi a criação do Grupo de Trabalho de Geografia do Turismo, Ócio e Recreação dentro da União Geográfica Internacional (UGI), em 1972. O que culminou com a elevação do Grupo à categoria de Comissão de Geografia do Ócio e Recreação, em 1980 - atualmente, trata-se da Comissão de Geografia do Turismo, Recreação e Mudança Global.

Disso, em meados do século XX, os estudos na interface Turismo e Geografia terem sido intensificados, como aponta Rodrigues (1996): o que se explica em boa parte pelo intenso crescimento da atividade turística no pós 2ª guerra, tanto nos países classificados como “primeiro mundo”, de onde se originavam a maior parte dos turistas, quanto em alguns países classificados então como do “terceiro mundo”, destino de uma boa parte desses turistas. Ainda segundo Rodrigues (1996), nos anos de 1960 a

1980 foram criados diversos modelos de análise de dados que destacavam a relação entre origem e destino turístico.

Pearce (2003) observa que, neste momento, o que mais motivou as análises entre Geografia e Turismo, em âmbito mundial, foram os padrões de distribuição espacial da oferta e da demanda, os fluxos turísticos e os impactos ambientais causados nos destinos.

Já no Brasil, as primeiras reflexões e teorizações realizadas por geógrafos sobre o fenômeno do turismo datam dos anos de 1970 e 1980 (Castro, 2006). Albach e Gândara (2011) destacam que foi o Seminário Internacional “Sol e Território”, no ano de 1995, que marcou a pesquisa de Geografia do Turismo no país, ao reunir pesquisadores de países da América Latina e Europa, do qual gerou três obras que podem ser consideradas pioneiras nos estudos geográficos do turismo: “Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais”, organizado por Adyr Balastrieri Rodrigues; “Turismo: impactos socioambientais”, organizado por Amália Inês G. de Lemos; e “Turismo: espaço, paisagem e cultura”, organizado por Eduardo Abdo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz.

Turismo e Geografia apresentam, ambos, uma correlação a partir de dois elementos essenciais que os une em seus estudos e práticas: o espaço e a cultura. O espaço, onde se dá a prática do Turismo e que constitui objeto de estudo da Geografia, é também a base material para a produção social, onde os indivíduos e suas comunidades vão produzindo e vivenciando sua(s) cultura(s).

Nos estudos da Geografia, teremos nas análises da paisagem uma das abordagens que mais interessam ao turismo, uma vez que este depende das paisagens, naturais e culturais, para elaborar seus planos de ação.

O Turismo, tanto em sua prática quanto em sua dimensão teórica, é uma atividade que tem na Geografia uma de suas bases mais relevantes, bem como tem na apreciação das paisagens uma de suas grandes motivações práticas. É sobre paisagem e sua dimensão cultural, patrimonial, que trata a próxima seção.

2.2 Paisagem e patrimônio cultural enquanto atrativos turísticos

A paisagem é, para o senso comum, aquilo que nossos sentidos (em especial a visão) percebem do espaço geográfico. É uma das primeiras informações decodificadas e interpretadas pelos indivíduos quando estes começam a se relacionar

com o mundo. É o que vemos e sentimos da realidade do mundo físico da Terra. É através dela que as sociedades exprimem de forma concreta sua relação com o espaço geográfico. Ela é um conjunto de símbolos, e seus respectivos significados, que marcam a produção cultural humana na natureza, como afirma Berque (2012).

Segundo Duncan (2004, p. 106), elaborando um conceito que nos traz a relevância da paisagem enquanto construção simbólica, a paisagem “É um dos elementos centrais num sistema cultural, pois, como um conjunto ordenado de objetos de um texto, age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado”.

A paisagem pode receber conotações múltiplas, uma vez que sua apreensão e compreensão são resultado de processos culturais, da ressignificação do espaço pelos homens e mulheres através de suas subjetividades:

Para o sociólogo ou o economista, a paisagem é a base do meio físico, onde o homem em coletividade a utiliza, ou não, e a transforma segundo diferentes critérios. Para o botânico ou ecólogo, a paisagem significa, antes de mais nada, um conjunto de organismos num meio físico, cujas propriedades podem ser explicadas segundo leis ou modelos, com ajuda das ciências físicas e ou biológicas (Kotler, 1976, p. 18 *apud* Maximiano, 2004, p. 87).

Estas percepções não se restringem aos estudos acadêmicos, se ampliando às relações cotidianas dos sujeitos e suas comunidades com o meio em que vivem, criando símbolos e marcos físicos, transformando e interpretando o espaço de acordo com suas vivências, sua cultura, suas memórias e histórias.

No turismo a paisagem é uma das mais utilizadas formas de atração de visitantes, que, seja pela estética, seja por esses significados culturais múltiplos, são estimulados a conhecer, vivenciar e admirar lugares cujas imagens são ou podem se transformar em signos fortemente ligados ao imaginário social.

Esta criação de signos, no turismo, é importante no processo de promoção de destinos, para estimular desejos nos potenciais visitantes com o uso das imagens das paisagens, a partir da percepção da diferenciação entre as paisagens visitadas e as paisagens vividas pelo turista em seus lugares de origem, “através de um conjunto de signos que se incorporam as paisagens visitadas como diferentes daquelas que encontramos na experiência cotidiana dos turistas” (Almirón, 2004, p. 171).

Para a Geografia, paisagem é o conjunto resultante de elementos físicos e simbólicos. Ou seja, a paisagem é o resultado da produção humana, daquilo que chamamos de cultura. É o aspecto material e simbólico do espaço geográfico, onde

as sociedades se relacionam e transformam a natureza, criando signos e sentidos. Portanto, a paisagem é um produto da capacidade humana de criar e dar significado às coisas e eventos:

A paisagem é, portanto, uma aparência e uma representação [...]. Só é paisagem quando percebida. Alguns de seus elementos não aguardaram a humanidade para existir, mas, se compõem uma paisagem, é sob a condição de serem olhados. Somente a representação os faz paisagem (Brunet, 1992, p. 337).

É esta representação e seus múltiplos sentidos que os homens e as mulheres vão transformar naquilo que chamamos de paisagem, carregando de significados o espaço que os cerca. Este é um processo portanto cultural, onde estes espaços serão atribuídos de valores espirituais, identitários, históricos, culturais, sociais. E a paisagem será um dos resultados deste processo de criação simbólica.

É preciso, portanto, estar atento às múltiplas possibilidades de leitura destes “documentos” que são as paisagens, uma vez que narrativas são muitas vezes resultado da ação de determinados sujeitos dispostos a selecionar e hierarquizar específicos elementos sociais e culturais de uma determinada sociedade. Para Duncan, podendo agir como poderosa ferramenta ideológica, “tornando-se parte do dia a dia, do que é tido como dado, do objetivo e do natural, a paisagem mascara a natureza artificial e ideológica de sua forma e conteúdo” (Duncan, 2004, p. 111).

Entre os tipos de paisagens criadas pelo homem, temos as cidades históricas, lugares carregados de sentido para a humanidade, entre outros motivos, por constituírem lugares de memória². Os centros históricos tombados são espaços escolhidos para a valorização e proteção destes lugares: o tombamento de um sítio como histórico-cultural o hierarquiza, reconhecendo como uma paisagem de grande relevância, diferenciando-o dos demais espaços de vida humana, enquanto um lugar onde estruturas urbanas e arquitetônicas devem ser preservadas por sua relevância para a memória de um povo, ou mesmo da humanidade, como é o caso do Centro Histórico de São Luís, onde se localiza o Bairro do Desterro, campo empírico desta pesquisa.

Estes sítios são, muitas vezes, como é o caso da capital maranhense, lugares onde populações diversas se encontraram em contextos históricos múltiplos,

² Neste estudo, a categoria “lugar de memória”, a partir do conceito de Pierre Nora, será considerado como o espaço físico (material) que é suporte para a formação de uma memória coletiva (imaterial) (Arévalo, 2004).

resultando em um conjunto de aspectos da cultura material e imaterial revelados por suas práticas cotidianas e eventos extraordinários. A este conjunto formado por bens materiais e imateriais que constituem o legado cultural de uma sociedade, chamamos de patrimônio cultural:

O patrimônio cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (Canclini, 1994, p. 99).

Com efeito, o conceito de patrimônio que iremos adotar neste estudo, compreende que a cultura tem importância na vida, memória e história das sociedades e indivíduos e deve ser considerada fruto de uma construção coletiva. A produção cultural das diversas camadas sociais, e, em especial as subalternizadas, é igualmente representativa do patrimônio de uma sociedade.

No entanto, a ideia de patrimônio cultural surgiu a partir de narrativas históricas ou antropológicas sobre a memória e a identidade nacionais (Gonçalves, 1996). Estas narrativas consideravam as construções e outros monumentos como símbolos – artísticos e com fins pedagógicos – da cultura nacional. É o que chamamos de patrimônio de pedra e cal.

No Brasil, teremos um primeiro momento de legislação do patrimônio cultural no contexto do Estado Novo, o qual procurou meios para estabelecer uma identidade brasileira através da eleição dos símbolos nacionais que deveriam ser inspirados na “autêntica” cultura do país. Esta missão ficou a cargo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que foi o primeiro órgão público de regulação e fomento de políticas voltadas ao patrimônio cultural no país (Gonçalves, 1996).

Assim, em 1937, por meio do Decreto-Lei no 25, quando se instituiu o instrumento do tombamento para a intervenção do poder público na propriedade privada com o objetivo de preservar os bens que fossem de interesse por sua ligação a acontecimentos memoráveis da história nacional ou por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937).

Após sua inscrição em um dos Livros do Tombo, estes bens passariam a constituir o patrimônio histórico e artístico nacional, ficando também passíveis de tombo os “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe[m]

conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotadas pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (Brasil, 1937, art. 1, inc. 2).

Desta forma, desde sua regulamentação inicial, teremos, na percepção do patrimônio cultural nacional, a ideia de paisagens como bens considerados dignos de reconhecimento e proteção. Mais recente teremos outro conceito, o de paisagem cultural, que já é adotado pela UNESCO como tipologia de reconhecimento de bens culturais desde 1992 e, segundo o IPHAN:

Como definição, a chancela de Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. [...] Dessa relação surge outra característica fundamental da paisagem cultural: a ocorrência, em determinada fração territorial, do convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um desses elementos isoladamente (IPHAN, 2009, p. 13).

Este conceito, portanto, amplia a percepção de patrimônio cultural, ao inserir os aspectos da natureza que se complementam com a produção simbólica humana, criando um conjunto de elementos físicos, biológicos e culturais que enriquecem a experiência da vida social. A paisagem passa, então, a ser associada de forma definitiva à vivência humana, reconhecida como reveladora e produtora de signos de uma determinada cultura.

Para Ribeiro (2007), a paisagem cultural incorpora ao longo do tempo valores e passa a ser interpretada por meio de relações afetivas pelos grupos sociais e, deste modo, não corresponderia apenas à sua morfologia, mas também ao significado social de fazer parte dela. Esta percepção é necessária para uma análise crítica da paisagem, como afirma Serpa (2010, p. 131):

Uma crítica da paisagem construída aponta para a construção de parâmetros que revelem, por meio dos arranjos socioespaciais, o invisível das formas urbanas visíveis, tratando os objetos técnicos de modo sistemático e globalizante. É necessário revelar, por trás dos sistemas de objetos, os sistemas de valores que embasam as ações dos diferentes agentes e grupos que produzem espaço.

No Brasil, seguindo a tendência mundial, mas procurando criar conceitos e metodologias próprias para o processo de proteção do patrimônio paisagístico nacional, principalmente a partir da Constituição Cidadã de 1988, foram incorporados

elementos que procuravam resgatar um conceito de patrimônio que abrangesse os aspectos culturais tanto materiais quanto imateriais do patrimônio cultural nacional (Pereira, 2022), o que fica evidenciado pela adoção do Livro de Registro dos Lugares como categoria de proteção patrimonial.

A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988, p. 141-142), no Art. 216, explicita que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial, a saber:

I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

É a partir desta nova legislação que horizontes de inclusão e participação coletiva se abrem para o desenvolvimento de políticas de patrimonialização mais democráticas, tanto chamando a sociedade para eleger aquilo que deve ser tombado, inventariado e protegido, quanto ampliando a noção de patrimônio, que evolui de uma valorização centrada do patrimônio construído e monumental para outras dimensões da cultura e da vivência humana, uma vez que, como afirma Scifoni:

Manifestações culturais da periferia urbana, de caráter fortemente de resistência e de crítica social, assim como os bens representativos de uma memória das classes populares não gozam deste mesmo prestígio e centralidade na gestão urbana contemporânea, ao contrário, estão sendo deixados cada vez mais em situação de vulnerabilidade. Estes correspondem ao outro lado da cultura e do patrimônio não prestigiados pelas ações e políticas públicas (Scifoni, 2017, p. 125).

Ao se configurar como um elemento de identidade cultural e bem patrimonial das cidades e seus cidadãos, a paisagem se converte também em potencial atrativo turístico, abrindo possibilidades para uma experiência turística rica, onde o visitante pode descobrir realidades autênticas e vivências únicas, seguindo uma premissa da Geografia enquanto reveladora dos sentidos das paisagens, como explicita Claval (2012, p. 265), ao afirmar que “o geógrafo não estuda mais apenas a paisagem como realidade objetiva. Preocupa-se com a maneira como a paisagem está carregada de sentido, investida de afetividade por aqueles que vivem nela ou a descobrem”. E, na contemporaneidade, este “descobridor” é, também, o visitante, o turista.

Sobre esta percepção da paisagem, a próxima seção abordará os roteiros turísticos enquanto meio de percepção do espaço geográfico.

2.3 Roteiros turísticos: uma prática espacial de interpretação do mundo

De acordo com o Ministério do Turismo (2007, p. 13), os roteiros turísticos são “um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro”.

Guiados ou independentes, fato é que os roteiros turísticos têm se diversificado atualmente: os visitantes seguem rotas estabelecidas através de mapas, dicas de outros visitantes, influenciadores de viagens, de guias turísticos (brochuras impressas), guias de turismo (profissionais responsáveis por orientar visitantes em viagens turísticas) ou pessoas da própria localidade, com finalidades tanto pedagógicas quanto de lazer.

Enquanto itinerários pré-estabelecidos que têm como objetivo incrementar os atrativos turísticos de determinada localidade, elencando as principais atrações, serviços e facilidades para um melhor aproveitamento dos passeios, os roteiros turísticos são, portanto, um meio de localização e orientação de um local desconhecido – ou de um local conhecido que se deseja conhecer sob outro enfoque.

O turismo moderno estimula a “migração voluntária” motivado pelo lazer. Este fenômeno contemporâneo crescente tem raízes longínquas relacionadas aos diferentes tipos e necessidades de deslocamento durante a História. Migrações, crises políticas e econômicas, guerras, necessidades econômicas, comércio, vários são os motivos que levaram os homens e mulheres a se deslocarem sobre o espaço geográfico em diversos momentos da nossa história. Estas motivações, evidentemente, nem sempre resultaram em rotas fixas, pois, diferente do comércio, migrações forçadas, por exemplo, claramente não despertam o desejo de repetição.

Ainda na Antiguidade, viagens a lazer ou sem cunho econômico também ocorriam. Por exemplo, as viagens dos gregos para apreciar ou competir nos antigos jogos olímpicos, em um fenômeno cuja motivação é similar ao que hoje chamamos de turismo esportivo (Bosisio, 2005).

Durante o Império Romano, o fenômeno das viagens se expandiu entre a aristocracia, estimulado pela pujança econômica e o domínio romano sobre vasta extensão da Europa e Ásia Ocidental, período conhecido como *Pax Romana*, que durou cerca de 200 anos, entre 29 a.C. e 180 d.C., como lembra Ribas e Silva:

O apogeu das viagens no período clássico ocorreu durante o Império Romano. Roma possuía um vasto império, com excelentes estradas que facilitavam o trânsito entre todo o seu território. A Pax Romana também foi crucial para o desenvolvimento das viagens, pois foram dois séculos de paz, onde o viajante pôde fazer o trajeto por todo o território romano em segurança (Ribas; Silva, 2013, p. 02).

Roma também foi o berço de um dos primeiros estudos em Geografia, obra do filósofo, historiador e geógrafo Estrabão, que viajou por todo o território romano com o intuito de inventariar as terras do Império. O caráter educativo do deslocamento, revelado em sua obra é destacada por Ribeiro e Vasques ao afirmarem que:

Perceber a mobilidade de Estrabão ao longo do Mediterrâneo, seja nos centros de formação ou em razão de outras iniciativas como expedições militares, faz com que pensemos nos modos pelos quais se deu a apreensão do mundo habitado e dos diversos sujeitos que são apresentados na Geografia (Ribeiro; Vasques, 2021, p. 06).

Interessante perceber que as autoras chamam a atenção para o caráter cultural desta obra clássica, uma vez que Estrabão também procurou elementos para informar sobre as formas e comportamentos da vida humana nos territórios por onde percorreu e, embora o autor tenha centrado sua atenção na vida urbana, “a descrição dos povos nômades nos indica certa necessidade de informar e tornar visível os componentes do mundo habitado” (idem, p. 6).

Já na Idade Média podemos citar a rota realizada pelo lendário viajante Marco Polo (Imagem 1) em sua mitológica viagem ao Oriente, como exemplo remoto do que são hoje os roteiros turísticos, tanto pelo caráter pragmático, descritivo, quanto pelo teor de exotismo do único relato das terras do Extremo Oriente que permeou por séculos o imaginário ocidental (Machado, 2016).

A princípio seguindo o itinerário da não menos lendária Rota da Seda, rota comercial que cortava o interior da Ásia, ligando-a à Europa, o itinerário foi motivado acima de tudo por interesses comerciais (Marco Polo viveu na Veneza da transição dos séculos XIII para o XIV, filho de uma abastada família de comerciantes).

Imagem 1: Marco Polo com seu livro e mapas em um mosaico do Palazzo Tursi, Itália



Fonte: Frazão (2019)

Com o Mercantilismo que segue ao fim da Idade Média, a expansão do homem europeu para o Novo Mundo (desconhecido pelo chamado Mundo Antigo) e a ampliação dos horizontes que os grandes deslocamentos poderiam proporcionar à humanidade, deram início ao processo de globalização (Silva; Lopes Junior, 2008) e aos consequentes avanços técnicos que permitiram o “encurtamento” das distâncias e a facilidade de comunicação que são bases para o desenvolvimento do turismo na contemporaneidade.

Ainda no século XVIII, é criado o primeiro roteiro sistemático, organizado e voltado para classes abastadas europeias: os chamados *Grand Tours*, viagens financiadas pela burguesia das nações “centrais” europeias, enriquecidas com o acúmulo de capital advindo da exploração colonial e do nascente capitalismo.

Assim, um novo tipo de viajante surge em conexão com as transformações econômicas e culturais na Europa do Iluminismo e da Revolução Industrial. Trata-se aqui não do viajante de expedições de guerras e conquistas, não do missionário ou do peregrino, e nem do estudioso ou cientista natural, ou do diplomata em missão oficial, mas sim do *grand tourist*, conforme era chamado o viajante amante da cultura dos antigos e de seus monumentos (...). “Um viajante dispendo acima de tudo de recursos e tempo nas primeiras viagens registradas pela historiografia da prática social de viajar por puro prazer e por amor à cultura” (Salgueiro, 2002, p. 291).

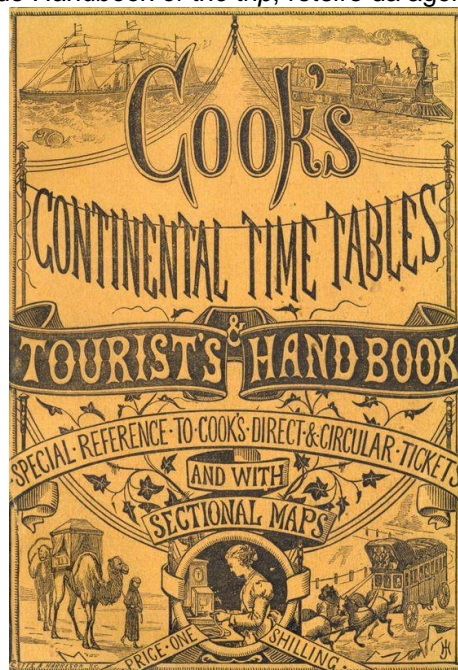
Estas viagens tinham por objetivo enriquecer culturalmente os afortunados burgueses da sociedade britânica, que eram estimulados a conhecer *in loco* as nações

onde se desenvolveram a cultura clássica romana, além de nações como França, Alemanha, Áustria ou outra que se destacasse em determinado aspecto da arte ou ciência. Professores de áreas do conhecimento como história, arte, filosofia e literatura, acompanhavam os jovens aprendizes com o intuito de enriquecer sua experiência cultural, mas também como forma de dar segurança e garantir a boa organização da viagem, exercendo um papel similar ao dos *tours conductors* ou guias de turismo contemporâneos:

A orientação sobre o que ver e visitar, e a informação sobre a história do lugar e das edificações, além de fatos notáveis ligados a pontos de interesse eram, com frequência, contratadas no ato, entre pessoas da população que se apresentavam para o ofício, numa época em que a profissionalização do guia era algo ainda totalmente impensável e sem qualquer treinamento (Salgueiro, 2002, p. 291).

O surgimento das primeiras agências de viagem é que foi responsável pela venda de roteiros como forma de produto de viagem. A primeira delas foi criada na Inglaterra em 1845, por Thomas Cook e seu filho James (Colantuono, 2015). Além de inovações como os pacotes com *all inclusive* e *vouchers*, os Cook lançam também o *Handbook of the trip*, um guia de viagens escrito com detalhes do trajeto que pode ser considerado o precursor dos atuais roteiros turísticos (Figura 1).

Figura 1: Capa do *Handbook of the trip*, roteiro da agência Thomas Cook



Fonte: Hamilton, 2017.

Uma rápida observação na capa do guia de viagens de Thomas Cook já denota que uma das principais motivações para as viagens modernas de turismo é o conhecimento de paisagens, lugares e culturas distintas, evidenciando que a experiência turística é também uma experiência geográfica do Outro, tantas vezes resumido como exótico e espetacular.

Fazendo uma observação mais cuidadosa percebemos que no topo do guia são destacados os meios de transporte de longa distância surgidos no início da primeira fase industrial do capitalismo: os trens e os barcos a vapor. Estes elementos chamam a atenção do possível usuário para a capacidade da agência em proporcionar a superação em percorrer grandes distâncias e poder desbravar os mais longínquos continentes (intenção que fica evidenciada com as duas imagens nas laterais inferiores, principalmente a que retrata um camelo, como meio de transporte). Mesmo nas imagens para o turismo local, que denota uma experiência diferente daquela para terras estrangeiras, é interessante notar que elementos como liteiras no camelo e cabine de diligência puxadas por belos cavalos), mostram o intuito de transmitir segurança e conforto aos possíveis turistas.

Por fim, entre as duas imagens inferiores temos uma atendente de um, na época, moderno meio de comunicação, o telefone, elemento que traz mais uma vez ao possível cliente a segurança de poder romper com os limites da distância mesmo estando no estrangeiro. Cook oferecia, desta forma, uma experiência completa de conforto, tecnologia, segurança e experiência para o nascente mercado inglês do turismo.

No século XX, a continuação do desenvolvimento do capitalismo vai criar novas estruturas, desta vez – além das tecnológicas – sociais e econômicas que vão dinamizar o processo de difusão do turismo entre as classes médias trabalhadoras, pois, como afirma Almirón (2004, p. 170), para entender “a difusão das viagens turísticas deve-se considerar, então, o desenvolvimento de determinadas condições sociais e laborais que permitiram aos trabalhadores o incremento do tempo livre e, em consequência, o acesso ao ócio”.

Assim, chegamos ao pós-guerra com o mundo vivendo um momento histórico de relativa paz entre as nações, estabilidade econômica e social, principalmente entre as nações “centrais” do capitalismo, além de novos avanços tecnológicos como a difusão da aviação e o surgimento e popularização das tecnologias da informação. Mudanças que levam o turismo a se converter em “sonho de consumo” das classes

médias, importante setor econômico e fator de transformações das paisagens e lugares.

Esta característica do turismo de ser agente e receptor das transformações socioespaciais é fundamental para sua percepção não apenas como uma atividade econômica, mas acima de tudo um fenômeno com amplos aspectos a serem abordados e analisados em sua complexidade como o são outras práticas humanas. Para Souza (2009, p. 43):

Diante de seu crescimento, admitindo novas descobertas espaciais e (re)definindo a realidade geográfica de lugares, paisagens, territórios e regiões, o turismo vem fomentando um amplo campo de investigações geográficas, refletindo discussões que podem contribuir para um melhor planejamento e uso dos espaços turísticos.

Sobre a contribuição do turismo para uma nova percepção da realidade na contemporaneidade, Löfgren (2006, p. 269) afirma que:

O turismo teve um papel fundamental em criar espaço para a modernidade sobretudo as novas sensibilidades. Os primeiros pioneiros descobriram e cultivaram a sua subjetividade, refletindo sobre novas experiências sensoriais e visuais, contemplaram as suas reações emotivas aos novos ambientes e mantiveram um diálogo constante consigo mesmo.

Os roteiros, como vimos, são parte da prática do turismo moderno desde seu cerne com Thomas Cook; são elementos de grande relevância para a realização da experiência das viagens contemporâneas. Realizar um roteiro turístico, portanto, é entrar em contato com todo este universo de conhecimentos e vivências dos lugares, paisagens e perceber suas relações com a cultura.

Para Pimentel e Castrogiovanni (2015, p. 452): “se o surgimento do turismo implica em um modo de leitura e de uso dos espaços, a experiência turística também envolve a produção de narrativas e reflexões sobre o mundo”. Ainda para estes autores, na interação entre geografia e turismo, este último é um código de uso e leitura do espaço geográfico, uma vez que:

As narrativas turísticas parecem tornar-se poéticas do espaço e dos efeitos gerados pelo encontro entre sujeito e [entre]-lugar visitado. [...] Uma série de competências geográficas são aí requisitadas: é conveniente orientar-se a partir da leitura cartográfica de mapas turísticos, entender como se estrutura aquele sítio e qual a sua relação com elementos localizados no entorno, decodificar os diferentes signos e narrativas que a leitura da paisagem permite, observar detalhes que se tornam marcadores para interpretar o espaço visitado e assim ter uma experiência turística plena (Pimentel; Castrogiovanni, 2015, p. 452).

Disso, Souza e Paes (2023, p.1), concluírem que “os sujeitos guiados participam ativamente da experimentação de mundo da qual são praticantes, o que faz do roteiro turístico um dado objetivo, mas também subjetivo”.

3 BAIRRO DO DESTERRO, CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

O capítulo apresenta um panorama da formação de São Luís, com foco no bairro do Desterro, destacando mudanças na paisagem e no processo de valorização patrimonial. A partir de incursões, entrevistas e questionários realizados com moradores e guias de turismo atuantes no CHSL, analisa-se como esses sujeitos percebem e se relacionam com o lugar, evidenciando novas práticas turísticas, como o turismo comunitário e o afroturismo.

3.1 Centro Histórico de São Luís: processo de patrimonialização

A capital maranhense tem sua história entrelaçada com a História universal que perpassa as grandes navegações e as disputas coloniais das antigas potências mercantis europeias na invasão, exploração e domínio de novas terras e, também, de seus povos originários e dos negros traficados pelo comércio escravista transatlântico de milhões de africanos – o que enriqueceria as metrópoles no sentido de acumular excedentes à burguesia europeia, financiando a revolução industrial inglesa (com matérias-primas e mercado consumidor). Reconhecido pela UNESCO desde 1997 como Patrimônio Mundial, o Centro Histórico de São Luís é resultado de um processo de ocupação com elementos históricos e patrimoniais únicos, dignos das titulações a ele conferidas.

Os marcos oficiais colonizadores indicam que a ocupação urbana da atual São Luís se dá a partir de 1612 com a chegada da expedição francesa capitaneada por Daniel de la Touche. O grupo liderado por huguenotes (antiga corrente protestante) e capuchinhos franceses, fundou a cidade oficialmente em 08 de dezembro daquele ano, batizando-a em homenagem ao então rei-menino francês, Luís XIII. Embora motivados a fundar a “França Equinocial”, os gauleses não sonharam mais do que três anos com sua pretensa colônia, uma vez que tanto a reação luso-brasileira,

quanto a perda do interesse da coroa francesa na futura ocupação, inviabilizaram sua permanência (Tavares, 2014).

A ocupação portuguesa se inicia, efetivamente, em 1615 com o objetivo maior de marcar presença no território ao norte das posses lusitanas do Novo Mundo e evitar possíveis invasões de outras nações europeias. Apenas em 1755, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, a cidade de São Luís inicia um processo mais efetivo de consolidação de cidade colonial, fruto da pujante economia de exportação de algodão para a Inglaterra que, naquele período, iniciava a Revolução Industrial.

A cidade se reformula, se expande e ganha os elementos formais que vão lhe conceder títulos como a “Lisboa dos Trópicos”, a “Cidade dos Azulejos”, a “Cidadezinha de Porcelana”, seguindo uma concepção urbana e arquitetônica de cidade colonial portuguesa. Várias estruturas urbanas serão implantadas no processo de desenvolvimento da capital do estado colonial português do Norte, uma vez que “São Luís chegou a ser considerada, já por volta de 1835, a quarta cidade mais importante do império brasileiro sendo que sua “infraestrutura urbana acompanhava o modelo das cidades europeias” (Andrès, 2008, p. 125-126).

A arquitetura seguiu o chamado padrão pombalino (pois implantado na administração do então primeiro-ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal), caracterizada por construções de arquitetura lusitana, mas contendo elementos de construção africana e indígena – tal como as técnicas de taipa usadas para paredes internas e/ou divisórias, sendo “ainda encontradas em São Luís paredes de taipa de pilão, constituídas de barro apiloado em formas de madeira ou taipal” (Silva Filho, 2010, p. 130).

Nesse contexto surgem os “casarões portugueses”, cuja grande quantidade e estado de preservação constituem o maior legado do patrimônio histórico material do CHSL. Os sobrados (casas de comércio), solares (moradias) e as casas térreas com suas variadas tipologias são um patrimônio arquitetônico especialmente destacados no turismo ludovicense.

Estas construções têm como marca a homogeneidade nas dimensões das portas, janelas e balcões, o uso de pedras de cantaria e lioz (variedade de mármore português), além dos mirantes e azulejos que decoram boa parte das fachadas deste casario, constituindo registro material do período histórico que vai da metade do século XVIII até finais do século XIX.

Também não se deve deixar de citar os espaços públicos: ruas, ruelas, praças, largos, fontes, além dos prédios oficiais, como os palácios e os mercados e os templos religiosos, como as igrejas, capelas, conventos e seminários que constituem esta paisagem patrimonial de relevância mundial.

Esta fase de pujança econômica – revelada na materialidade da arquitetura, no entanto, dura pouco mais de um século e meio, uma vez que já nos finais do século XIX, após o fim do comércio de algodão com a Inglaterra e a incapacidade de desenvolver uma indústria local, a cidade se vê estagnada economicamente, sem maiores possibilidades de reformulação urbana e renovação arquitetônica. É neste contexto que São Luís chega ao final do século preservando a maior área de interesse histórico-arquitetônico do Brasil, com cerca de 5.500 edificações históricas, concentrados em aproximadamente 270 hectares (Andrès, 2008).

O século XX inicia com a expectativa de que o Estado e a cidade de São Luís ainda consigam manter sua relevância econômica, baseada no capital acumulado com o comércio exportador de matéria-prima para a Europa. Este capital foi suficiente para que a elite local investisse na instalação de cerca de 27 fábricas de tecido, que eram estruturas metálicas completas, importadas da Inglaterra, com a mais avançada tecnologia industrial da época. Investimento que alimentava as esperanças de um novo surto econômico, desta vez não como região fornecedora de produtos primários, mas como uma nova zona industrial surgindo nas Américas e que iniciavam um novo século com alvíssaras de um novo tempo (Lopes, 2008).

Mas o crescimento da economia ludovicense não se concretizou e, com as mudanças que ocorreram no período veio também o deslocamento do eixo político-econômico do Nordeste para o Centro-Sul do Brasil, o que implicou alteração nos investimentos estatais em infraestrutura:

Com um porto que ainda garantia o escoamento da produção agrícola do interior e das indústrias que continuavam em atividade, até os anos 30, São Luís, capital do estado, conseguiu manter, com dificuldades, o status de cidade comercial e industrial. É na década de 40 que a política de integração nacional do governo de Getúlio Vargas, reorganizando o sistema de distribuição de mercadorias por transporte rodoviário a partir dos centros industriais do sudeste do país, mergulhará o Maranhão em uma estagnação econômica na qual São Luís perde seu papel de hegemonia comercial e industrial na região e se converte em centro administrativo por excelência (Lopes, 2008, p. 29).

Assim, o Maranhão, que escoava sua produção de algodão por via marítima através da Companhia de Comércio administrada pela Coroa portuguesa, não teve investimentos o suficiente do Estado republicano brasileiro para conseguir escoar internamente os produtos de suas fábricas de tecido.

Dessa forma, ainda em 1927, a última tecelagem de São Luís fechou suas portas, iniciando um longo período estagnação econômica e o início da expansão urbana para outras áreas da cidade – como o Anil, que se consolidou enquanto bairro das classes altas, devido, entre outros fatores, à criação da linha de bonde elétrico –, levando ao gradual declínio da economia, do comércio e moradia no CHSL:

Nos anos 30, o núcleo primitivo da cidade, com seu porto comercial, já não é um lugar “saudável” para as famílias abastadas, que se transferem, com a substituição de antigos casarões, por edificações novas, para os bangalôs, as quintas e chácaras, residências que cumpriam as exigências da legislação sanitária em vigor (Lopes, 2008, p. 27).

No entanto, essa fase de diminuição do fluxo de bens, mercadorias e pessoas no CHSL teve um aspecto positivo sobre o patrimônio, uma vez que a falta de dinâmica econômica levou o Maranhão a conservar vários aspectos de sua cultura material e imaterial, como diz o próprio parecer da UNESCO: “a estagnação econômica no início do século XX, resultou em uma notável preservação do tecido urbano histórico” (ICOMOS, 1997, p. 08).

A conservação deste tecido urbano foi um dos motivos pelos quais a UNESCO decidiu pelo título de Patrimônio Mundial à cidade, dada a manutenção da originalidade do desenho colonial elaborado pelo engenheiro militar português Francisco Frias de Mesquita (Figura 2)³, quando da colonização lusitana.

³ No mapa, o Desterro corresponde às ruas à direita (sul), cujo limite é o canal que circunda a ilha em formato de “U” (este canal corresponde às imediações da atual Rua da Manga).

Figura 2: Mapa de São Luís de 1647, com o traçado urbano original de Francisco Frias de Mesquita



Fonte: Lopes (2008).

É neste contexto que a cidade vai preservar seu casario dos séculos XVIII e XIX e o traçado urbano original, até chegar à segunda metade do século XX, quando seu Centro Histórico de São Luís será inserido nas políticas públicas de proteção patrimonial brasileira:

Acervo arquitetônico e paisagístico tombado em 23 de dezembro de 1955 e 13 de março de 1974 pelo Governo Federal através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. São aproximadamente 1.000 imóveis de valor histórico e paisagístico, compreendendo os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão; as praças Benedito Leite e João Francisco Lisboa e o acervo arquitetônico e paisagístico da Praça Gonçalves Dias, totalizando área aproximada de 90 hectares (Andrès, 2006, p. 79).

Em 1986 o governo do Estado, através do decreto no 10.089 de 06 de março, passa a proteger uma área de 220 hectares e cerca de 4500 imóveis. Na década seguinte é o poder público municipal que amplia a área protegida, ao incluir o Parque do bom Menino e do Aterro do Bacanga como ZPH's (zonas de preservação histórica), através da lei Municipal no 2.352, de 29 de dezembro de 1992).

Após as primeiras iniciativas políticas de planejamento e intenções de proteção ao patrimônio arquitetônico da cidade, foi no final da década de 1980 que o Centro Histórico de São Luís passa por suas primeiras obras de restauro e requalificação urbana da área tombada e de melhorias na infraestrutura turística. Vários espaços são recuperados, tendo em vista o uso cultural, patrimonial e turístico, com uma intenção

política de manter as pessoas, moradores e profissionais, e seus estilos de vida no CHSL.

Esta orientação dos gestores de planejamento ficou evidente durante a Convenção da Praia Grande⁴, que previa em uma de suas onze diretrizes⁵: “contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do centro histórico” (Andrès, 2006, p. 102). A saber, a Convenção da Praia Grande deu origem ao Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHS).

O PPRCHSL propunha ser um programa permanente, mantido pelo Governo do Estado e, em suas várias etapas, foi responsável por profundas mudanças na paisagem do Centro da capital maranhense. Este programa se constituiu de várias etapas, algumas focadas em discussões e avaliações de resultados, outras na preservação de outras áreas fora do Centro Histórico de São Luís ou mesmo do interior do Estado. A seguir, enfatizo apenas as etapas que têm relação direta com a área de estudo dessa dissertação - o Desterro.

A primeira etapa das intervenções públicas do PPRCHSL⁶, batizada de Projeto Reviver I, aconteceu no final dos anos 1980 e teve como foco o bairro da Praia

⁴ Seminário organizado pelo Governo do Estado, com apoio do IPHAN, em outubro de 1979, que discutiu as bases do processo de reabilitação do Centro Histórico de São Luís.

⁵ 1 - Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do centro Histórico; 2 - Intensificar as atividades de assistência e promoção social e priorizar ações de fomento a geração de emprego e renda; 3 - Apoiar a instalação de centros profissionalizantes; 4 - Incentivar as manifestações culturais e educacionais e artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área; 5 - Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico; 6 - Promover a revitalização econômica do comércio varejista e das atividades relacionadas ao turismo cultural; 7 - Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos; 8 - Dinamizar as atividades portuárias tradicionais; 9 - Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico; 10 - Garantir um processo permanente de avaliação crítica do Programa de preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís; 11 - Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais nos planos de governo estadual e municipal.

⁶ Segundo Andrès (2006), o PPRCHSL foi constituído de seis etapas, nas quais diversas ações políticas, planejamento e atividades de infraestrutura foram implementados: **Primeira etapa** – de 1979 a 1983 (realizou obras emergenciais bairro Praia Grande); **Segunda etapa** – 1983 a 1987 (período marcado por uma diminuição nos investimentos do patrimônio da cidade, tendo como maior marca a criação da Comissão de Patrimônio Histórico de São Luís); **Terceira etapa** – 1987 a 1981 (acontece a primeira grande intervenção urbana na infraestrutura no Centro Histórico de São Luís, o Projeto Reviver I); **Quarta etapa** – 1991 a 1995 (quando aconteceram obras isoladas de restauro de imóveis tombados e manutenção da infraestrutura urbana); **Quinta etapa** – 1995 a 2002 (marcada pelo Projeto Reviver II e oficialização do título de Patrimônio Mundial pela UNESCO); **Sexta etapa** – 2002 a 2006 (quando foram realizadas obras de restauro de imóveis para instalações de moradias e instituições de ensino, visando a reocupação do Centro da cidade com atividades variadas).

Grande, mas já com uma obra isolada no Bairro do Desterro: o antigo Convento das Mercês, que se encontrava em ruínas, foi restaurado para abrigar a Fundação da Memória Republicana Brasileira.

Uma década depois (de 1995 a 2002), em sua quinta etapa, o Reviver II, foi a maior obra de intervenção na área tombada de São Luís, representando uma maior abrangência em relação à etapa do Projeto Reviver I (1987 a 1991): “ampliando a área urbana beneficiada de 10,7 hectares para 50 hectares” (Andrès, 2006, p. 192), incluindo, além de partes da Praia Grande, os bairros do Desterro, Portinho, a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo.

Também nesta etapa, o Solar dos Vasconcelos teve seu restauro concluído (mais precisamente em julho de 2001) e passou a abrigar o Memorial do Centro Histórico em seu andar térreo e o Departamento Estadual do Patrimônio Histórico, o DPHP, em seu andar superior (Andrés, 2006).

A readequação da infraestrutura urbana da área, com substituição do sistema de fiação elétrica aérea pelo subterrâneo, a troca do asfalto pelo calçamento de paralelepípedo, serviços de drenagem e esgotamento sanitário, trouxeram evidentes melhorias, estimulando o acesso de turistas e levando à implantação de um primeiro serviço de hospedagem turística nas proximidades no Desterro (a instalação de um albergue na Rua do Giz).

Estas ações foram relevantes para o uso cultural e, conseqüentemente, para ampliar a potencialidade turística do Centro Histórico de São Luís, como afirma Andrés (2006, p. 166):

Estes projetos também se destinam a consolidar na área a presença de casas de cultura, museus e instituições culturais que contribuem ao mesmo tempo para a conservação de seus próprios acervos, mas também dos grandes sobrados e passam a se constituir em motivo de atração e de movimentação para a área.

O evidente interesse turístico que este sítio despertava já no início das ações de patrimonialização – inclusive servindo como justificativa para os investimentos realizados – foi um dos motivos para o Governo do Estado do Maranhão implementar políticas de desenvolvimento do turismo, lançando em 1995 o “Plano Estadual de Turismo”. Este foi reformulado e rebatizado em 2000 como “Plano Integral de Desenvolvimento do Turismo”. Acerca da infraestrutura revitalizada enquanto

vantagem locacional relevante no potencial turístico das cidades históricas, Cifelli (2010, p. 125) explica que:

As vantagens locacionais, a presença de uma infraestrutura já consolidada, o seu conteúdo simbólico e as próprias marcas do passado que congregam, presentes tanto em sua materialidade quanto nas relações sociais consubstanciadas ao longo do tempo, possuem grande relevância no processo de valorização turística de tais áreas, aproveitando-se do seu potencial paisagístico para a agregação de valor econômico.

Além do interesse histórico-cultural pelo Centro de São Luís, este plano também elegeu outras áreas de interesse turístico no Estado, sendo, portanto, um conjunto de políticas de desenvolvimento do turismo que classificou o Maranhão em 5 polos para o desenvolvimento do turismo: Polo São Luís e Alcântara, Polo Chapada das Mesas, Polo Lençóis Maranhenses, Polo Delta das Américas e Polo Floresta dos Guarás (Maranhão, 1999).

Este processo de venda e construção de um destino turístico tem no uso das paisagens uma de suas bases mercadológicas, através da criação de um imaginário que motiva o desejo em viajar e conhecer aquele cenário/destino, alicerçado “em grande parte na elaboração de um discurso que contribui para uma coisificação e uma fetichização de certos pontos do território” (Silveira, 2002, p. 36).

Praias paradisíacas, belos conjuntos urbanos, históricos ou modernos, à beira-mar, lago ou rio, cachoeiras, povoados charmosos; são imagens de lugares-comuns nos folders, vídeos e demais tipos de publicidade turística. É no uso do espaço geográfico, através deste processo de fetichização do espaço enquanto mercadoria e das transformações nas paisagens para viabilizar o aproveitamento destes mesmos sítios pelos turistas, “desenvolvendo” o local onde o turismo acontece. Esse desenvolvimento está em aspas justamente porque muitas vezes, seguindo a lógica capitalista, o que acontece é ampliar a dependência externa e as desigualdades sociais internas, ao invés de, necessariamente, desenvolver uma cadeia produtiva diversificada que garanta benefícios também para a comunidade local.

A partir do Plano Integral de Desenvolvimento do Turismo houve um gradual aumento do fluxo turístico no Estado, trazendo cada vez mais investimentos em infraestrutura, capacitação, serviços e políticas de fomento à atividade turística; transformando áreas das cidades destes polos em territórios turísticos e inserindo o

Maranhão de forma mais contundente na economia do turismo nacional ⁷ (Maranhão, 2024) e mundial⁸.

A aceleração da inserção do Estado e, por consequência, da sua capital na economia do turismo vai trazer transformações consideráveis em vários aspectos da vida local. Se referindo a este processo de transformação de cidades históricas em espaços da economia do turismo e chamando a atenção para a geografia enquanto ferramenta de análise, Cifelli (2010, p. 114) afirma que:

Diante da intensificação desta dinâmica territorial nos núcleos urbanos de relevância histórica e cultural apropriados pelo turismo, torna-se evidente a importância do referencial teórico da ciência geográfica como ferramenta analítica para compreender a lógica que rege a apropriação e a organização de porções do território decorrentes da relação, cada vez mais expressiva, entre turismo e patrimônio cultural.

Ao estudar a complexa relação entre patrimônio, paisagem e turismo à luz da Geografia sobre os processos históricos de planejamento, gestão e organização territorial envolvendo diversos interesses e agente espaciais do CHSL, percebo que a patrimonialização deve ser entendida como um processo de muitos acordos políticos. Disso, a dimensão espacial materializada deve ser articulada em sua dinâmica pretérita e atual – o que reafirma a importância da memória como enlace necessário à abordagem cultural na prática do turismo.

Assim, a seguir percorrerei mais caminhos que se aproximam das memórias do bairro do Desterro.

3.2 História espacial do Bairro do Desterro

O Desterro ocupa a parte sudoeste das áreas de tombamento mundial e nacional do CHSL, em uma área de cerca de 20 hectares e forma, com outros 10 bairros (Centro, Madre Deus, Goiabal, Lira, Apicum, Coreia, Vila Passos, Fabril, Diamante e Camboa) a área central da capital maranhense.

⁷ De acordo com a Plataforma Atenas (São Luís, 2024), desde o início das estatísticas referentes à movimentação de visitantes, o número de turistas aumentou de 1.130.656 em 2007 para 2.689.000 em 2023, o que significa um aumento de mais de 137%.

⁸ Entre junho e julho de 2023 foram contabilizados cerca de 1,55% de estrangeiros entre os visitantes da capital (Observatório do Turismo do Maranhão, 2023).

O Bairro tem origem no contexto da fundação da cidade de São Luís, em 1612: após a retomada da Ilha de Upaon-Açu⁹ pelos portugueses que expulsaram os franceses (fundadores oficiais da cidade), foi realizado um plano de ocupação do território (Figura 3): o Forte de São Felipe (localizado no extremo noroeste do mapa) foi destinado à base da sede administrativa e ao sul deste foi direcionada uma área às moradias (Andrès, 2008), na nascente capital do Maranhão.

O Desterro surge, assim, como uma das primeiras áreas de moradia na cidade, característica que se manterá até os dias atuais:

No século XVII, São Luís contava com três estruturas urbanas: a cidadela entre os muros construídos pelo então Governador Bento Maciel Parente (1638 – 1641), da Avenida Pedro II até a Praça Benedito Leite; uma área pouco povoada atrás do atual Largo do Carmo e; as imediações do Bairro do Desterro, um núcleo urbano mais adensado com uma população que se estendia até o Portinho, seguindo a margem do Rio Bacanga, limitando-se à Rua Afonso Pena (Barros, 2005, p. 23).

Figura 3: Mapa da cidade de São Luís do Maranhão, em 1844



Fonte: Borralho (2009).

Historicamente, o sítio do atual bairro também já foi nominado por Praia das Mercês (devido a Igreja e o Convento de Nossa Senhora das Mercês, construídos a

⁹ A Constituição do Maranhão, promulgada em 05 de outubro de 1989, adota a denominação dos nativos tupinambás como nome oficial da ilha onde se encontra a capital maranhense, constando em seu artigo 8º (p. 10): "A cidade de São Luís, na ilha de Upaon-Açu, é a capital do Estado".

partir de 1654 pela Ordem Mercedária); Praia da Igreja São José do Desterro (devido a reforma e alteração da nomenclatura da antiga ermida); Praia do Desterro (suprimindo a menção a igreja e ao santo que a nomeava) e; por fim, simplesmente, Desterro.

Com o período áureo da economia algodoeira no Maranhão, o Desterro sentirá a mudança ocorrida na urbanidade da então capital do Estado Colonial do Maranhão e Grão-Pará, quando casas de comércio e outras atividades correlatas se instalaram nas ruas da Palma, Estrela, Afonso Pena e do Giz. Esta última, por exemplo, se converteu em centro financeiro com a instalação de diversas casas bancárias (Barros, 2005).

Casarios imponentes ainda podem ser observados atualmente nestas ruas, embora em quantidade menor se comparado ao valorizado bairro Praia Grande e suas adjacências. De acordo com o contexto de desenvolvimento da cidade com seu núcleo fundacional, no Desterro “foram construídos alguns sobrados que, dado o seu porte, provavelmente abrigaram famílias que detinham poder aquisitivo um pouco mais elevado e que possivelmente possuíam negócios naquela área” (Silva, 2005, p. 52).

Historicamente, o Desterro acabou se consolidando como uma zona periférica, onde viviam as pessoas mais pobres da cidade antiga, “negros forros e pequena burguesia” até o período imperial, área para onde foram deslocados os pequenos lotes de construções, onde se poderia encontrar “reminiscências de porta-e-janelas, deslocadas para o que era então a periferia da cidade, as áreas próximas aos Conventos das Mercês e do Carmo e às Fontes do Ribeirão e das Pedras” (Burnett; Venâncio, 2008, p. 101).

Esta característica tem ligação direta com as estruturas coloniais, e, portanto, classistas e raciais que marcam a história brasileira, uma vez que o Desterro desde “sempre foi visto como um bairro de gente humilde, considerado o primeiro bairro de brasileiros de São Luís, já que a vizinha Praia Grande pertencia aos ricos comerciantes portugueses para os quais os brasileiros trabalhavam” (Chaves, 2012, p. 88). Esta característica de bairro periférico, onde os trabalhadores da cidade moravam, fica explícita em relatos e documentos históricos:

No censo de 1855 existem dados que levam a crer que no Desterro havia uma concentração, nas imediações do porto, de pessoas pobres e mestiças, visto que na área próxima ao largo residiam calafates, veleiros, serreiros, embarcadiços, polieiros, práticos, além de quitandeiros, caixeiros, alfaiates, ourives, carpinas e chapeleiros. Além da existência de dois estaleiros e quatro

armazéns, o que comprova o caráter comercial, portuário e residencial do bairro. Já nas áreas próximas do Convento das Mercês encontrava-se uma população economicamente mais privilegiada (São Luís, 2005, p. 22).

No século XX, o Bairro passa a ser ocupado por imigrantes do interior do Estado e ex-moradores das periferias de São Luís que em grande parte se converteram em moradores de cortiços. Este afastamento das famílias mais abastadas da cidade levou muitas casas de prostituição a ali se instalarem, o que criou mais um estigma de marginalização das atividades do Bairro, a ponto de, por muito tempo, ele ser conhecido como a “Zona 28” em alusão a famosas casas de prostituição que existiram na Rua do Giz (ou Rua 28 de Julho). Período em que o Desterro passou a ser um lugar de noites agitadas pela procura de diversão nos cabarés que nele se multiplicaram (São Luís, 2005).

Atualmente, além da permanência dessas atividades, tem-se um quadro instável, onde ações de preservação, restauro e reabilitação convivem com prédios em estado crítico de conservação (Imagens 2 e 3) – muitos sendo usados de forma irregular como moradia – ruas esburacadas e frequentemente com lixo nas calçadas (Imagem 4). O que se percebe é uma carência de políticas públicas que realmente se efetivem ali; que, além de contribuir para a recuperação da infraestrutura do Bairro, também seja inclusiva, democrática e contribua de forma contundente tanto para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores, quanto para proporcionar melhores vivências aos visitantes.

Imagem 2: Casarão em estado ruim de conservação, Rua da Palma



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Imagem 3: Morada inteira em estado de abandono, Rua da Manga



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Imagem 4: Lixo e descuido nas paisagens do Bairro do Desterro, ruas Formosa e Lapa



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Esta situação é explicada, por um lado, pela estagnação causada pelo esvaziamento das atividades comerciais na área central da cidade (Imagem 5), com fuga de moradores e a conseqüente diminuição das atividades comerciais que esta perda acarreta e, por outro lado, pela ausência de investimentos em políticas públicas de reabilitação da área.

Embora observemos pontuais obras de restauro de prédios e espaços públicos (dentro de um contexto de proteção patrimonial e valorização simbólica, política e econômica que a condição de área tombada proporciona), estas não têm proporcionado uma reabilitação gradual e constante do Bairro, com a inserção de seus moradores em projetos efetivos de consolidação da recuperação da área, como as ações voltadas para moradia, por exemplo.

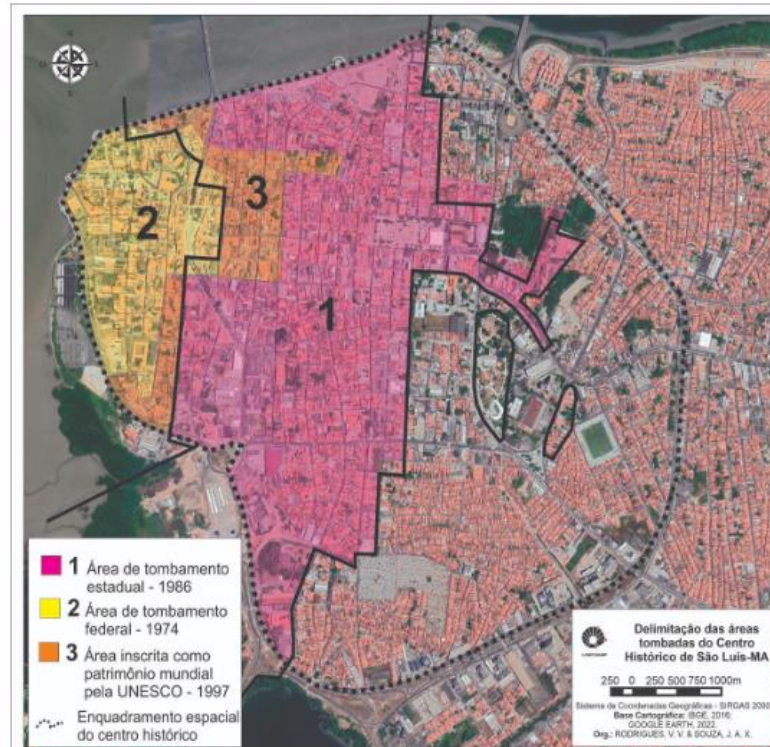
Imagem 5: Casas de comércio fechadas na outrora movimentada Rua Jacinto Maia



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

O Bairro faz parte do núcleo fundacional da cidade e constituindo parte da sua área mais antiga, delimitada já no plano traçado no início da ocupação portuguesa (Figura 4) e está inserido na área de tombamento nacional desde 1974 (IPHAN, 1997) e mundial desde 1997 (UNESCO, 1997) (Figura 5).

Figura 4: Mapa do Centro Histórico de São Luís e as respectivas zonas de tombamento



Fonte: Souza; Paes (2023).

organizado pela própria comunidade. Mais do que o patrimônio construído e instituído oficialmente, são as pessoas da comunidade que animam e dão vida ao Desterro: a Escola de Samba Flor do Samba, o Bumba-meu-boi Lendas e Magias, o Tambor de Crioula Os Onças (Imagem 6), o Bloco Os Cuecas, e diversos outros movimentos culturais e artistas que fazem do Desterro um rico celeiro sociocultural que continua produzindo memórias, histórias e culturas de forma material e imaterial.

Imagem 6: Tambor de Crioula Os Onças



Fonte: Rede social oficial do grupo (2024).

Além destes, podemos citar outros espaços da memória e cultura pulsantes no Desterro como a Banda do Bom Menino, a Cachaçaria do Batista, o Bar Meu Bem, a Zabumbada e o Samba do Peixe (Souza; Silva; Marques, 2024).

3.2.1 Aterramento do Rio Bacanga e transformações da paisagem no Desterro

No século XX, a modernização da cidade de São Luís, com obras como a construção da avenida Vitorino Freire, nos anos 1970, amplia o distanciamento entre o Rio Bacanga e o Desterro, iniciando um profundo processo de mudança na paisagem e de transformação de uma relação histórica entre o Desterro e as atividades portuárias. O aterramento do rio Bacanga causou impactos no modo de vida da população do Desterro, com consequências nas relações econômicas, profissionais e sociais.

No Desterro, a ligação com o Rio Bacanga foi historicamente um elemento essencial na paisagem do Bairro. Ainda hoje, no Portinho, área comercial às margens do referido rio, é observada uma considerável movimentação portuária que abastece parte do pescado da cidade de São Luís.

O Mercado do Peixe, que está em vias de remodelamento desde o ano de 2021, é resquício da intensa atividade comercial que girou em torno do Rio Bacanga no encontro com Desterro durante a história colonial, imperial e até recentemente.

Dessa proximidade com as águas, pode-se observar a permanência de estabelecimentos comerciais que são remanescentes desta atividade portuária no Desterro: peixarias, fábricas de gelo, sindicato dos pescadores e comércio de artigos para navegação e pesca. Testemunhos de um momento histórico relativo à atividade econômica, sociais, políticas e culturais entre Desterro e as águas do Bacanga, como registram as fotografias a seguir (Imagens 7 e 8):

Imagem 7: Rio Bacanga banha o Bairro do Desterro em imagem do início do século XX



Fonte: Araújo (2020).

Imagem 8: Vista aérea do Centro de São Luís com o Desterro em primeiro plano (anos 1970)



Fonte: IPHAN (1970).

Na história espacial do Desterro, um dos maiores e mais abruptos marcos que provocou profundas alterações na paisagem foi o aterramento de uma das margens do Bacanga para a criação da Avenida Vitorino Freire - popularmente chamado Anel Viário. O aterramento do Bacanga respondia à lógica de modernização do traçado urbano que transformou a cidade de São Luís desde os anos 1980: primeiro com medidas de modernização da cidade com criação de grandes vias de escoamento, estimulando novas áreas de moradia que descentralizaram a cidade do núcleo fundacional e, por fim, a implantação do Projeto Grande Carajás, que inseriu São Luís novamente no circuito do comércio internacional.

Tal replanejamento urbano, no qual o aterramento do Bacanga foi uma das ações, buscava inserir a capital maranhense na economia global, novamente como fornecedora de matéria-prima para as potências industriais globais. Entretanto, desta vez não foi a venda de algodão para a Inglaterra, como nos séculos XVIII e XIX, mas como entreposto para a exportação de minérios, entre eles ferro, manganês e bauxita, exportados para a Europa, Ásia e Estados Unidos, no Porto de Itaqui. Além do minério, oriundo das Minas da Serra de Carajás, no sul paraense, o Complexo Portuário do Itaqui também serve para o escoamento da soja maranhense direcionado ao mercado chinês (Sousa, 2011).

As obras de adequação urbana ao crescimento populacional levaram a mudanças estruturais no Desterro. Mudanças estas que, associadas à expansão da malha urbana da cidade, com surgimento de novos bairros para onde as classes médias se deslocavam, levam ao surgimento de novas áreas de habitação e especulação imobiliária, contribuindo para o processo de esvaziamento das áreas mais antigas do Centro (Lopes, 2008). Assim, bairros como a Praia Grande e o Desterro passam por um acentuado processo de *guetização*, passando a ser ocupados por uma população marginalizada e desamparado pelas políticas públicas até os anos 1980, quando acontece a primeira etapa do Projeto Reviver.

No parecer técnico da UNESCO, que reconheceu o Centro Histórico de São Luís como Patrimônio Mundial em 1997, consta uma descrição significativa que destacava as condições naturais na construção da cidade e, por conseguinte, do Desterro:

Localizado no promontório formado pelos rios Anil e Bacanga, a noroeste da Ilha de São Luís, o Centro Histórico de São Luís do Maranhão caracteriza-se

por sua malha urbana de ruas ladeadas por edifícios residenciais (...) é um exemplo notável de uma cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas da América Equatorial (ICOMOS,1997, p. 7-9).

O relevo do bairro do Desterro, estrategicamente, guardava em terras mais altas as moradias, frente as águas do Bacanga e do clima chuvoso da região. Já na segunda metade do século XVIII, com a criação e desenvolvimento do então Estado Colonial do Maranhão e Grão-Pará, a ligação da cidade com suas atividades flúvio-marítimas se intensificam:

[...] São Luís e Alcântara, por sua condição portuária, no período em que toda a comunicação com a Europa se fazia pelo mar, acabaram por se constituir os mais expressivos exemplares de arquitetura e urbanismo da época. Além do que havia, como até hoje há, o fato de que o campo trabalhava para enriquecer a cidade. Grande parte das riquezas oriundas das extensões pastoris dos sertões escoava-se pelo porto, este reunia, portanto, as benesses de ser capital, sede administrativa e entreposto comercial, produzindo-se aí, as maiores e mais expressivas manifestações de urbanidade. Uma elite de comerciantes por aqui se estabeleceu em função destas rendosas atividades de comércio de exportação, gerou a necessidade de construir em São Luís e Alcântara, um ambiente urbano capaz de reproduzir padrões de conforto aos quais seus proprietários estavam acostumados nas cidades europeias (Andrès, 2006, p. 58).

Esta condição do Desterro, de “documento vivo” de momentos históricos, dialoga com o conceito de paisagem cultural adotada pelo IPHAN, que a define como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p. 13).

É preciso perceber que ao longo da história, essa interação da cidade de São Luís com os rios, baías e marés que circundam seu núcleo fundacional mudou de forma profunda, uma vez que a navegação, decisiva para a consolidação da cidade colonial e imperial, não tem mais a mesma importância econômica de outrora nesta área do CHSL.

Permanece, no entanto, a relação simbólica, afetiva e estética com as águas que banham o CHSL, fotografada por tantos visitantes e locais, e nas representações artísticas, inclusive em quadros pintados por artistas em seus ateliês no Desterro, rememorando as águas próximas do Bacanga. Já a atividade portuária fundante na área central da cidade continua, ainda que de forma bem menos acentuada, com o transporte de passageiros no Cais da Praia Grande, e de pescado no Portinho (Imagem 9):

Imagem 9: Embarcações de pesca ancoradas no Portinho



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

É das águas também que vem uma relação antiga do Desterro: o desembarque de navios negreiros, onde se localiza atualmente a Praça das Mercês. Deste período, a Cafua das Mercês é o local onde os escravizados eram leiloados e levados para servir de mão de obra durante os períodos colonial e imperial.

Apontar como o Bacanga conforma o Desterro, em diversos aspectos e relações derivadas, é uma parte indelével da história espacial do atual bairro. Ainda assim, para turistas ou locais que desconhecem essa história não tão antiga, a paisagem atual pode não mostrar totalmente essa dinâmica. Assim, elaborar um roteiro que contasse essas memórias seria ainda mais importante para valoriza o patrimônio no Bairro do Desterro.

3.3 O Bairro e o turismo a partir da interpretação patrimonial: percepções dos moradores

Por se tratar de comunidade historicamente vitimada por exclusão, estigmas e violências, tive sempre como preocupação, desde a concepção desta pesquisa, respeitar o Bairro do Desterro no que tange as expectativas, negativas ou positivas,

dos seus moradores, quanto à prática turística e o patrimônio. Por isso, também, faz-se necessário ouvi-los e abordar suas percepções para propor um estudo, minimamente, alinhado aos anseios e inquietações que estas pessoas possam ter referente a uma atividade que já tem trazido para muitas comunidades, problemas de diversas ordens¹⁰. Já há movimentos e, conseqüentemente, estudos indicando o mal-estar causado pelo turismo de massa a diversas localidades e suas comunidades originárias, como observado em destinos de países da América Latina, como Machu Picchu, no Peru, e Ilha de Páscoa, no Chile:

Os termos hoje conhecidos: saturação e rejeição ao turismo nas destinações ("*overtourism*" e "turismofobia") surgem e estão diretamente relacionados com a célere evolução das práticas pouco sustentáveis do turismo massivo contemporâneo em alguns destacados destinos turísticos. (...) Na última década registram-se evidências de desconfortos sociais produzidos pela saturação turística, principalmente na Europa, a qual recebe quase 60% do tráfego turístico mundial, algo em torno de 600 milhões de turista por ano. Desde então, estamos assistindo a uma proliferação de diferentes formas de protestos deste desconforto e insatisfação social (Beni, 2006, p. 02).

Para melhor desenvolver esta discussão, usarei alguns princípios da técnica conhecida como interpretação patrimonial, que foi desenvolvida como prática pedagógica em Parques Nacionais dos Estados Unidos. A interpretação patrimonial ao ser adotada no turismo cumpre a dupla função de, por um lado, aprofundar a experiência do visitante e, por outro, valorizar o patrimônio cultural local ao propor uma interação entre patrimônio, a prática turística e as comunidades visitadas (Murta; Goodey, 2002).

A interpretação patrimonial é conceituada como “uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiências de primeira mão e por meio de mídia ilustrativa ao invés de simplesmente comunicar informações factuais” (Tilden, 1967, p. 08).

Interpretar é, acima de tudo, uma prática humana cultural onde acontece a intermediação entre conhecedores de determinado patrimônio cultural e interessados nos conhecimentos deste patrimônio:

Mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade. Para atingir seus

¹⁰ Destinos na Croácia, Itália, Áustria, Japão, Chile, Portugal, Espanha, entre outros, têm adotado medidas para limitar a presença de turistas e minimizar efeitos como a inflação imobiliária, poluição visual e ambiental, superlotação, entre outros (Hamatsu, 2018; Azevedo, 2024).

objetivos, a interpretação utiliza várias artes da comunicação humana – teatro, literatura, poesia, fotografia, desenho, escultura, arquitetura – sem, todavia, se confundir com os meios de comunicação ou equipamentos que eles servem de veículos para expressar as mensagens: placas, painéis, folders, mapas, guias, centros museus, etc. Nada substitui, no entanto, a interpretação ao vivo quando realizada por guias e condutores sensíveis ao ambiente e às necessidades dos visitantes (Murta; Goodey, 2002, p. 14).

Neste processo de revelar significados, provocando emoções, estimulando a curiosidade e inspirando novas atitudes no visitante, a interpretação patrimonial considera o envolvimento da comunidade como um elemento fundamental no processo de construção da experiência turística.

É através do contato e das trocas entre visitantes e locais que um roteiro, um *city tour* ou um “simples” passeio pelas ruas de uma cidade deixam de ser um exemplo de consumo midiático (orientado pelo mercado do turismo) do lugar e tomam contornos de uma vivência única, autêntica e original (Murta; Goodey, 2002), como propõem as modalidades de turismo cultural, turismo de experiência e, também, o afroturismo.

É no sentido de abordar as percepções da comunidade do Desterro que entrevistamos alguns moradores e trabalhadores do Bairro sobre o turismo e a presença de turistas no mesmo. É importante lembrar que as tensões causadas pelo turismo às quais me refiro no início desta seção, muitas vezes só serão sentidas em estágios avançados de desenvolvimento da atividade turística, sendo que a comunidade do Desterro ainda não vivencia esta realidade. Portanto, a maneira de evitar estes eventuais efeitos negativos depende de estudos como este que proponho e consequentes políticas públicas que venham a contribuir para a consolidação de um turismo inclusivo, participativo e empoderador à comunidade local.

No dia 07 de dezembro de 2024, um sábado, durante todo o dia, realizei 12 entrevistas (apêndice A) a moradores e/ou trabalhadores do Bairro do Desterro. No sábado a vida do Bairro acontece de forma plena: moradores e trabalhadores podem ser encontrados facilmente em seus locais de vida cotidiana. Os entrevistados tinham idade entre 41 e 77 anos, sendo 5 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, as entrevistas foram realizadas de forma aleatória, no sentido de chegar a opiniões as mais diversas possível dos agentes que vivem a realidade do Desterro durante uma caminhada por diversas ruas do Bairro, tanto da parte “de cima”, quanto a “de baixo”.

De forma geral, os entrevistados se mostraram receptivos à ideia de realização de roteiros turísticos na comunidade, declarando verem de forma positiva a presença maior e mais constante de eventuais turistas no Desterro.

Para a primeira questão, referente a como os moradores percebem o bairro, as respostas foram semelhantes, nas quais foram destacados a tranquilidade do bairro, o vínculo entre as pessoas, a pouca alteração na paisagem arquitetônica, a questão da segurança e a riqueza cultural.

Para o entrevistado 1¹¹, o Desterro é um mundo à parte dentro da cidade de São Luís, revelando a manutenção de aspectos diversos da vida naquela comunidade – apesar da perda do número de moradores, ressaltando que os vínculos comunitários permanecem fortes:

O bairro não mudou muita coisa não, o Desterro continua praticamente como era antes, né? Mudaram algumas intervenções, muito poucas. Quem mora aqui, que é nascido e criado aqui, dá pra perceber, no geral não mudou muita coisa. E com relação à interação das pessoas, dos grupos sociais, isso daí mudou, porque vão se sucedendo as gerações, muitas pessoas não têm espaço pra ampliar suas casas, devido a legislação muito rígida do Governo Federal, não dá pra você fazer um puxadinho pra você, pro seu neto. Então eles acabam mudando daqui; uma grande parte das pessoas acaba mudando. Ficaram algumas pessoas, mas a maior parte se mudou. E essa interação, essa dinâmica social, ela faz diferença pra quem já é antigo, como eu. A gente às vezes, a gente sente falta daquele convívio, como era antes, de como você se relacionava com as pessoas, mas a gente mantém esse vínculo, né, de bate papo na porta de um comércio, é tranquilo, você se sente à vontade para conversar, pra passear. É um bairro muito família [sic].

Para outros: *“cara, aqui não mudou muito, não. Assim, se for falar da parte arquitetônica, não mudou praticamente nada. Está do mesmo jeito. [...] é bom porque, aqui, como uma cidade histórica, aqui, quanto mais ela puder se manter original, melhor” [sic.]* (entrevistado 3¹²). *“O que mudou? A arquitetura. Alguns casarões foram restaurados. [...] Modo de vida não, e a questão da segurança. Melhorou, lógico. A segurança agora tá boa. (Anos) 80, 90, por aí, era ruim. Era um bairro pesado” [sic.]* (entrevistado 4¹³).

Estas falas revelam uma posição favorável por parte destes moradores no processo de patrimonialização e preservação do patrimônio histórico-arquitetônico, embora também denotem um certo descontentamento com a legislação dos órgãos

¹¹ Morador há 60 anos do Bairro Desterro, 60 anos de idade.

¹² Morador há 41 anos do Bairro, 41 anos de idade.

¹³ Moradora há 42 anos do Bairro, 42 anos de idade.

de preservação quanto aos critérios que devem ser seguidos para os prédios coloniais.

Já o entrevistado 6¹⁴ declara que:

O Desterro melhorou um pouco, realmente melhorou um pouco. Mas eu acho que ainda há tempo de os gestores começarem a trabalhar em cima disso aqui, porque o Desterro é um bairro altamente folclórico, artístico e é para trazer a parte que mais a gente vê que é a parte cultural, a parte linda, o povo [sic].

Tal fala coaduna muito com esta pesquisa de mestrado, no sentido de valorizar o Desterro e seu patrimônio a partir de um roteiro turístico que considere as paisagens e sua dinâmica espacial por uma abordagem cultural, ressaltando a dinamicidade do bairro em suas espacialidades e temporalidades.

Em seguida o entrevistado 1 destaca o caráter de excepcionalidade do Bairro do Desterro em relação à paisagem de São Luís:

Eu tenho o Desterro como um apêndice da cidade, quer dizer, ele está totalmente fora do contexto geral da cidade, eu te digo pela minha experiência de vida. Eu saio daqui, e, depois que eu atravesso a ponte, parece que eu estou em outro estado. Eu não reconheço mais a cidade. Outro dia meu filho foi me levar pra um evento e eu perguntei “rapaz, que cidade é essa aqui? É São Luís isso aqui?”. Eu era acostumado ir à Ponta d’Areia, pegar o ônibus quando o ônibus ainda trafegava dentro do Centro Histórico. Não tinha prédio, não tinha nada, a praia era totalmente livre. Passei um tempo em São Paulo, quando voltei já tava cheio de prédio. Quer dizer, pra mim é uma experiência diferente sair do Centro Histórico [sic].

O entrevistado não apenas considera o Desterro como seu lugar, ele também estranha, ou se surpreende, com a nova cidade que surgiu. Sua memória, sua vivência, são essenciais para esta compreensão: um outro cidadão ludovicense que circunda o CHSL de veículo diariamente passando por ambas as paisagens talvez não tenha o mesmo estranhamento, dado o caráter cotidiano de sua experiência.

Esta percepção revela o caráter excepcional dos sítios patrimonializados, sua característica de manter paisagens, como afirmou o entrevistado, “descontextualizadas” do entorno em que estão inseridas e desenvolver nos indivíduos a noção de excepcionalidade do pertencimento a determinada realidade marcada por uma forma e uma memória espacial distintas.

¹⁴ Morador há 63 anos do Bairro, 63 anos de idade.

Esta ideia nos leva também a refletir sobre o caráter da experiência humana referente à paisagem. Quando o entrevistado se diz surpreso ao olhar os contrastes entre paisagens por ele consideradas tão díspares em uma mesma cidade, ele revela sua forma de se relacionar com e conceber a ideia de paisagem. Esta relação é simbólica, mas também material. Besse (2014, p. 47) afirma que as paisagens, antes de serem conceitos teóricos, são realidades materiais, que são percebidas através de todos os sentidos, são experiências sensoriais, marcadas pela alteridade:

(...) a paisagem pode, então, ser compreendida e definida como o acontecimento do encontro concreto entre o homem e o mundo que o cerca. A paisagem, é nesse caso, antes de tudo, uma experiência. Mas, no sentido geral, essa experiência paisagística, ou melhor dizendo, essa paisagem que se apresenta como experiência só remete, para o ser humano, a certa maneira de estar no mundo e ser atravessado por ele. (...) Efetivamente, não se trata apenas de detectar e destacar a existência de um “fora” em relação às representações mentais, psicológicas, isto é, de uma realidade. Não é só isso. É a própria noção de experiência, quando se trata de paisagem que é reavaliada: a experiência deve ser entendida aqui como uma “saída” do real e, mais precisamente ainda, com uma exposição ao real.

Em outro momento, este mesmo entrevistado 1 destaca elementos de infraestrutura que diferenciam a área central, tombada, de outras áreas da cidade:

Quem vive no Centro Histórico, a gente tem a melhor infraestrutura da cidade, não tem como negar isso aqui: o lixeiro passa duas vezes por dia, varredor de rua, nessas principais aqui ele passa duas, três vezes por dia varrendo, na minha rua passa uma vez. Não existe isso daí em nenhum bairro. A nossa iluminação é toda subterrânea, a nossa internet é subterrânea, certo? Não falta água, é difícil, de vez em quando tem um problema, às vezes na rede e tal. A gente tem todos os mercados aqui: Mercado Central, Mercado das Tulhas, o Mercado do Peixe. Banco tem todos os bancos aqui, supermercados. Você tem o maior shopping a céu aberto da cidade, que é a Rua Grande. Você tem todos os serviços, clínicas, que você precisa dentro de uma cidade. Eu não preciso muito sair daqui para resolver qualquer problema [sic].

Esta fala traz um contraste curioso com a permanência de problemas estruturais que o Bairro apresenta. Os processos de patrimonialização, e a própria gestão pública em sua missão de manter a limpeza e a manutenção das vias em bom estado, embora se mostrem falhos, são mais eficazes neste recorte da cidade do que em distritos que não são privilegiados pelo mesmo contexto político. Sobre esta leitura da paisagem, a partir de um ponto de vista metodológico-hermenêutico, Besse (2014, p. 21) vai afirmar que:

A ideia que se impõe, em todos os casos, é que a paisagem é como um texto humano a ser decifrado, como um signo ou um conjunto de signos mais ou menos sistematicamente ordenado, como um pensamento oculto a ser achado por trás dos objetos, das palavras e dos olhares.

O que nos leva a considerar esta leitura como uma experiência única, subjetiva e complexa por parte dos indivíduos.

Sobre a imagem que a cidade tem do Bairro, a entrevistada 8¹⁵ revelou uma percepção interessante com base em um recorte territorial de classe, onde esta forma de ver o Desterro seria negativa ou positiva de acordo com as zonas de moradia dos ludovicenses, sendo positiva para os moradores da periferia e negativa para os que habitam as áreas nobres:

Deixa eu dizer bem aqui, embora pro Renascença, São Francisco, bairros nobres, eles enxergam aqui como um lugar esquecido pelo Estado, e se eu for levar pra periferia, eles olham aqui como [...] a periferia já tem uma visão diferente, eles olham aqui como um bairro cultural, um bairro, como é que chama? Histórico. Um lugar propício pra turista, mas os bairros que são nobres aqui em São Luís, eles olham muito o Bairro como uma decepção pra São Luís [sic].

Interessante que a entrevistada destacou a riqueza patrimonial (cultural e histórica) do Bairro e o teor atrativo, do ponto de vista do turismo, que este patrimônio suscita, fato importante em uma perspectiva da interpretação patrimonial, uma vez que “a essência do planejamento turístico local é que a comunidade, em todos os segmentos, tenha consciência de seu patrimônio, tanto material quanto do imaterial” (Murta; Albano, 2002, p. 55). No entanto, a fala conclui com a imagem negativa que os ludovicenses, especialmente os oriundos de bairros ditos “nobres”, possuem do Desterro.

Em uma perspectiva semelhante, o entrevistado 6 se declarou inconformado com o fato de que boa parte dos próprios ludovicenses são incapazes de identificar o Desterro enquanto localidade da cidade de São Luís:

Olha, a população, a maioria, uma boa parte que diga, não conhece o Centro Histórico, Desterro. Eu já vi gente que dizia assim “você mora onde? Onde é isso?” Eu já tive o desprazer de ouvir gente dizer “não sei onde fica isso, aonde? Não sei não, é no Reviver?” Eu digo “não, é mais pra cá, aqui, perto do Mercado do Peixe”. “Ah tá, é Convento das Mercês, ali que é o Desterro?” Ali que é o Desterro. Ninguém sabia. A própria população, uma boa parte, não sabe realmente que existe o Desterro em termos de bairro [sic].

¹⁵ Moradora há 77 anos do Bairro, 77 anos de idade.

Sendo o CHSL um local de memória coletiva, um patrimônio que se quer acessível e democrático, é necessário fazer uma reflexão sobre esta falta de identificação de determinados indivíduos ou grupos sociais, com seu patrimônio histórico, em especial o Bairro do Desterro. Relph (1976, p. 01) afirma que “ser humano é viver em um mundo que é cercado de lugares significativos: ser humano é ter e conhecer seu lugar”. Partindo deste raciocínio, parte da coletividade da cidade de São Luís não estaria criando sentido de lugaridade¹⁶ com um sítio histórico que se pretende lugar de memória social. Criar formas de fruição e lazer através da proposta de um roteiro turístico (que pode ser aplicado aos locais), não pode contribuir de forma positiva para este quadro?

Quando perguntado sobre a implementação do turismo no Desterro, o entrevistado 1 inicialmente revelou sua percepção de que o desenvolvimento deste tipo de atividade no Bairro tem como fator impeditivo o estigma que o Desterro ainda carrega, de bairro marcado pela violência e, acima de tudo, pela prostituição que aconteceu e ainda acontece na área:

Aqui, na década de 30 pra década de 40, foi institucionalizada a Zona do Baixo Meretrício, da Rua Direita até o Portinho. Isso, nessas gerações atuais talvez não cause tanto impacto, mas ficou incutido no inconsciente coletivo das pessoas essa coisa do preconceito, do estigma. É como se fosse uma marca: o cara é ladrão, tu sempre vai desconfiar dele: “esse daí já foi preso”. Então o pessoal transferiu isso aqui para esse recorte da cidade que é o Desterro, porque o (espaço) principal da zona, funcionava aqui na Rua 28 de Julho, na Rua da Palma, e esta parte aqui era o baixo clero da zona, um dos bairros mais barra pesada que tinha. (...) Então isso daí impacta muito nessa visitação turística. Então a gente encontra dificuldade por conta desse estigma [sic].

Este estigma de zona periférica, já evidenciado em meu texto (e, claro, percebido em minha vivência com a realidade do Bairro e da cidade), é exposto na realidade da comunidade neste momento da entrevista, sendo constatado também em outros estudos:

“O antes”, um período em que a imagem do Desterro era associada, de forma incisiva, à prostituição, à promiscuidade, além de ser o “quartel general para malandragem” não está tão distante do “depois”, pois as consequências daquele período marcariam ainda a vida dos moradores do bairro (Silva, 2005, p. 153).

¹⁶ Castello (2005, p. 86) explica a lugaridade como “sentido de lugar”: a qualidade essencial do lugar expressa em “sua força de interagir com o modo espacial que tomam as intenções, experiências e comportamentos dos seres humanos”

Inquirido sobre a potencialidade turística do Desterro, o mesmo entrevistado acima cita alguns monumentos e características que considera atrativos turísticos importantes no Bairro:

O Desterro tem grandes pontos turísticos, como a Praça das Mercês agora, que foi revitalizada com esse aporte de recursos da Vale pra fazer aqueles painéis, a pedra com o nome de todos os navios que trouxeram os negros da África na diáspora, tem a Cafua das Mercês, onde eram comercializados os escravos, tem o Convento das Mercês, que é um prédio de 1654. Tem a Igreja do Desterro e o nosso traçado das ruas é o traçado do começo da colonização da cidade; não pelos franceses, mas pelos portugueses, então é um traçado espanhol original aqui desde quando Frias¹⁷ desenhou isso aqui (Entrevistado 1).

O entrevistado mostra possuir um conhecimento do patrimônio do Desterro, além de detalhes da história, que são elementos importantes para a criação de uma memória coletiva e um sentido de lugar no Bairro, pois de acordo com Castello (2005, p. 15): “por trás da identificação de um lugar encontra-se presente todo um processo de valorização do espaço, que pode muito bem ser atribuído à percepção que as pessoas têm a respeito desse espaço”.

Novamente sobre o turismo, quando perguntado se seria interessante o desenvolvimento de roteiros no bairro do Desterro, o entrevistado relata que:

Eu acho que isso aí seria o correto, mas você mostrar uma outra face da cidade que às vezes as pessoas não conhecem, porque elas se projetam mais no patrimônio material, no físico. Mas o turista, principalmente o estrangeiro, ele quer ver a comunidade, quer ver o cara jogando dama, uma roupa estendida na janela, a molecada jogando bola, as pessoas interagindo. De que adianta o turista vir aqui, olhar uma casa dessas, fechada, sem interação nenhuma, né? Nossa vocação é turística, somos um museu a céu aberto (Entrevistado 1).

Tal fala é muito significativa porque já aponta para uma percepção de turismo voltado para sentir/vivenciar a experiência daquele destino tendo contato com a comunidade em sua dinâmica cotidiana. O que dialoga com as tendências mais contemporâneas de turismo que consideram a relação do visitante com a cultura imaterial do lugar visitado, muito mais que o interesse por monumentos de pedra e cal.

¹⁷ Se referindo a Francisco Frias de Mesquita, engenheiro da administração colonial espanhola responsável pelo traçado original das ruas do Centro Histórico de São Luís (no período da fundação da cidade, início do século XVII, Portugal estava sob o reinado de Felipe II da Espanha, a chamada União Ibérica).

Ainda neste mesmo sentido, o entrevistado 6 apontou a produção cultural como o mais importante atrativo turístico de um destino:

É importante fazer uma grade cultural incluindo o Bairro do Desterro, porque só esse largo aqui com esse fundo aqui, com esse pano de fundo da igreja do Desterro é muito bonito. Se você fizer um chorinho, de noite aqui... Olha, lindo, lindo, até me arrepiei, tu é louco, um chorinho aqui lindo, massa!! Então essas coisas que atraem os turistas. O turista não quer vir pra cidade dos outros pra ver um carro, ele quer ver o quê? A cultura [sic].

Esta fala lembra que é interessante entender o tipo de atrativo que a comunidade julga interessante mostrar a um potencial visitante, qual aspecto da sua cultura o local elege como digna ser considerada, digna de ser compartilhada com um forasteiro. Esta ideia encontra eco nos princípios da interpretação patrimonial, uma vez que, com base nos critérios da valorização e da preservação, reconhece a comunidade “como produtora do conhecimento, dos atrativos oriundos da significação cultural, protagonista da reinvenção da cotidianidade, respeitando-se o imaginário, as crenças, os arquétipos, o tempo e o lugar” (Murta; Albano, 2002, p. 65).

Ao ser perguntado sobre quais medidas tomaria para atrair mais visitantes, o entrevistado 9¹⁸ também opinou que a cultura local deveria ser mais valorizada, se referindo às manifestações artísticas ditas folclóricas como os blocos tradicionais de carnaval:

Eu deveria, eu acho que a gente deveria investir mais nas atrações locais. Como os grupos folclóricos, tá vindo agora carnaval agora, e aí nós temos muito blocos tradicionais, nós temos São João bonito, mais bonito do Brasil. [...] E o povo não olha isso, e o cara não olha ainda, tá entendendo? [sic].

Mais uma vez percebemos a sensibilidade do entrevistado em valorar o legado cultural imaterial e autêntico da comunidade, em um claro desconforto com o que ele julga não ser escolhido como elemento identitário pelos fazedores do turismo convencional, oficial.

Por fim, os entrevistados responderam se o turismo poderia trazer problemas à comunidade: “*olha, pra aqui, pra cá, eu queria mais era turismo. Porque aqui, pra cá, pro Desterro, pra essa área que é aqui, eles só acham boniteza na Praia Grande*” [sic.] (Entrevistado 2¹⁹); “*traz mais é benefício, porque o turista em si, acho que ele não causa muito problema assim, dentro de uma cidade, entendeu? [...] E ultimamente*

¹⁸ Empreendedor, dono de bar, há 6 anos trabalhando no Desterro.

¹⁹ Morador há 40 anos do Bairro, 40 anos de idade.

aqui tem até tado mais seguro, no Reviver mesmo ali, nessa região do Desterro” [sic.] (Entrevistado 3²⁰).

A maioria dos entrevistados considera o turismo como algo benéfico para a comunidade, especialmente quanto às melhorias em infraestrutura e inclusão dos moradores neste processo. Por exemplo, o entrevistado 6 ponderou que é preciso haver um planejamento geral e a capacitação das pessoas para trabalharem com os turistas, ao mesmo tempo que se deve estruturar melhor o bairro do Desterro:

Aí depende como você quer olhar se você traz um turismo sustentável, sociável, agregando à comunidade, dando estrutura, “amigo você mexe com o quê?” “Eu mexo com hambúrguer”. “Então vou te dar um espaço pra você fazer o seu hambúrguer” Pra quando atrair um turista ele vem comer o seu hambúrguer, com segurança, tudo isso, eu vejo assim você tem que começar a pensar nisso, agregar a parte cultural e a parte humana da população, da comunidade [sic.].

Consoante a valorização na cultura da cidade, o entrevistado 8²¹ afirma:

Eu acho que mais turista iria ter benefício, mas dependendo de quando vem, da maneira que vem. Porque não adianta vir turista pra cá pra ver alguma coisa, alguma atração que já conheçam. Turista pra vir pra cá, ele deve conhecer a nossa cultura, deve conhecer a nossa realidade, conhecer o nosso conviver aqui dentro. Ele deve entrar e mergulhar na... como é que chama? Mergulhar na cultura ludovicense [sic.].

Nas duas falas anteriores percebemos a sensibilidade dos depoentes sobre a necessidade de desenvolver o turismo seguindo parâmetros de planejamento que levem em conta critérios como a inclusão da comunidade e a forma como os atrativos são pensados (neste caso, o entrevistado 8 reitera a necessidade de valorizar a cultura local).

Dando atenção aos estímulos econômicos que o turismo poderia trazer à comunidade do Bairro do Desterro, o entrevistado 4 declara:

Só benefícios. Problema não vai trazer não porque problema ela já tem por si só. [...] Os BO já é dela, isso aí ninguém tira, mas ele vai trazer benefícios porque imagina só, além dele trazer benefícios, ele vai gerar renda pra essa comunidade. Imagina só, a gente está aqui numa praça, tem um evento aqui, traz um turista pra assistir. Um bar aqui, um bar ali, um bar aqui de lado, todo mundo vai ganhar [sic.].

²⁰ Empreendedor, trabalha no Desterro há 15 anos.

²¹ Morador há 49 anos do Bairro, 49 anos de idade.

Uma única entrevistada mostrou um olhar pessimista quanto ao turismo e à possibilidade de o Bairro atrair visitantes: *“se tivesse outras coisas boas pros turistas olhar, até que ajudaria, mas não tem. Só ali o Convento, a igreja, a praça. Mas não tem nada. Assim uma loja, só aquele café. Não tem”* [sic.] (Entrevistada 9²²).

Esta última e (talvez) inquietante fala não foi deixada por último por acaso. Ela desperta duas questões interessantes. A primeira é conceitual, sobre a percepção da paisagem, já aqui comentada, uma vez que esta ideia não é um fato objetivo, mas uma percepção que advém da forma como cada sujeito, com base em suas experiências, subjetividades e vivências, percebe a Geografia de onde vive, pois, como disse Besse (2014, p. 21), esta ideia (de paisagem) é um “pensamento oculto a ser achado por trás dos objetos, das palavras e dos olhares”

A segunda está no âmbito do turismo, mais precisamente sobre a (às vezes) delicada relação dos locais com os de fora: nem todos estão dispostos ou animados com esta possibilidade de convivência, pois o visitante pode se deparar com a indiferença e mesmo com a animosidade dos que não acham que seu lugar seja digno de visita ou talvez que o visitante não seja digno de visitar seu lugar.

Trazendo, para a análise deste contexto complexo, os princípios da interpretação patrimonial, Murta e Albano (2002, p. 76), afirmam que “podemos interpretar o futuro assim como o passado, podemos interpretar os pobres como temos interpretado os ricos, podemos interpretar o que é cruel e pouco confortável, assim como frequentemente interpretamos o que é aceitável e tolerável”.

De uma maneira geral, as falas dos entrevistados refletem a compreensão, por parte dos mesmos, de que o Desterro é um espaço excepcional por seu patrimônio histórico-cultural, constituindo, portanto, uma paisagem com potencialidades para a prática de atividades turísticas. No entanto, não deixaram de reconhecer que os estigmas e preconceitos que o Bairro sofre dentro da própria cidade, aliado às deficiências de infraestrutura e à falta de políticas públicas que atuem de forma eficiente na área (segurança, limpeza e manutenção urbana) são fatores que dificultam a prática turística no Desterro.

Desta forma, e com base nos princípios da interpretação patrimonial, é possível afirmar que a comunidade se mostra receptiva ao desenvolvimento de roteiros no Desterro, desde que mostre o cotidiano vivido no bairro enquanto dinâmica cultural

²² Moradora há 10 anos do Bairro, 46 anos de idade.

relevante e que considere os próprios moradores e trabalhadores do bairro como parceiros nesse processo. Para finalizar, referente a relação dos indivíduos com seu espaço, Besse (2014, p. 36) afirma:

As perguntas que devem ser feitas não são primeiramente estéticas, mas sim as seguintes: quais possibilidades oferecem a paisagem para o ser humano viver, para ser livre, para estabelecer relações sensatas com os outros homens e a própria paisagem? Qual é a contribuição da paisagem para a realização pessoal e a mudança social? A resposta de J.B. Jackson a essas perguntas é inapelável: nunca se deve mexer na paisagem nem pensar naqueles que vivem nela. Afinal de contas, se a paisagem tem um sentido e, sobretudo, se o projeto de paisagem pode ter um sentido, é porque o desafio é tornar o mundo habitável para o homem. O eixo central da reflexão está aí: a paisagem é a expressão de um esforço humano, sempre frágil e a ser recomeçado, para habitar o mundo.

Além do resgate da história espacial do Desterro e das percepções dos moradores e trabalhadores, foi interessante à composição da pesquisa levantar quais produtos turísticos são oferecidos atualmente no CHSL e como os guias profissionais praticam e interpretam esse guiamento, o que será tratado no próximo tópico.

3.4 Por onde se guia (n) o turismo do Centro Histórico de São Luís?

Percepções de guias de turismo

São Luís tem apresentado um incremento das atividades ligadas ao turismo nas últimas décadas. Este aumento do fluxo de visitantes tem trazido o desafio da diversificação do produto turístico local, no intuito de aumentar o tempo de permanência desses visitantes com maior retorno econômico à cidade.

A diversificação do produto turístico é um dos desafios dos destinos para garantir sua atratividade turística, o que também necessita de uma rede de profissionais qualificados para tal diversificação. De acordo com Matavele (2016):

A diversificação do produto turístico nos destinos é uma estratégia de marketing, pois cria uma imagem diferenciada do destino em relação aos outros lugares, também ajuda na redução da sazonalidade, enriquecimento do destino com novas propostas diferenciadoras (realizações de eventos culturais, desportivos, festivais entre outros), permite que haja o desenvolvimento da oferta complementar ao longo de todo o ano, apostando na qualidade dos produtos e serviços e na qualificação dos recursos humanos que trabalham na área do turismo (p. 21).

A administração pública e a iniciativa privada locais têm demonstrado esforços no sentido de ampliar estes serviços e, desta forma, oferecer novas possibilidades de

produtos para os visitantes. Novos roteiros turísticos como os passeios náuticos pelos rios Anil e Bacanga e alguns com perspectivas afrocentradas, realizados no Quilombo Cultural de São Luís (Figura 6) e no Centro Histórico (Figura 7), são exemplos de novas possibilidades de experiências turísticas na capital ludovicense.

Sobre roteiros turísticos realizados no CHSL com perspectiva afrocentrada, a proposta teórica de um roteiro reproduzida no artigo “Caminhos de negros: a história da presença negra no Maranhão contada por meio de um tour pelo Centro Histórico de São Luís”, por discente e docente do curso de Turismo da UFMA (Lobato; Ferreira, 2021) é interessante para ratificar o estudo dessa dissertação.

Figura 6: Divulgação do Roteiro “Quilombo Cultural”



Fonte: Prefeitura de São Luís (2023).

Figura 7: Divulgação do Roteiro “Caminho Ancestral”, idealizado pelo Instituto da Cor ao Caso com parceria do Guia Negro



Fonte: Instituto da Cor ao Caso (2023).

Lobato e Ferreira (2011, p. 234) argumentam sobre a pouca diversificação dos roteiros e a inexistência de roteiros temáticos que valorizem, por exemplo, a cultura negra do Maranhão:

Dessa forma, observa-se que os roteiros temáticos na cidade de São Luís ainda são produtos escassos. Um roteiro temático no Centro Histórico que tenha como foco o legado do povo negro como protagonista dessa história, por exemplo, está indisponível para venda e divulgação.

Disso, as autoras elaborarem um dos primeiros estudos que propõem um roteiro afrocentrado em São Luís, percebendo a riqueza que esta abordagem traria ao circuito turístico na cidade:

A ideia de roteiros temáticos que trazem o povo negro como referência, possibilita essa experiência autêntica, de fazer um caminho trilhado por eles, permitindo conhecer a história, tradições, crenças, entre outros, e essa inovação garante o aproveitamento da herança cultural explorada neste roteiro (Lobato; Ferreira, 2011, p. 231).

O bairro do Desterro é um destes locais de desenvolvimento destes circuitos, pois se constitui como um dos “espaços onde se preservaram as práticas culturais de matriz africana e onde se construíram identidades negras positivas” (Zubaran; Silva, 2012, p. 136). A respeito disso, ressalto que, historicamente, por fazer parte da zona urbana de São Luís, o Bairro foi impedido de ter casas de culto afro, festas negras, batucadas, ou mesmo a simples reunião de grupos de pessoas negras dada maior vigilância nas áreas centrais durante o período colonial e imperial.

O código de posturas que vigorava em São Luís pela Lei n.º 775 de 04/07/1866, Domingos Vieira Filho (1978: 16-21), informa que este código proibia aos escravos o trânsito pelas ruas e praças além das 9 horas, sem autorização por escrito de seu dono. O art. 115 proibia reuniões de mais de quatro escravos em quitandas ou casas de comércio onde se vendessem bebidas espirituosas e se praticassem rifas e jogos. O art. 124 proibia a realização de batuques fora dos lugares permitidos pelas autoridades competentes. O art. 154 proibia que a diamba ou maconha fosse fumada em lugares públicos, exposta ou vendida para tal fim. Informa também que a polícia de São Luís, no século passado, frequentemente proibia a realização de folguedos de negros pois poderiam degenerar em perturbações da ordem pública (Ferretti, 2008, p. 02).

O Desterro, desta forma, diferente do Bairro Madre Deus, onde foi permitido se instalar a Casa das Minas, ou Querebentã de Zomadônu²³, não pôde ter locais históricos de culto afro, sendo que esta valorização da memória do povo negro que viveu no bairro só veio acontecer recentemente com a criação de espaços como a Cafua das Mercês e o Monumento à Diáspora Africana no Maranhão (construído no local onde os negros escravizados tinham o primeiro contato com sua nova, mesmo que indesejada, terra), além de valorizar a memória do bairro com eventos e personagens negros, como Zé de Lé, construtor da atual Igreja do Desterro.

Atualmente, a comunidade pode exercer sua cultura, não mais como uma concessão dos poderosos, mas como um reconhecimento da riqueza de sua contribuição para a cultura de São Luís e do Maranhão. A existência do Tambor de

²³ Na língua Jeje, Querebentã significa “casa grande” e Zomadônu é a denominação do vodun, espírito ancestral a quem a casa é dedicada (Ferretti, 2013).

Crioula Os Onças, o barracão da Escola de Samba Flor do Samba²⁴ e a Procissão dos Orixás que finaliza a caminhada de adeptos das diversas religiões de matriz africana no Largo da Igreja do Desterro são testemunhos desta resistência cultural.

Outro agente turístico que se soma para a visibilidade de roteiros afrocentrados é o Guia Negro - plataforma de divulgação de viagens com foco na cultura negra do Brasil. A visibilidade dada pela plataforma aos roteiros afrocentrados é essencial para atrair turistas que desejam esse tipo de turismo, já que a plataforma tem como proposta:

contar histórias de lugares, pessoas e cultura negra. Inspirar, mapear e guiar por novas escolhas no turismo, por viagens mais diversas e por histórias com a nossa cor, que por muitos anos não foram contadas e existem em todas as partes do mundo, graças à diáspora negra (Guia Negro, 2021, n.p.).

O Guia Negro (2021) registrou a realização do primeiro roteiro afro efetiva e amplamente divulgado de São Luís, o já citado Caminho Ancestral, realizado pelo Instituto da Cor ao Caso, quando:

inaugurou no dia 20 de novembro de 2021 o vetor de atuação do afroturismo na cidade de São Luís do Maranhão, construindo um roteiro inteiramente dedicado à história negra em um dos espaços de maior procura pelos turistas que chegam na cidade, o Centro Histórico (Almeida; Cardoso, 2023, p. 09).

Ainda nesse contexto de diversificação dos produtos turísticos oferecidos e do fortalecimento do Afroturismo no Maranhão, a Secretaria de Turismo de São Luís realizou, em julho de 2024, um *presstrip* com jornalistas negros referência no afroturismo no Brasil, após a realização do I Encontro de Afroturismo de São Luís, realizado entre os dias 24 e 25 de maio de 2024.

Estas iniciativas (artigo de Lobato e Ferreira, 2011; Guia Negro e visibilidade do turismo em São Luís; Encontro de Afroturismo e *presstrip*) denotam a potencialidade da afrocentralidade para o turismo em São Luís, atentando para a memória negra (dos locais e dos visitantes) quanto à construção, interpretação e realização dos patrimônios históricos na diversa cultura maranhense.

A fim de completar esse quadro e também compreender como os profissionais de guia de turismo que já costumam trabalhar no CHSL entendem e praticam o guiamento, elaborei um questionário (apêndice A) que foi enviado *online* para levantar

²⁴ Em 2025 o enredo da Flor do Samba foi "Firma o Ponto e Viva Angola que Folha Seca Chegou" (o caboclo Folha Seca é uma entidade espiritual cultuada no Tambor de Mina do Maranhão).

as percepções dos guias. Ao total coletei 11 respostas de guias de turismo já experientes (8 identificados como sendo do sexo feminino e 3 como do sexo masculino, a faixa etária variou de 41 aos 55 anos) e uma agente de viagens (39 anos de idade, sexo feminino).

Com estes profissionais foi possível confirmar a pouca presença de guiamentos no Desterro. *“só vou ao Desterro quando há alguma demanda específica”*, revela uma guia de turismo²⁵ que detalha sua postura: *“ultimamente só tenho levado ao bairro quando realizo roteiros de turismo pedagógico e as escolas especificam que o Convento esteja inserido na visita”* (guia de turismo 1). Ela argumenta também a falta de segurança sentida na área, uma vez que haveria pontos de venda e consumo de drogas que a deixam insegura quanto a atuar e levar visitantes ao Desterro: *“hoje acho que até melhorou, depois que restauraram aquele casarão da Rua do Giz”*²⁶.

Outra guia de turismo²⁷ afirma que o Desterro fica em uma zona menos privilegiada, distante da área mais central, faltando, na sua opinião, mais estabelecimentos turísticos nestas zonas que permitam uma conexão entre o Desterro e as áreas mais privilegiadas por políticas de preservação e pelas atividades econômicas do Centro Histórico: *“a área e o entorno estão em situação de abandono. Há dois grandes monumentos importantes, a Igreja (do Desterro) e o Convento, que atraem a atenção, mas o percurso está abandonado, com cortiços e aparência ruim”* (guia de turismo 2).

Nas falas acima, a ideia de patrimônio enquanto construção de “pedra e cal” tem importância primordial na escolha do que apresentar ao olhar do visitante. A precariedade da infraestrutura no Desterro fica evidente enquanto um fato dificultador para a prática turística, também presente na fala de outra profissional²⁸: *“pouco trabalho no bairro do Desterro, e, quando tenho oportunidade, sinto que o bairro está abandonado pelas políticas públicas, tanto da esfera municipal quanto estadual”* (guia de turismo 3).

Já a agente de viagens²⁹ entrevistada elencou alguns motivos que contribuem com a pouca oferta de roteiros no Desterro: insegurança, baixa divulgação dos

²⁵ Guia de turismo de 48 anos de idade, com 28 anos de experiência profissional.

²⁶ Refere-se a uma construção recuperada pela Prefeitura em abril de 2022 e que hoje abriga apartamentos de interesse social e um órgão da administração municipal.

²⁷ Guia de turismo de 52 anos de idade, com 22 anos de experiência profissional.

²⁸ Guia de turismo de 44 anos, com 20 anos de atuação na área.

²⁹ Agente de viagens de uma operadora de turismo que atua nos estados do Maranhão e Pará.

atrativos e resistência dos profissionais guias de turismo em atuar na área do Bairro. A segurança foi o primeiro ponto, inclusive chamando a atenção para o fato de que todo o Centro da cidade está classificado como zona crítica de segurança. Quanto à divulgação, esta agente de viagens afirmou que *“mesmo que as agências de viagens façam a divulgação de novos roteiros, a promoção turística oficial da cidade tem um papel importante neste aspecto, influenciando de forma definitiva a tomada de decisão do turista”*. Finalmente, quanto à resistência dos profissionais guias de turismo em atuar na área do Desterro, este agente de viagens afirmou que com frequência é questionado sobre quais atrativos mostrar no bairro, o que denuncia a falta de conhecimento dos potenciais atrativos turísticos do mesmo, inclusive por parte dos profissionais da área.

Outra profissional guia de turismo³⁰ mostra uma percepção totalmente diferente do Bairro, quando questionada sobre a procura e aceitação dos visitantes, indica que:

O bairro do Desterro é uma relíquia. Todos os grupos que eu levo amam as pessoas e tudo o que tem lá. Sim, para quem quer conhecer a história do lugar, sim. Sempre foi e é uma "periferia" urbana. Tudo o que há lá está voltado para a afroindigenicidade. O público é específico e tem solicitação para vivências realistas sobre a vida e o cotidiano de pessoas que moram e principalmente trabalham no Centro Histórico e no entorno (Guia de turismo 4).

A percepção desta guia se explica pelo fato de ela atuar nos roteiros afro-centrados, aqui já citados, onde os participantes na maioria das vezes já possuem leituras e vivências sobre a cultura afro-brasileira e se interessam por experiências mais *“realistas sobre a vida e o cotidiano”*, nas palavras da guia. Nesta fala, o potencial do Afroturismo significa, também, uma outra relação com os territórios e as pessoas, novos objetivos e miradas sobre os destinos de viagem com base em outras leituras e interpretações de mundo, no resgate das memórias dos que foram historicamente apagados e agora passam por um processo de valorização (Rodrigues, 2021).

Outro guia³¹ corrobora com esta perspectiva do afroturismo ao reforçar a importância do monumento à Diáspora Africana, que é um exemplo de política de valorização da cultura negra, resultado de parcerias público-privadas e de lutas da militância negra: *“o bairro é desconhecido. Não vejo agências vendendo. Só quando fazemos um tour cultural de museus, Igreja e o Convento, para poder ir até lá.*

³⁰ Guia de turismo de 47 anos, com 5 anos de atuação na área.

³¹ Guia de turismo de 53 anos, com 30 anos de atuação na área.

Atualmente, com (o monumento) a Diáspora Africana aumentou o número de visitas ao local” (guia de turismo 5).

Outra entrevistada³², por ser também moradora do Centro Histórico, elabora uma fala também positiva, elencando elementos da cultura imaterial da comunidade como interessantes para sua prática profissional. Perguntada se costumava trazer visitantes ao Desterro, respondeu da seguinte forma:

Costumo sim. Por ser moradora do Centro. O Bairro do Desterro oferece hospitalidade; os moradores mais antigos são historiadores natos, conservam os hábitos bucólicos do jogo do dominó, dama, baralho, xadrez e a boa conversa na porta de casa do lado de fora, na rua, pra um dedinho de prosa ou um café no final da tarde. Tem a cachaçaria do Batista, o Largo do Desterro, o Convento das Mercês, a Praça da Diáspora, a praça da Liberdade, o Tambor de Crioula dos Onça, a agremiação Flor do Samba, o bumba-meu-boi Lendas e Magias, o Sindicato dos Arrumadores, o Bloco Os cuecas, a sede do Boi Vermelho, o Bar Meu Bem, o bar de Raimunda. Tem para ensinar os modos de viver em comunidade urbana que resiste aos descasos administrativos e à segregação (Guia de turismo 6).

Quando perguntados sobre a avaliação pessoal, foi praticamente unânime o reconhecimento de, por um lado, o potencial do Desterro enquanto atrativo turístico e, por outro, os problemas estruturais que o mesmo apresenta: *“é um bairro com grande potencial histórico-cultural e turístico, só precisa ser planejado e organizado para o fazer turístico correto e sustentável” (guia de turismo 4); “é um bairro com um grande potencial turístico mas também com muitos desafios, que têm que ser enfrentados e resolvidos para depois trabalhar o turismo” (guia de turismo 3); “bairro charmoso, porém com falta de investimento para melhoria no geral” (guia de turismo 6).*

O estigma que marca a imagem do Desterro como um lugar ainda com pouca infraestrutura, acaba por inviabilizar o uso turístico de seus atrativos como mencionam os entrevistados. Todavia, a não ocupação do bairro pelo turismo também acaba por corroborar com a falta visibilidade para o Desterro e a denúncia para a efetivação de políticas públicas.

É importante sempre relativizar esta percepção com outros fatores que tornam mais complexa a situação. Sim, certamente há problemas estruturais e que precisam ser debatidos para melhoria da vida da comunidade e conseqüentemente das experiências turísticas que podem ocorrer no Desterro, de acordo com o perfil e

³² Guia de turismo de 52 anos, com 20 anos de atuação na área.

interesse do visitante, tempo disponível, entre outras questões que podem influenciar na dinâmica da visita ao CHSL.

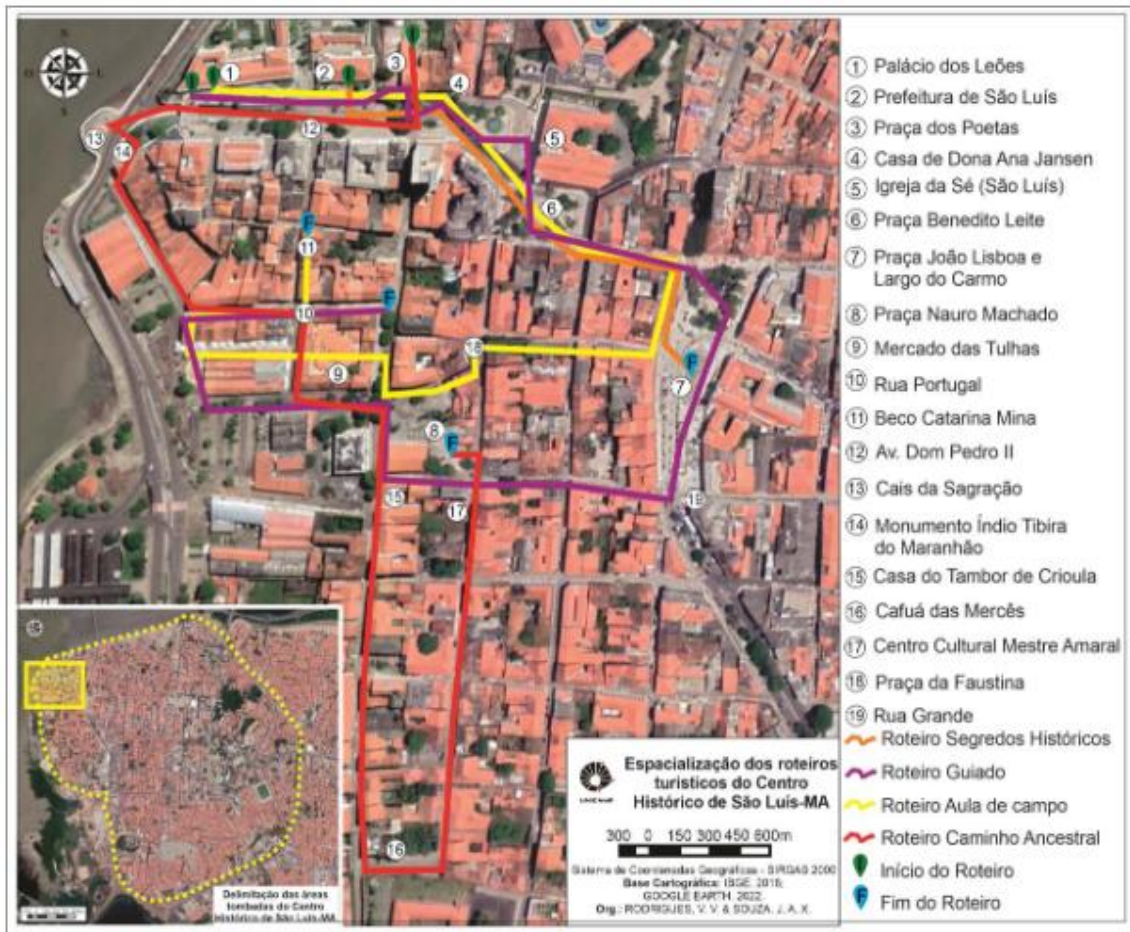
Contudo, por minha própria experiência percebo que certas posturas podem ser frutos de uma prática elitizada do turismo. Já que em minhas incursões pelo Centro Histórico de São Luís, com frequência incluo o Desterro em meus roteiros turísticos, pois considero que para conhecer de forma mais completa a cidade de São Luís, o visitante precisa ter contato com as diversas paisagens e conhecer as diferentes áreas que constituem a zona de tombamento do CHSL e a diversidade cultural, histórica e patrimonial ludovicense.

De qualquer forma, esta discrepância e centralização dos roteiros do CHSL na Praia Grande – explicitada, nos questionários dos guias e por minha experiência profissional - também é comentado por outros autores que se debruçam sobre o turismo na capital ludovicense.

Para Souza e Paes (2003, p. 7): “Como nas outras categorias de caminhadas guiadas pelas quais nos debruçamos, a Praia Grande é o ponto nodal das atividades e a componente histórica referencial dos serviços prestados aos turistas e ludovicense”. Ao analisarem a dinâmica da realização de roteiros da cidade, os geógrafos elaboraram um mapa (Figura 8) no qual fica evidente a subutilização do Desterro nos atuais roteiros guiados de São Luís:

No mapa, observamos o roteiro Caminho Ancestral como o único que chega ao Desterro, ao inserir o Museu do Negro, a Cafua das Mercês, em seu itinerário (Souza; Paes, 2022). O que corrobora com a preocupação dessa pesquisa de mostrar como o conjunto patrimonial do Desterro, quer seja seus monumentos de “pedra e cal”, quer seja a riqueza de sua história, memória e cultura imaterial, fica relegado no guiamento do CHSL.

Figura 8: Mapa onde são traçados os percursos de cinco diferentes roteiros no Centro Histórico de São Luís



Fonte: Souza; Paes (2022).

A concentração dos roteiros na área da Praia Grande e entorno se explica por alguns fatos, tal como apontado por alguns guias entrevistados. É importante lembrar que no bairro Praia Grande está o núcleo fundacional da cidade, do qual se destaca a Praça Pedro II, antigo Forte de São Luís, construído pelos franceses. A Praia Grande foi, assim, um dos primeiros bairros da capital maranhense e, por sua proximidade com o núcleo administrativo atual que está na Praça Pedro II, desenvolveu atividades comerciais e institucionais que a privilegiam em relação a outras áreas do CHSL.

Monumentos como os Palácios do Governo e da Prefeitura Municipal de São Luís, além de vários museus, exposições e a Casa das Tulhas, maior centro comercial da área de tombamento federal e mundial, são atrativos que explicam uma maior permanência dos profissionais de turismo em suas atividades laborais (e turistas) naquele entorno da Praia Grande. Área esta que, por conseguinte, também está revitalizada, mais policiada, iluminada e cuidada que as demais.

No entanto, sendo o Centro Histórico de São Luís o maior conjunto tombado do país e de toda a América Latina, contando com cerca de 5600 construções de interesse histórico (Fortes, 2008), faz-se necessário um melhor aproveitamento do mesmo no que tange sua riqueza e diversidade patrimonial enquanto potencialidade turística. Assim, essa dissertação visa contribuir justamente para ampliar essa mirada de paisagens e patrimônios do CHSL, apontando as potencialidades e, também, fragilidades no bairro do Desterro para a prática turística.

4 PAISAGENS DO DESTERRO

Este tópico apresenta o roteiro Caminhos do Desterro, construído a partir das vivências e estudos realizados durante a pesquisa, aliados às experiências pessoais no Centro Histórico de São Luís e no bairro do Desterro. O roteiro busca revelar a diversidade cultural do território, valorizando suas espacialidades e memórias, especialmente aquelas ligadas à presença negra, sem excluir os marcos do patrimônio colonial. Ao propor um olhar mais sensível e abrangente, que ultrapassa os limites do turismo tradicional, a proposta convida visitantes, a percorrerem caminhos que revelam as múltiplas camadas históricas e sociais do bairro.

4.1 Proposição de um roteiro turístico: caminhos do Desterro

O bairro cavalga a pedra do seu destino e a cidade o acompanha montada no tempo. A Cidade aluga sua ilha aos dias e sabe que sua história vem do mar como um cansado navio de sonhos que encalhou um dia no Desterro.

Os canhões do Silêncio, José Chagas (1979).

Durante o processo de pesquisa sobre o Desterro, com a ampliação de leitura, vivências e reflexões, elaborei o roteiro Caminhos do Desterro que foi se constituindo como um itinerário simbólico (Correa, 2007), entre caminhar e parar (Careri, 2017), que provoca enlaçar memória, negritude, história e cultura a partir das paisagens do Desterro.

Caminhos do Desterro é composto por 10 pontos, propondo um itinerário simbólico com estimativa de três horas e meia a quatro horas de realização³³ (entre caminhadas e paradas, conversas e reflexões provocadas e curtos momentos de descanso).

Caminhos do Desterro se inicia na Praça das Mercês diante do Monumento à Diáspora e finaliza no Convento das Mercês, caminhando no sentido horário a norte e depois a leste, a sul e a oeste em referência ao ponto inicial como consta no mapa a seguir (Figura 9). Estima-se uma caminhada com cerca de 1,3 km, com 10 pontos de parada - o que significa que em um espaço reduzido (trechos selecionados do bairro do Desterro) é possível trabalhar uma diversidade de assuntos a partir de suas paisagens.

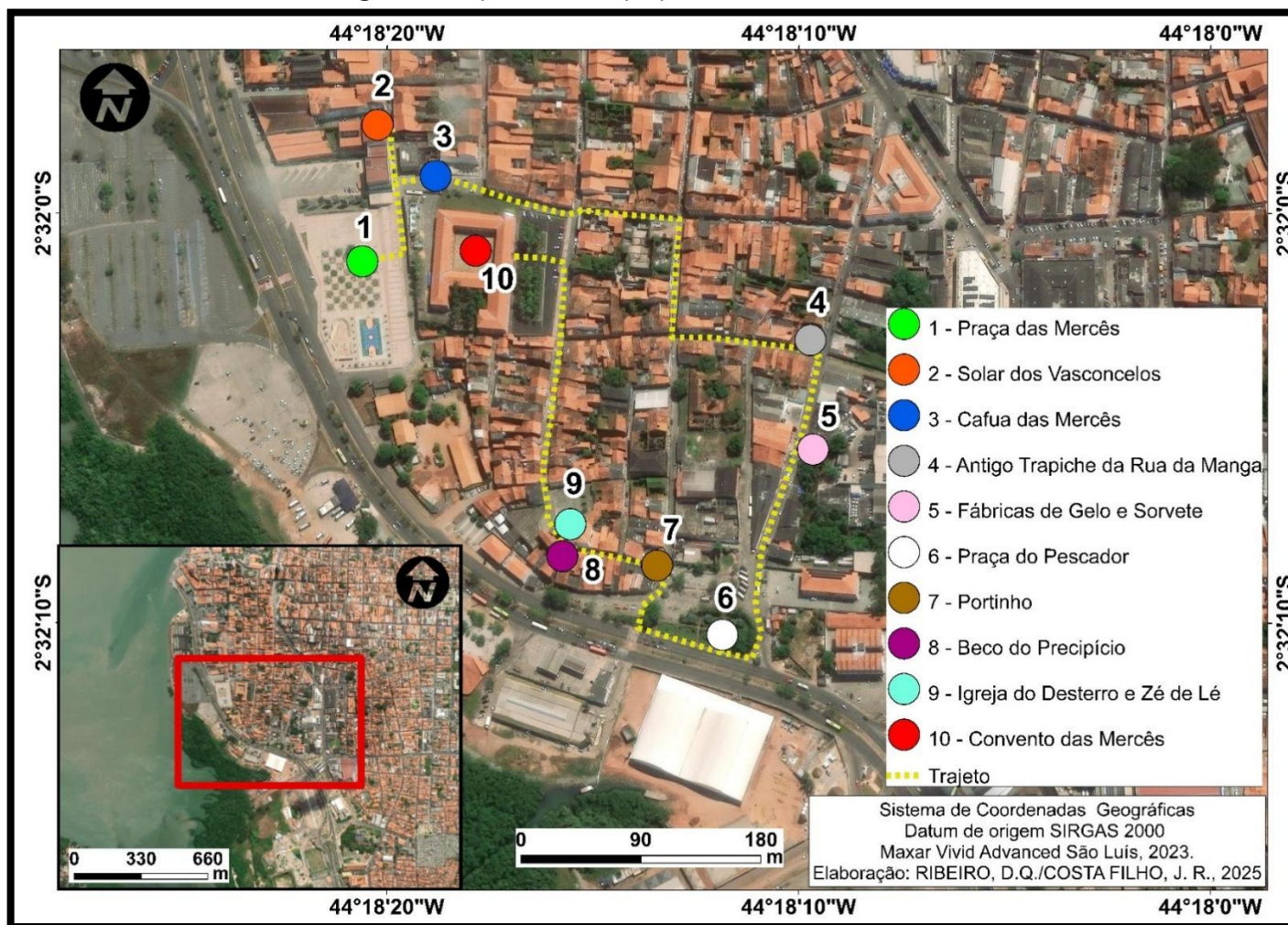
Quadro síntese 1: Trajeto, distâncias e tempo aproximados do roteiro Caminhos do Desterro

Praça das Mercês (A) → Solar dos Vasconcelos (B): distância aproximada 96 m (30 min.)
Solar dos Vasconcelos (B) → Cafua das Mercês (C): distância aproximada 69 m (30 min.)
Cafua das Mercês (C) → Antigo Trapiche da Rua da Manga (D): distância aproximada 411 m (30 min.)
Antigo Trapiche da Rua da Manga (D) → Fábricas de gelo e sorvete (E): distância aproximada 98 m (30 min.)
Fábricas de gelo e sorvete (E) → Praça do Pescador (F): distância aproximada 126 m (15 min)
Praça do Pescador (F) → Portinho (G): distância aproximada 88 m (15 min)
Portinho (G) → Beco do Precipício (H): distância aproximada de 60 m (15 min)
Beco do Precipício (H) → Largo e Igreja do Desterro (I): distância aproximada de 30 m (30 min)
Largo e Igreja do Desterro (I) → Convento das Mercês (J): distância aproximada de 200 m (30 min)

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2025).

³³ Um *city tour* padrão para o Sindicato dos Guias de Turismo do Maranhão tem duração entre três e quatro horas. De acordo com minha experiência profissional, três horas é um padrão razoável e seguido por muitos guiamentos de modo geral.

Figura 9: Mapa do roteiro proposto “Caminhos do Desterro”



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2025).

Para tanto, é interessante logo no início do roteiro Caminhos do Desterro fazer uma contextualização geral, como uma sensibilização inicial – especialmente pensando em turistas que desconhecem totalmente a história do CHSL e da capital ludovicense. O texto que segue seria essa fala introdutória. São Luís nasceu do Mar, das ruas tomadas pelas grandes marés que circundam o extremo de terra onde os franceses fundaram a capital da pretensa “França Equinocial”, em 1612. Por séculos foi o movimento de cúteres, iates, caravelas, bianas e igarités que traziam e levavam pessoas e mercadorias, imprimindo um ritmo de vida que dependia do movimento do Atlântico, da Baía de São Marcos e dos muitos canais de manguezais que circundam o litoral do Maranhão.

Na área do atual Bairro do Desterro, esta movimentação vista outrora se caracterizou por um intenso tráfego de mercadorias diversas, entre elas o pescado, voltado para o mercado local, com embarcações vindas da Baixada Maranhense por alto mar e pela Baía de São Marcos. Este comércio ainda acontece, a ponto de o Bairro continuar sendo um entreposto de abastecimento de frutos do mar para os mercados da capital.

Esta histórica relação com o mar se expressa em várias toponímias no Bairro (a começar pelo próprio Desterro), sendo alguns logradouros batizados de “Portinho” e “Praça dos Pescadores” (ambos na antiga zona portuária do Desterro). No período de transição entre a Colônia e o Império, um dos entrepostos comerciais mais característicos da economia colonial marcou o distrito, quando ali foi instalado o porto para atracagem de navios negreiros, ou tumbeiros, embarcações que transportavam mercadoria humana: centenas de pessoas negras africanas escravizadas, a base da mão de obra que sustentaria os ciclos econômicos entre os séculos XV e XIX para a exportação de arroz, algodão e matérias-primas regionais, sendo a quarta cidade mais próspera, depois de Salvador, Recife e Rio de Janeiro (Andrès, 2008).

Era ali, em um porto improvisado e afastado da área ocupada pela elite da cidade (Praia Grande) onde aportaram cerca de 66.368 africanos escravizados³⁴, que no caso do Brasil se prolongou pela primeira fase histórica do país independente, o Império. Assim, temos caracterizado o mais longo sistema escravocrata das Américas, com sérias e profundas implicações na cultura, sociedade, política e demais aspectos da vida brasileira.

³⁴ Quantitativo referente ao início do comércio de escravizados africanos entre 1693 e sua proibição oficial “ao norte do Equador” em 1815 (Silva, 2013).

Este porto se localizava onde hoje é a Praça das Mercês – atualmente um dos pontos revitalizados no CHSL com diversificada agenda cultural. Até o ano de 2020, quando fora construída a praça com os investimentos de mais de 31 milhões em um antigo terreno baldio (Imagem 10), aterrado do Rio Bacanga, entre o antigo Convento das Mercês e a Avenida Vitorino Freire (Marinho, 2019).

Imagem 10: Vista do local onde está hoje a Praça das Mercês no ano de 2019



Fonte: Walkir Marinho (2019).

É neste contexto, onde o rio encontrava o Desterro, que a paisagem desse bairro portuário começa a se constituir histórica e geograficamente marcada pela presença da violência da escravidão e do apagamento histórico de memórias e identidades trazidas com as águas. Nos séculos seguintes, o Desterro continuou atraindo uma população empobrecida vinda de diversas regiões do Maranhão, em um processo que se intensificou nos anos 1970 (Ferreira, 2005).

No século XX, a modernização da cidade de São Luís, com obras como a construção da avenida Vitorino Freire, nos anos 1970, começa o “afastamento” entre o Rio Bacanga e o Desterro, iniciando um profundo processo de mudança na paisagem e de transformação de uma relação histórica entre o Desterro e as atividades portuárias, com impactos no modo de vida da população do Bairro e da cidade e na paisagem. As consequências são a mudança das relações econômicas, profissionais e sociais que a diminuição e transformação na dinâmica das atividades portuárias acarretou ao Bairro.

No Desterro, a ligação com o Rio Bacanga foi historicamente um elemento essencial na paisagem do Bairro (Imagem 7). Ainda hoje, no Portinho, área comercial às margens do referido rio, é observada uma considerável movimentação portuária servindo acima de tudo como forma de abastecimento de pescado da cidade de São Luís.

O Mercado do Peixe, que está em vias de remodelamento, é resquício da intensa atividade comercial que girou em torno do Rio Bacanga durante a história colonial, imperial e recente de São Luís, deslocada para as modernas instalações do Porto do Itaqui (Lopes, 2008). Além disso, podemos observar a permanência de estabelecimentos comerciais que são remanescentes da intensa atividade portuária no Bairro: peixarias, fábricas de gelo, sindicato dos pescadores e comércio de artigos para navegação e pesca. Testemunhos de um momento histórico de uma atividade econômica e de todas as relações sociais, políticas e culturais que dela derivam.

Entretanto, estas mudanças estão dentro de uma lógica de modernização que transformou a cidade de São Luís desde os anos 1980. Inserindo a capital maranhense na economia global, novamente como fornecedora de matéria-prima para as potências industriais globais: desta vez não foi a venda de algodão para a Inglaterra, como nos séculos XVIII e XIX, mas como entreposto para a exportação de diversos tipos de minério, entre eles ferro, manganês e bauxita, exportados para a Europa, Ásia e Estados Unidos. Além do minério, oriundo das Minas da Serra de Carajás, no sul paraense, o Complexo Portuário do Itaqui também serve para o escoamento da soja maranhense que vai abastecer o mercado chinês, principalmente (Sousa, 2011).

As obras de adequação ao aumento populacional e mobilidade urbana levaram a mudanças estruturais no Desterro. Mudanças estas que, associadas à expansão urbana da cidade, com surgimento de novos bairros para onde as classes médias se deslocavam, levam ao surgimento de novas áreas de habitação e especulação imobiliária, contribuindo para o processo de esvaziamento das áreas mais antigas do Centro (Lopes, 2008). Assim, bairros como a Praia Grande e o Desterro passam por um acentuado processo de guetização, passando a ser ocupados por uma população marginalizada e desamparada pelas políticas públicas até os anos 1980, quando acontece a primeira etapa do Projeto Reviver.

Desta forma, o afastamento do Rio Bacanga faz parte de um ciclo histórico que marcou o século XX, primeiro com medidas de modernização da cidade com criação

de grandes vias de escoamento, novas áreas de moradia que descentralizaram a cidade e, por fim, a implantação do Projeto Grande Carajás, que inseriu São Luís novamente no circuito do comércio internacional, estimulando o surgimento de novas áreas de expansão urbana e esvaziando mais o antigo Centro.

Na paisagem do Bairro umas das maiores marcas deste processo foi o aterramento do entorno do mesmo para a criação do popularmente chamado Anel Viário, a Avenida Vitorino Freire, com a conseqüente mudança do leito do Rio Bacanga, que teve sua margem diminuída em algumas centenas de metros. É uma mudança com impacto profundo na paisagem da cidade, pois de acordo com o parecer técnico da UNESCO, que reconheceu o Centro Histórico de São Luís como Patrimônio Mundial em 1997:

Localizado no promontório formado pelos rios Anil e Bacanga, a noroeste da Ilha de São Luís, o Centro Histórico de São Luís do Maranhão caracteriza-se por sua malha urbana de ruas ladeadas por edifícios residenciais (...) é um exemplo notável de uma cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas da América Equatorial (UNESCO, 1997, p. 7-9).

Denota-se desta descrição a ligação da cidade com a paisagem natural que a circunda, envolvendo a escolha do sítio (a foz dos Rios Anil e Bacanga dentro da Baía de São Marcos, ao abrigo de eventuais ataques de invasores, como estratégia militar) dentro do contexto histórico da disputa entre as potências europeias no século XVII pelas novas terras “descobertas” nas Américas. Passada a fundação, na segunda metade do século XVIII, com a criação de o desenvolvimento do então Estado Colonial do Maranhão e Grão-Pará, a ligação da cidade com suas atividades fluviomarítimas se intensificam:

[...] São Luís e Alcântara, por sua condição portuária, no período em que toda a comunicação com a Europa se fazia pelo mar, acabaram por se constituir os mais expressivos exemplares de arquitetura e urbanismo da época. Além do que havia, como até hoje há, o fato de que o campo trabalhava para enriquecer a cidade. Grande parte das riquezas oriundas das extensões pastoris dos sertões escoava-se pelo porto, este reunia, portanto, as benesses de ser capital, sede administrativa e entreposto comercial, produzindo-se aí, as maiores e mais expressivas manifestações de urbanidade. Uma elite de comerciantes por aqui se estabeleceu em função destas rendosas atividades de comércio de exportação, gerou a necessidade de construir em São Luís e Alcântara, um ambiente urbano capaz de reproduzir padrões de conforto aos quais seus proprietários estavam acostumados nas cidades europeias (Andrès, 2006, p. 58).

Esta condição do Desterro, de ser “documento vivo” de momentos históricos, conversa com o conceito de paisagem cultural adotada pelo IPHAN, que a define como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p. 13).

É preciso perceber que ao longo da história, essa interação da cidade de São Luís com os rios, o meio natural, que circundam seu núcleo fundacional mudou de forma profunda, uma vez que a navegação, decisiva para a consolidação da cidade colonial e imperial, não tem mais a mesma importância econômica de outrora. Permanece, no entanto, a relação simbólica, afetiva e estética dos rios, das vistas proporcionadas, da beleza cênica que as águas circundantes do Centro proporcionam a visitantes e locais. No entanto, esta atividade portuária na área central da cidade permanece, de forma muito menos intensa, com o transporte de passageiros no Cais da Praia e de pescado no Portinho.

Desta forma, o Desterro possui uma relação histórica com o Rio Bacanga. Alguns de seus mais relevantes acontecimentos e contextos históricos o ligam à atividade portuária secularmente ali desenvolvida. Entre estes eventos, podemos citar a localização do Porto de navios negreiros, que se localizava onde hoje é a Praça das Mercês. Desta época temos a Cafua das Mercês, local onde eram leiloados, comercializados os cativos de origem africana que serviram de mão de obra durante os períodos colonial e imperial brasileiros. Também lá aconteceu o início da invasão holandesa no Maranhão, que aconteceu entre 1841 e 1844, começando seu processo de ocupação com a profanação da Igreja de São José do Desterro.

As mudanças na paisagem do Bairro Desterro devido os aterramentos do Rio Bacanga constituem o conjunto de dinâmicas espaciais mais marcantes ao longo de sua história, criando relações na forma como os homens e mulheres que ali habitam vivem e dão significado cultural ao seu território.

A partir dessa sensibilização introdutória e mais geral, o roteiro segue 10 paradas que conformam os Caminhos do Desterro. A partir do perfil e interesse do grupo participante no roteiro, a sequência, tempo e temática abordados a cada ponto de parada e entre uma caminhada e outra pode variar consideravelmente. Contudo, a ideia geral do itinerário simbólico está retratada a seguir.

Ponto 1: Praça das Mercês

Uma extensa praça e um imponente memorial artístico ao povo negro que construiu, forçadamente, a riqueza da Cidade dos Azulejos e da Atenas Brasileira, a um terreno baldio e um porto de navios negreiros. Como é possível um mesmo espaço ter usos (ou desusos) tão variados durante um curto espaço de tempo? Como conhecer as reminiscências históricas das paisagens ajuda a construir e relacionar espaço e tempo na dinâmica histórica e geográfica do CHSL?

A Praça das Mercês, embora seja um logradouro de construção recente, inaugurada em 22 de dezembro de 2020 (IPHAN, 2020), está se constituindo cada vez mais como um ponto de grande importância para a memória ludovicense. Desde a entrega da praça em 2020 e, especialmente, a entrega do Monumento à Diáspora em 2023, aquela paisagem passou a movimentar eventos culturais (Imagem 11), roteiros turísticos afrorreferenciados e reflexões recorrentes.

Imagem 11: Festival Zabumbada realizado na Praça das Mercês desde sua revitalização



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

O Monumento à Diáspora Africana (Imagem 12), patrocinado pelo Instituto Cultural Vale, via Lei Federal de Incentivo à Cultura, e realização da Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (FUMPH), foi construído para se tornar um espaço de memória que une artes visuais, informações

históricas e ações educativas de valorização da diversidade étnico-racial (Barbosa, 2023). O Monumento é um conjunto de oito painéis, 6m x 4,80m, produzidos por artistas visuais negros maranhenses, acompanhado por um longo painel horizontal, em granito preto, com 45 metros de comprimento, com os nomes dos portos de embarque, os nomes dos navios e a quantidade de africanos de diversas nações desembarcados no Maranhão entre os anos de 1693 e 1841.

Imagem 12: Monumento à Diáspora Africana no Maranhão



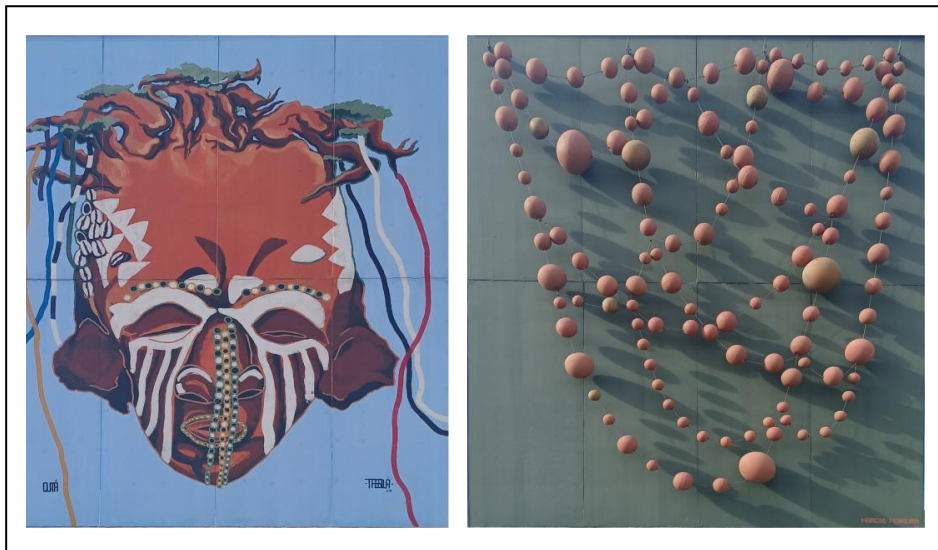
Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Os oito painéis são grandes obras de arte (Imagens 13, 14, 15 e 16) que embelezam e, ao mesmo tempo, trazem à tona importantes questões referentes às africanidades no Brasil:

1. Baobá: origens diaspóricas, de Tassila Custodes;
2. Territorialidade: pertencimento ao lugar, de Marcos Ferreira;
3. Tecnologias Africanas: base para construção do Maranhão, de Gê Viana;
4. Matrizes Africanas: religiosidades, de Jesus Santos;
5. Intelectualidades Negras, de Telma Lopes;
6. Arte e Cultura: expressões, memórias e heranças, de Inke;
7. Culinária: afeto e empoderamento, de Dinho Araújo;
8. (Re)Existências: historicidade e militância, de Origes (FUMPH, 2023).

Outras localidades do Brasil também vêm construindo obras nesse sentido, como Alagoas, Bahia e São Paulo³⁵ (Souza, 2022), o que mostra um aumento de instalações urbanas motivadas por pautas de representatividades reivindicadas pelos movimentos negros no Brasil há muitas décadas. Disso, a arte ser um convite a reflexão e reparação histórica e, ao mesmo tempo, reconhecimento de artistas negros e negras que retratam a si e aos seus em grandes obras e monumentos públicos que formam paisagens contemporâneas.

Imagem 13: Painéis 1 e 2 do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

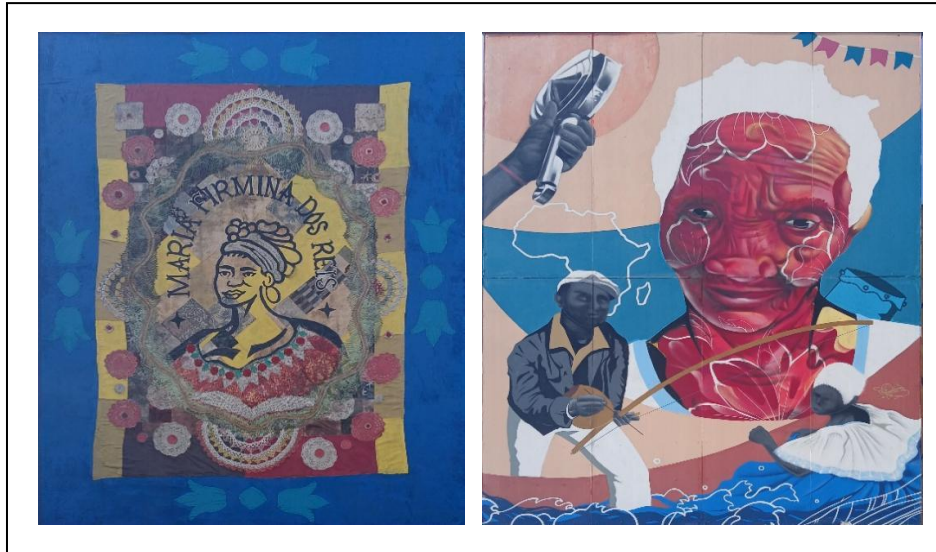
Imagem 14: Painéis 3 e 4 do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

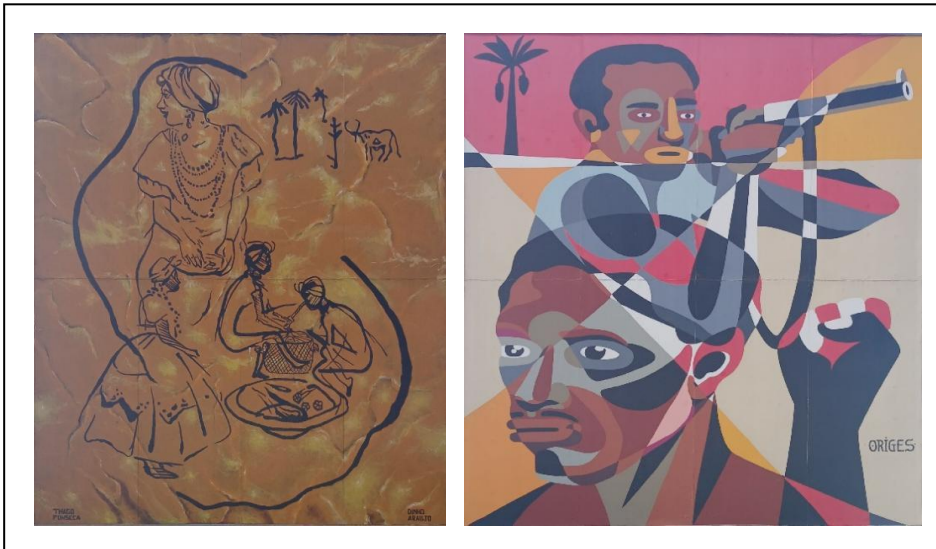
³⁵ Em Alagoas o tombamento e criação do Parque Memorial Quilombo de Palmares; em Salvador o Memorial das Bahianas e Museu Nacional de Cultura Afrobrasileira e em São Paulo a estátua de Zumbi dos Palmares.

Imagem 15: Painéis 5 e 6 do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Imagem 16: Painéis 7 e 8 do Monumento à Diáspora Africana no Maranhão



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

A paisagem da Praça das Mercês (Imagem 17) é dominada pelos novos elementos que constituem um esforço da sociedade, através do poder público, em urbanizar o Centro Histórico. Além da própria praça com suas instalações de lazer, temos o Memorial à Diáspora Africana no Maranhão, o Convento das Mercês (importante geossímbolo³⁶ que domina a área superior do logradouro) a antiga Fábrica

³⁶ Para o geógrafo francês Joël Bonnemaison (2012, p. 292), “geossímbolo pode ser um lugar, um itinerário, uma extensão, que por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade”.

da OLEAMA (atual Fábrica da Cidade), a avenida Vitorino Freire (ou Beira-mar, como é popularmente conhecida), o aterro do Bacanga, o Rio Bacanga e seus manguezais.

Imagem 17: Praça das Mercês - antigo porto de navios negreiros no Desterro



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Ponto 2: Solar dos Vasconcelos

E se este imponente casarão em estilo colonial luso-maranhense tivesse sido abandonado a ponto de ficar totalmente em ruínas? Quem percebeu ou o viu em estado de abandono? Por que resolveram restaurá-lo?

O Solar se apresenta com sua fachada rica em detalhes de pedra cantaria, preservando os elementos deste estilo construtivo que permitiu à capital maranhense obter o título de Patrimônio Mundial: sobriedade e simetria, uso de balcões de ferro forjado, e a presença dos beirais no telhado.

É sede do Departamento Estadual de Patrimônio Histórico do Maranhão, o DPHP, que mantém uma rica exposição de maquetes, embarcações típicas do Maranhão, além de dispor para a sociedade de uma biblioteca e do arquivo do órgão. O prédio constitui um suntuoso exemplar da arquitetura colonial luso-maranhense, e, em seu térreo, possui uma exposição com uma imagem ampliada do documento que reconhece a capital como Patrimônio Mundial, além de maquetes do Centro de São Luís.

Este acervo (Imagem 18) permite uma abordagem que traz elementos tanto do patrimônio edificado, essenciais para compreender e problematizar as muitas questões que envolvem a vida no Bairro do Desterro, quanto sobre as espacialidades e a geografia na qual este está inserido, sendo sua visita parte importante do roteiro por mim proposto.

Imagem 18: Fachada do Solar dos Vasconcelos e seu acervo

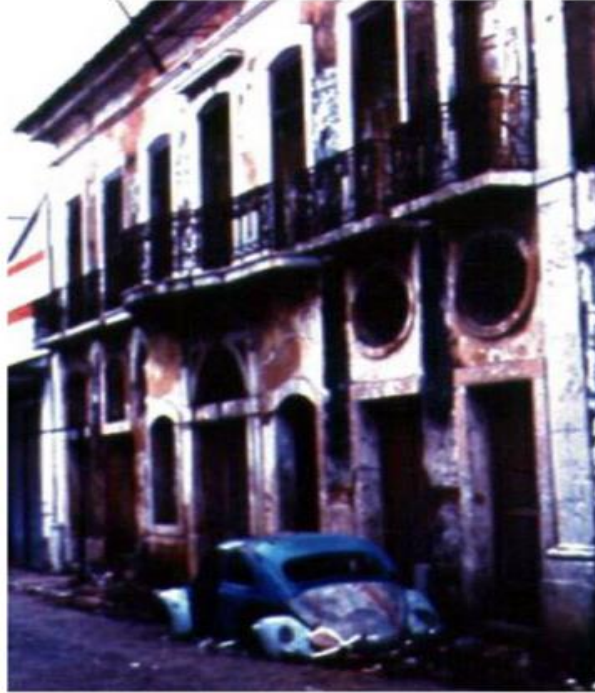


Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Maquetes que permitem visualizar, explicar e contextualizar as espacialidades do Centro histórico e do Bairro do Desterro em específico, elementos arquitetônicos e construtivos que permitem conhecer mais sobre o patrimônio construído (que faz parte das memórias e vivências da comunidade), exposição de embarcações que permitem abordar o comércio, o transporte e a vida no mar e nos rios.

Enquanto elemento da paisagem do Bairro, ele está inserido no conjunto de edificações civis em estilo colonial que renderam o já citado título da UNESCO a São Luís. Sua condição posterior de abandono (Imagem 19) e o uso atual são reveladores da ambígua relação que o poder público e as elites da cidade (de onde os primeiros proprietários se originam) mantém com este patrimônio construído.

Imagem 19: Solar dos Vasconcelos antes do restauro em 2001



Fonte: Andrès (2006).

Ponto 3: Cafua das Mercês

Por que um museu foi construído aqui? Por que Museu do Negro? Qual a relação deste espaço com a história do povo negro do Maranhão?

A Cafua das Mercês, ou Museu do Negro (Imagem 20), é um espaço de educação museal voltada para a história, a memória e a cultura do povo negro do Maranhão. Tem duas exposições distintas: no térreo teremos peças de arte africana em vários materiais e originárias de diversos povos do “Continente Negro” (Imagem 21) e no primeiro piso uma coleção de peças da cultura, arte e religião afro-maranhenses, como o Tambor de Mina e Tambor de Crioula.

O prédio teve usos distintos em outros momentos históricos: foi usado inicialmente como clausura pelos frades do antigo Convento das Mercês (daí seu nome) e, depois, no período tardio da colonização e auge da economia algodoeira no Maranhão, foi adaptado para ser mercado dos escravizados africanos que desembarcavam no porto ao lado, onde hoje se situa a Praça das Mercês (Andrès, 2008).

Imagem 20: Fachada da Cafua das Mercês



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Imagem 21: Acervo da Cafua das Mercês - Escultura lorubá (Nigéria) e Máscaras Punu (Gabão)



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

A área onde está a Cafua das Mercês passou por um considerável processo de renovação das estruturas físicas do seu entorno, mudando de forma significativa sua paisagem nos últimos anos (Imagens 22 e 23). É interessante, acima de tudo, pelo fato de que algumas destas intervenções têm ligação com a memória ou luta do povo preto do Maranhão: o terreno baldio que ficava a seu lado se converteu na Praça

da Liberdade, ou Praça Negro Cosme (negro abolicionista, líder da Balaiada, importante movimento pela liberdade no Maranhão no período regencial).

Imagem 22: Imagem recuperada referente à atual Praça Negro Cosme



Fonte: Google Maps (novembro de 2011).

Imagem 23: Atual Praça Negro Cosme



Fonte: Alunos participantes do roteiro em 07 de dezembro de 2024³⁷.

A Praça Negro Cosme tem ornamento em alto-relevo de três mulheres negras (Imagem 24) igualmente importantes na História do Maranhão: Catarina Mina, alforriada que empreendeu e obteve sucesso com seu trabalho em plena São Luís do século XVII; Nã Agotimé, fundadora da Casa das Minas do Maranhão, mais importante terreiro de culto afro do Estado e Maria Firmina dos Reis, primeira romancista brasileira.

³⁷ As imagens referentes à aula de campo detalhada no capítulo 5 foram fornecidas pela professora Ana Rosa Marques, e são elementos dos relatórios da atividade realizada.

Imagem 24: Representações de Catarina Mina, Nã Agotimé e Maria Firmina dos Reis



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

A outra intervenção está ligada à luta do povo negro do Maranhão por justiça e equidade: uma antiga ruína se converteu na Secretaria Estadual de Igualdade Racial, importante instituição que marca uma vitória na busca por equidade racial no Maranhão.

Ponto 4: Antigo trapiche da Rua da Manga

Como, neste local, há mais de 500 metros distantes do rio Bacanga, já houve um porto? Por que as casas de um e outro lado da rua têm arquiteturas tão distintas³⁸?

Comércio de insumos para pesca e navegação, fábricas de sorvete e gelo, casas de concreto de um lado da rua e, de outro, casas em estilo colonial, com beirais, detalhes em pedra de cantaria e azulejos. O que estes elementos falam da paisagem, da história, das mudanças sofridas pela intervenção humana?

Andando pela cidade podemos encontrar vários elementos que contam muito da sua história. Na esquina entre as ruas da Manga e Jacinto Maia temos a seguinte inscrição lavrada em pedra de cantaria: “Caes e rampa mandados construir pelo Ex.mo Sr. Desembargador presidente da Província Ambrozio Leitão da Cunha 1869” (Imagem 25).

³⁸ Ver figura 37.

Imagem 25: Pedra com inscrição tratando da construção de cais e rampa na atual Rua da Manga



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Pode ser inusitado para muitos saber que um dia, em um local a cerca de 500 metros do rio Bacanga havia uma estrutura portuária (Imagem 26). É este processo de mudança na paisagem do Desterro que proponho trazer como informação e debate para o roteiro aqui proposto, levando os participantes a perceberem tanto as mudanças quanto as consequências para a paisagem, a economia, as relações de trabalho, e outros aspectos que possam influenciar na vida dos moradores do Bairro.

A profunda transformação na paisagem que levou ao afastamento do Rio e dos canais secundários, como este onde se localizava o cais na, hoje, Rua da Manga, perceptível na imagem 8, feita nos anos 1970, antes da criação do Anel Viário e dos aterramentos necessários para sua efetivação.

Imagem 26: Localização do antigo Trapiche da Rua da Manga



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Ponto 5: Fábricas de gelo e sorveterias artesanais

Por que estas atividades são encontradas nas imediações do Desterro? Qual o contexto histórico e econômico que fez com que tantas sorveterias artesanais se localizem no Desterro?

A história do Desterro é a história das atividades laborais que o caracterizaram como porto e importante entreposto comercial da capital maranhense.

As “geleiras” ou fábricas de gelo (Imagem 27) eram e são acima de tudo usadas para o condicionamento do pescado que ainda é desembarcado no Portinho e abastece boa parte dos mercados públicos da capital maranhense.

Já as sorveterias que atraem os sorveteiros (vendedores ambulantes de sorvete artesanal) se instalaram no Desterro durante a metade do século XX, desenvolvendo sua própria receita e maquinário de sorvete, fornecendo às camadas mais pobres da sociedade um produto acessível até então apenas às classes mais abastadas, que os consumiam em sorveterias da moda no Hotel Central e no emergente bairro da Fabril, por exemplo.

Imagem 27: Fábrica de gelo na Rua da Manga



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

A Rua da Manga revela elementos muito interessantes na paisagem e que enriquecem o Caminhos do Desterro. Devido sua distância do chamado Núcleo

Fundacional (Praia Grande e antigo Forte de São Luís, hoje Praça Pedro II), esta área do Desterro ficou ainda mais carente de projetos de renovação, estrutura urbana e apoio aos moradores e comerciantes para manter suas casas e comércios. Pode ser surpreendente tanto para locais quanto para visitantes, o fato de ter existido ali um trapiche para carga e descarga de embarcações por um antigo canal que ligava a avenida Beira Mar ao Mercado Central.

O gelo atraiu a sorveteria e a sorveteria atraiu os sorveteiros ambulantes que sobem e descem as ruas do Desterro com suas caixas metálicas geladas:

Imagem 28: Monumento em homenagem aos sorveteiros na Praça Nauro Machado, CHSL



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Em entrevista concedida ao Núcleo São Luís do Projeto Inventário Participativo³⁹, o proprietário da Sorveteria Quero Mais, Gervásio Freitas Neto, disse que seu pai, José Ribamar Freitas, começou a trabalhar ainda anos 1960, até comprar seu próprio maquinário em 1974 e ter sua produção independente (antes as fábricas, a estrutura, eram alugadas por um determinado período pelos sorveteiros). É interessante que esta lógica de trabalho permaneça, atualmente com os vendedores, que migram de municípios da Baixada Maranhense (o Sr. José Ribamar é natural de

³⁹ Entrevista concedida a mim e à pesquisadora Bianca Roque no Projeto de Inventário Participativo como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural, em 21 de fevereiro de 2024.

São Vicente Ferrer) e atuam como sorveteiros nos períodos de chuva, quando sua ocupação de agricultores é temporariamente interrompida.

De acordo com o Sr. Gervásio, no auge da produção havia cinco sorveterias no Bairro e hoje há três remanescentes (Imagem 29).

Imagem 29: Fachadas e interior de sorveterias artesanais do Desterro (Ruas da Manga e Lapa)



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

O entrevistado nos explicou que estas sorveterias artesanais surgiram como alternativa às sorveterias mais sofisticadas que existiam e áreas de classe social abastadas da cidade: usando de sua criatividade, estes empreendedores criaram máquinas e matérias primas próprias, de menor valor agregado, como forma de ter um produto que pudesse satisfazer as necessidades das camadas mais pobres da população.

Importante lembrar que os vendedores ambulantes, chamados pregoeiros (pelo fato de fazerem pregões, ou seja, cantarem rimas para atrair a clientela), têm origem nos antigos escravos de ganho, que eram pessoas escravizadas que vendiam artigos diversos sob a tutela de seus proprietários.

Ponto 6: Praça do Pescador

A Praça do Pescador (Imagem 30) é um importante logradouro de onde se pode perceber relevantes elementos que marcam a paisagem do Centro Histórico de São Luís: a estátua que homenageia os trabalhadores da pesca é de autoria do italiano Cherubino Luigi Dovera, um ex-padre que deixou outras esculturas em diversos bairros da capital maranhense.

Imagem 30: Praça do Pescador e escultura de Luigi Dovera



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

A Praça também foi área pertence ao Rio Bacanga e que passou por aterramento para construção da já citada avenida e urbanização do Centro. Hoje, além dos elementos como casario e o Rio que ainda se vê cercado de manguezais ao longe, também o novo Entrepasto Pesqueiro (Imagem 31), antiga reivindicação dos

trabalhadores da pesca e demais membros da sociedade ludovicense devido as más condições de desembarque e comercialização de pescado no Portinho.

Imagem 31: Avenida Vitorino Freire e Entreposto Pesqueiro



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

A área onde foi construída a Praça corresponde a uma zona de maré do Portinho às margens do Rio Bacanga, antes alagada e que passou pelo processo de aterramento no século XX e que iremos melhor caracterizar na próxima seção.

Ponto 7: Portinho

O Portinho é a área do Desterro que fica nas margens do Rio Bacanga, por isso seu nome. No passado foi um porto menor (Imagem 32), para pequenas cargas, uma vez que na Praia Grande se encontrava o porto principal da cidade, onde as mercadorias mais valorizadas eram descarregadas (Lopes, 2008).

Sendo uma zona baixa, portuária, o Portinho, foi, ao longo do tempo sendo caracterizado como espaço desvalorizado em relação ao Desterro “de cima”, Ferreira (2005), mesmo, por exemplo, em relação às antigas casas de prostituição que acontecia no auge da ZBM, quando ali se localizavam as casas destinadas aos

prostíbulos mais desvalorizados, frequentados pelas classes mais baixas, em especial os próprios trabalhadores do porto que existia ali (Imagem 33).

Imagem 32: Portinho visto a partir da Rua da Palma



Fonte: Marcel Gautherot (anos de 1950, via Instituto Moreira Salles).

Imagem 33: Imagem do local onde hoje se localiza a avenida Beira-mar



Fonte: Popper (janeiro de 1965).

O Portinho foi a área onde aconteceram de fato os aterramentos que levaram ao afastamento da margem do Rio Bacanga e as consequentes modificações na paisagem e modo de vida do Desterro (Imagem 34), em entrevista a colegas

pesquisadores do Projeto Nacional de Inventário Participativo⁴⁰, destaco a fala de um morador:

Paulinho, artista, morador do Bairro do Desterro, considera que o aterro na região do Desterro conhecida como Portinho causou a ruptura de um lugar. Quando foi criado o aterro, criou em cima uma vegetação que não dava mais para ver o rio, e o Desterro perdeu aquela paisagem. Além disso, as relações sociais do bairro foram se transformando, à medida em que aquela atividade econômica foi deixando de existir.

Outro morador, Joãozinho Ribeiro, afirma:

(...) tinham várias fábricas aqui, fábrica de óleo, fábrica de álcool, e tinha fábrica de industrialização de arroz. Em quase todas as quadras tinha uma delas. Naturalmente empregavam pessoas, garantiam o sustento de muitas famílias. E esse ciclo com o apelo e a possibilidade das embarcações também com a mudança de quem estava abastecendo a cidade, que não era mais a baixada, esse Desterro morre um pouco com isso. O que tornava o Desterro esse valor grande vai murchando.

Imagem 34: Orla do Desterro e suas embarcações nos anos 1970, região conhecida como Portinho



Fonte: Jornal O Imparcial (1970).

Apesar, disso, em estudo realizado em 2010, o Portinho foi identificado ainda como o principal entreposto pesqueiro de São Luís “onde diariamente são comercializados grandes volumes de pescado originado do litoral, do continente e até

⁴⁰ Entrevistas concedidas à pesquisadora Bianca Roqué em 23 de janeiro de 2024. O projeto Nacional do Inventário Participativo como Instrumento para Identificação e Gestão do Patrimônio Cultural, descrito na Introdução desta dissertação, está em fase de elaboração.

mesmo de outros estados. Segundo informações ADPMSL este volume chega a 20 t/dia” (Brügger; Assad; Bergmann, 2010, p. 29). Os autores identificaram, na época, a necessidade de melhorias urgentes na infraestrutura daquele importante porto de pescados, uma vez que em uma “área descoberta, sem água potável e sem qualquer infraestrutura sanitária ou de recepção adequados que é realizada esta comercialização” (idem, p. 29).

Esta condição de precariedade, aliada ao fato de ser realizado ali o comércio de um insumo tão importante para a economia e traço da cultura local (marcada pelo consumo de frutos do mar), levou o governo do Estado a construir duas estruturas, a primeira inaugurada, o Mercado do Peixe, em agosto de 1995 e a atual, o Entrepasto Pesqueiro, que vai substituir a anterior e cuja inauguração estava prevista para dezembro de 2024 (Cunha, 2024).

Ou seja, apesar das mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas, o Portinho mantém uma tradição portuária e pesqueira, legado de um conjunto de elementos históricos e geográficos que o têm caracterizado como zona periférica do já periférico Bairro do Desterro, fazendo, assim, das suas paisagens e memórias, um lugar para a compreensão da cultura e da história da cidade de São Luís, e, em especial do povo preto que caracteristicamente ocupou estes espaços marginalizados ao longo dos séculos (Imagens 35 e 36).

Imagem 35: Trabalhadores do Porto de São Luís

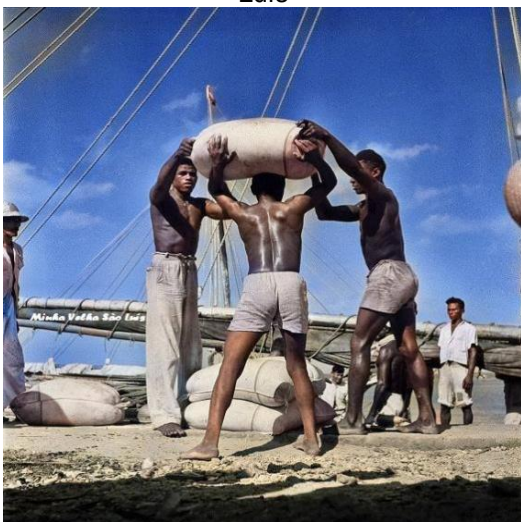


Imagem 36: Brincantes do Tambor de Crioula



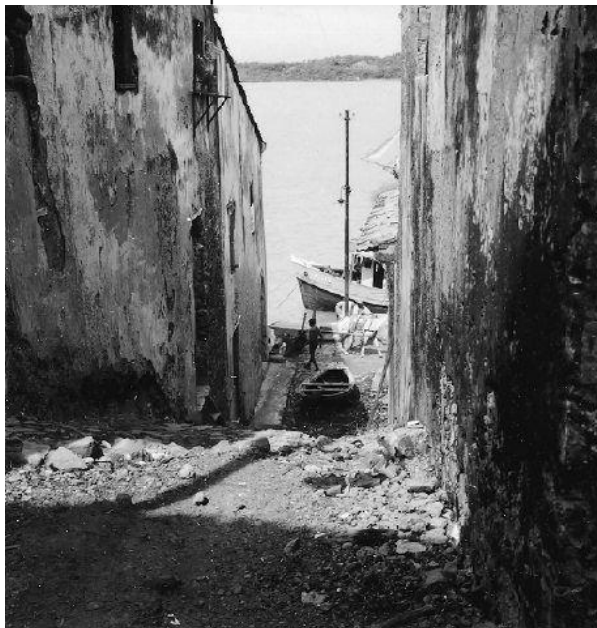
Fonte: Pierre Fatumbi Verger, 1948
(Instituto Cultural Vale).

Ponto 8: Beco do Precipício

Algumas imagens marcam em mim a mudança ocorrida na paisagem do CHSL e do Desterro em especial. Se dar conta de que que um rio foi deslocado, que as pessoas tiveram sua referência de localização totalmente readequadas para uma nova configuração de espaço e que a vida, o trabalho, o caminhar, o olhar foram profundamente modificados em função desta intervenção humana.

É através da percepção destas mudanças, a partir do registro histórico das fotografias feitas antes destas intervenções (Imagem 37) realizadas no CHSL nas últimas décadas do século XX, que insiro o Beco do Precipício no roteiro, como um exercício do olhar e da capacidade humana de intervir nas paisagens.

Imagem 37: Beco do Precipício antes do aterramento do Rio Bacanga



Fonte: Marcel Gautherot (anos de 1950, via Instituto Moreira Salles).

O Beco do Precipício é também uma acidentada via (daí o seu nome), característica do desnível do terreno entre a parte alta do Desterro, com a Igreja ao fundo, e o antigo porto, o que nos leva a pensar sobre a muitas vezes curiosa toponímia das ruas do CHSL.

Além da curiosidade dos nomes, temos o fato de as ruas terem dois e às vezes até três denominações diferentes (Imagem 38), o que é resultado da convivência de nomes populares, geralmente devido um morador, um uso ou um acontecimento excepcional na via e um nome oficial dado pelo poder público para homenagear algum artista ou político considerados relevantes para a memória local. O Beco do Precipício,

por exemplo, tem como nome oficial Rua Carlos Reis, cujo homenageado não parece ter tido muita relevância histórica, além do fato de ser filho de um militar de alta patente, o coronel Carlos Humberto Reis⁴¹, mas também é conhecido como Beco do Desterro, como podemos conferir na imagem seguinte.

Imagem 38: Placas dos becos da Caela e do Precipício



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

No Desterro, por exemplo, além do Beco do Precipício, temos o Beco da Caela, ou Rua Maranhão Sobrinho. Caela é explicada pela memória coletiva como tendo origem em um morador da rua que gostava muito de crianças e, sempre que via uma, pedia para segurá-la nos braços, pedindo “me dê cá ela”, daí a corruptela que deu origem ao nome popular da rua. Já Maranhão Sobrinho foi um escritor e jornalista maranhense que fez parte do grupo de fundadores da Academia Maranhense de Letras⁴².

Outra rua famosa pelas origens do seu nome é a Rua do Giz, ou Rua 28 de julho. A origem do nome popular tem duas versões mais conhecidas e disseminadas no imaginário da cidade: seria uma rua burguesa, onde, durante a escravidão, somente pessoas de pele branca como o giz poderiam trafegar, a segunda versão, mais aceita, se refere ao componente geológico da rua, predominantemente composta

⁴¹ De acordo com dados do Projeto Nacional de Inventário Participativo.

⁴² Sua biografia está disponível no site da própria AML:

https://www.academiamaranhense.org.br/inf_aml/maranhao-sobrinho-2/.

por um tipo de solo calcário rico em sílica e argila de cor branca como o giz (Ferreira, 2008) cuja denominação indígena é tabatinga. Já o nome oficial veio após a independência do Brasil, uma vez que a data de 28 de julho marca a adesão do Maranhão ao processo de independência das colônias portuguesas, sendo a mesma oficializada atualmente como feriado estadual.

Finalmente, como logradouro cuja denominação tem nome curioso, o Beco do Caga Osso, trecho da Rua Jacinto Maia entre a Praça das Mercês o Convento das Mercês. Jacinto Maia foi um português dono de imóveis da cidade, famoso burguês do século XIX. Já o nome inusitado tem suas versões: uma teria origem em um italiano de nome Cagliostro, que ali morava e, tendo os locais assim apelidado em forma de zombaria. A outra versão diz que um morador do beco, origem portuguesa, teria engolido pequenos ossos que causaram ferimentos estomacais, o obrigando a tentar se esconder nos manguezais próximos devido uma forte diarreia, mas foi observado por vizinhos que diziam “lá vai o caga osso”, e assim passaram a denominar o logradouro (Pinto, 2020).

Ponto 9: Igreja do Desterro e Zé de Lé

Quais elementos fazem desta uma Igreja única em sua história comparada às demais igrejas da cidade de São Luís? Qual a ligação da Igreja do Desterro com a memória do povo negro do Maranhão?

Esta Igreja constitui um rico patrimônio do Bairro e da cidade, por sua ligação com a realidade social (das pessoas negras, mestiças e de classes sociais menos favorecidas) que sempre caracterizou o mesmo: sua construção é considerada obra do negro liberto conhecido como José de Lé.

A Igreja (Imagens 39 e 40) constitui uma referência na paisagem do Bairro e foi palco de importantes fatos históricos do Maranhão, como o início da ocupação holandesa em 1641, quando foi profanada pelos invasores protestantes, que “levaram as imagens de Nossa Senhora e a de Santo Antônio para a praça fronteira, despedaçaram a primeira e fuzilaram a segunda, deixando a imagem do santo cravejada de balas no meio do largo” (Lacroix, 2020, p. 33).

Imagem 39: Fachada da Igreja de São José do Desterro



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Imagem 40: Maquete da Igreja do Desterro (Exposição do Solar dos Vasconcelos)



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Esta pequena igreja se encontrava em estado precário quando em 1832, contando com donativos de origens diversas da cidade, Zé de Lé a reconstrói com a

atual planta e arquitetura, e mudando a denominação do templo católico para o santo do seu nome, São José (Lopes, 2008).

São poucos os relatos e registros referentes à vida de Zé de Lé. Sabe-se que ele era um negro alforriado e faleceu antes de terminar a obra que dedicou seus últimos anos de vida, cabendo a outro devoto de José, José Antônio Furtado do Queixo, concluir a missão por ele iniciada, tendo a Igreja sido finalmente em 1839 (Marques, 2008).

Devido o contexto racial e racista da sociedade ludovicense do século XIX, a história de Zé de Lé repete em diversos aspectos a história de muitos homens e mulheres negros e negras que viveram (e vivem) o Desterro, com a luta diária para a sobrevivência também cantam, dançam, festejam e celebram sua negritude e a fé em seus santos católicos ou voduns e encantados que os faziam sonhar com uma vida melhor e mais justa.

Do ponto de vista da sua arquitetura, a Igreja do Desterro possui alguns elementos que a diferenciam das demais igrejas históricas de São Luís: possui abóbadas estilizadas de inspiração bizantina e cuja origem exata da adoção é desconhecida (Lopes, 2008), características do estilo bizantino, sua planta é irregular (ou pentagonal) e não em formato de retângulo, sua fachada está levemente voltada para o nordeste e não totalmente para o leste.

Levando o nome do próprio Bairro, a Igreja do Desterro é o mais importante geossímbolo do mesmo, dominando a paisagem, sendo uma imagem recorrente na maioria das divulgações do que se refere ao bairro do Desterro (Figura 10).

Figura 10: Cartaz de divulgação da inauguração do Museu do Áudio Visual no Maranhão (MAVAM)



Fonte: Haickel (abril de 2010).

A Igreja em si já constitui um geossímbolo do Desterro, patrimônio tanto tombado (Lopes, 2008), quanto de significativo uso e pertencimento para os moradores e frequentadores. As memórias afetivas de relevância religiosa e convívio social são frequentemente narradas pelos moradores mais antigos.

Ponto 10: Convento das Mercês

Qual a história dessa grande construção que irrompe no Desterro? Como a relação de poder e acordos políticos históricos se mostram em tal construção? relação dos poderes instituídos com o patrimônio cultural de um povo? Qual a relação do Convento com a dinâmica vivida pelos moradores do Desterro?

Em 1654 é iniciada a obra do Convento dos Mercedários, que foi iniciada por religiosos mercedários vindos de Belém e outros que já se encontravam em São Luís⁴³. A primeira construção era uma simples estrutura de taipa coberta de palha, sendo que no ano seguinte estes mesmos padres solicitam um aumento da área destinada àquela construção religiosa, e iniciam a obra em pedra e cal que existe até hoje (Lopes, 2008).

O antigo convento abrigou, entre outros religiosos, o Padre Antônio Vieira, famoso cronista da sociedade colonial luso-brasileira, autor de obras como o Sermão dos Peixes, escrito em São Luís, onde o mesmo (contrário à escravidão tanto indígena quanto africana) tecia duras críticas a esta instituição da sociedade da época.

O antigo convento (Imagem 41) teve suas atividades encerradas no final do século XIX, quando passou por um período de abandono até ser incorporado ao patrimônio do Governo do Estado do Maranhão, servindo para abrigar os quartéis da polícia e corpo de bombeiros militares. Finalmente, nos anos 1980 é restaurado para abrigar a Fundação da Memória Republicana, centro cultural que possui exposições e atividades educacionais e artísticas para a comunidade do Bairro, ludovicenses e visitantes (Lopes, 2008).

⁴³ De acordo com Lopes (2008, p. 181), os frades João Cerveira e Marcos da Natividade vieram de Belém e se juntaram a Manoel de Assunção e Antônio Nolasco.

Imagem 41: Entrada principal do Convento das Mercês



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

O Convento das Mercês é um emblemático geossímbolo da cidade de São Luís e do Bairro do Desterro. O Convento teve usos múltiplos desde sua fundação em 1654, tendo passado por um período de abandono no início do século XIX e servido como instalação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros durante o século XX, até se transformar na antiga Fundação José Sarney no contexto do Projeto Reviver, sendo hoje denominado Fundação da Memória Republicana Brasileira.

A Fundação dispõe de um acervo de cerca de 1.100.000 documentos históricos, 4.973 peças de arte e relíquias (resultado tanto de doações oficiais quanto outros adquiridos pelo ex-presidente ao longo da vida) e uma biblioteca com cerca de 25.000 volumes (Agência Senado, 2011).

Em minhas visitas ao antigo Convento, procuro sempre levar os visitantes a um emblemático e quase secreto local dentro da construção: o Jardim dos Poetas, local onde o ex-presidente pretendia ser sepultado (Rodrigues, 1991). O Jardim, tranquilo e cercado de imponentes palmeiras reais, é um local agradável, que tem uma bela vista do Rio Bacanga, das torres da Igreja do Desterro e leva a reflexões sobre as relações de poder que o patrimônio traz para os indivíduos e as sociedades.

A FMRB desenvolve inúmeras atividades de pesquisa, possuindo acervo bibliográfico, artístico e audiovisual. Sua arquitetura, seu acervo e sua história permitem um amplo leque de possibilidades de percepção do patrimônio e suas correlações com outros elementos da vida em sociedade.

5 REALIZAÇÃO DO ROTEIRO: UM EXERCÍCIO PRÁTICO COM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Em negociação com a Profa. Dra. Ana Rosa Marques, realizei um roteiro no Desterro semelhante ao elaborado e descrito acima no tópico 4.1 junto aos universitários de Licenciatura em Geografia (UEMA), das disciplinas de Geografia Regional e Geografia Urbana, totalizando 25 estudantes (Imagem 42).

Como se tratava de turmas noturnas, das quais a maioria dos universitários são também trabalhadores em horário comercial, a “visita de campo” foi agendada para sábado, dia 07 de dezembro de 2024, no horário vespertino, o que inviabilizou a visita a museus previstos no roteiro original (como a Cafua das Mercês, o Solar dos Vasconcelos e a Igreja do Desterro; já a visita ao Convento das Mercês foi possível, pois este é aberto aos sábados).

Imagem 42: Início do roteiro-teste com alunos participantes (dezembro, 2024)



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Estas restrições espaço-temporais não devem ser entendidas como impossibilidades para a realização do roteiro, mas como condições necessárias à flexibilização do mesmo de acordo com a dinâmica dos lugares. Assim, certamente, um dia chuvoso, uma tarde no final de semana ou uma noite agitada de ensaios ou festejos carnavalescos, do Bumba-boi ou de datas religiosas na Igreja do Desterro

também passariam a conformar novas possibilidades para o roteiro. Disso, o Desterro atrairia novas configurações ao roteiro reafirmando como viver a paisagem e pensar o roteiro deve ser algo fluido, dinâmico e orgânico.

Apesar de não ser uma atividade turística, a visita de campo com os universitários se mostrou uma atividade piloto do roteiro muito interessante para a pesquisa em tela, uma vez que o percurso, as temáticas e interação com os universitários no Desterro se mostraram eficazes para os objetivos propostos e levantou reflexões pertinentes.

A caminhada iniciou um pouco após as 15h no Monumento à Diáspora Africana, na Praça das Mercês (Imagem 43). Lá foi contextualizado o processo histórico de formação colonial de São Luís e o consequente uso de mão de obra escravizada africana, articulando a obra artística e os conhecimentos dos próprios participantes sobre a (sua) cultura afro-brasileira. Ali foi o ponto zero onde começamos a discorrer sobre o Desterro e o CHSL.

Imagem 43: Exposição sobre o Monumento à Diáspora Africana no Maranhão

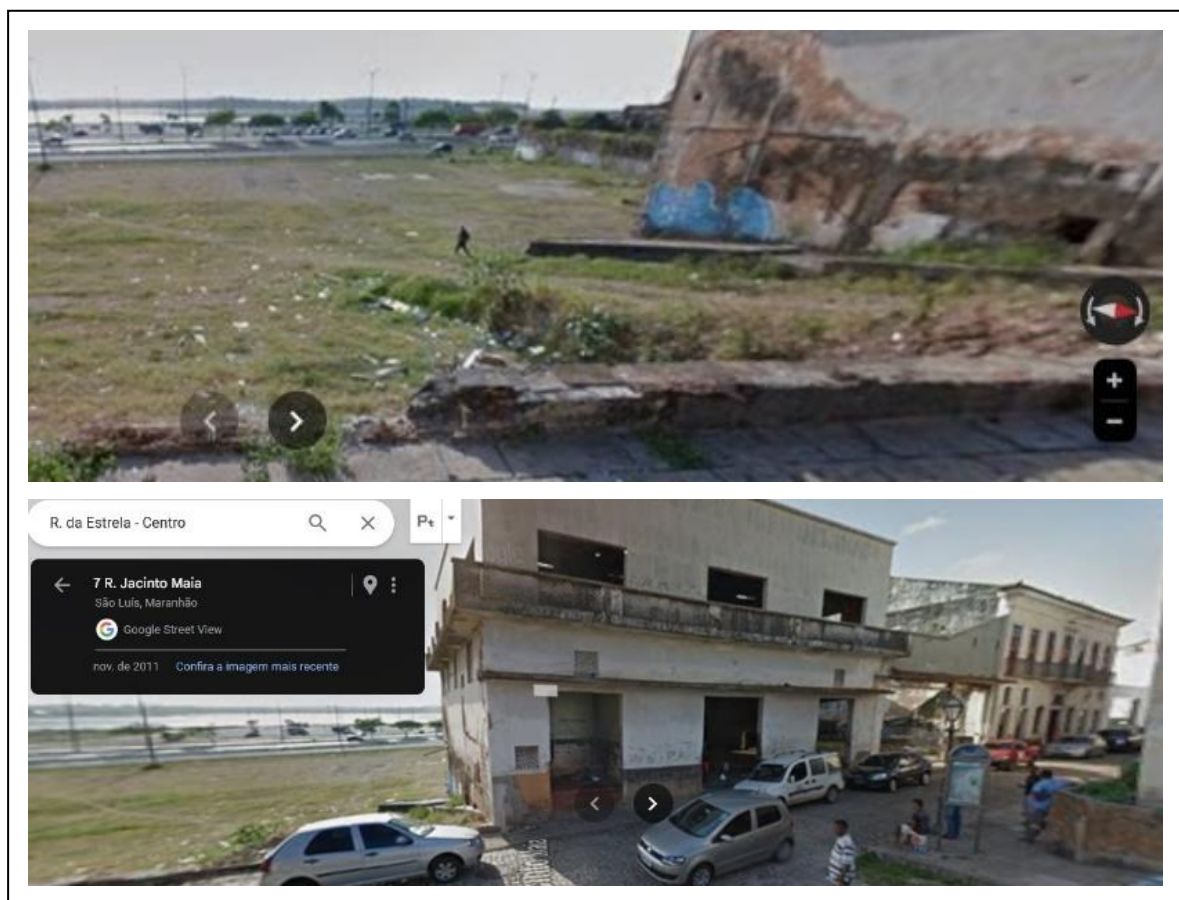


Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Em seguida, direcionamo-nos à Rua Jacinto Maia, onde iniciei a adoção de uma dinâmica baseada no princípio de interpretação patrimonial (Murta; Albano, 2002), ao usar imagens antigas das ruas e paisagens a serem percorridas, para fins de comparação espaço-temporal quanto às transformações na paisagem.

A cada ponto escolhido por mim para realizar essa interpretação, eu enviava uma fotografia antiga para o grupo de WhatsApp feito anteriormente com todos os participantes da visita de campo. Em um determinado ponto, de onde se observava a atual Fábrica da Cidade, a Praça das Mercês, a avenida Vitorino Freire e o Rio Bacanga, solicitei aos participantes para visualizar em seus aparelhos celulares, a primeira sequência de imagens (Figura 11):

Figura 11: Imagens referentes a novembro de 2011, correspondentes à Praça das Mercês e à Fábrica da Cidade



Fonte: Google Maps (acessadas em 06.01.2024).

Os participantes se surpreenderam ao observarem a situação do mesmo logradouro no ano de 2011 e onde estavam em 2024 (Imagem 44). Alguns dos alunos tiveram dificuldade em identificar a imagem fornecida, tamanha a modificação na paisagem.

Perguntei aos participantes sobre suas memórias daquele espaço: se lembram que onde hoje é Praça das Mercês, ou mesmo a Avenida Vitorino Freire, anterior a ela, era na verdade, uma das margens do Rio Bacanga? Apenas um deles revelou

estar ciente desta modificação referente ao aterramento do Bacanga e subsequentes construções que geraram tamanha transformação na paisagem.

Imagem 44: Imagem atual da Fábrica da Cidade e da Praça das Mercês com o Memorial da Diáspora Africana no Maranhão (ao fundo à esquerda)



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Em seguida, fomos caminhando rumo a Fachada do Solar dos Vasconcelos (Imagem 45). Contextualizei as características da arquitetura relacionada ao período colonial, dando ênfase ao rico trabalho em pedra de cantaria da construção, detalhe este que a diferencia e a classifica como uma moradia de família burguesa. Iniciamos a discussão sobre o estado de conservação dos prédios e a participação da sociedade civil nos processos de restauro de imóveis tombados.

Destaquei que, tanto o imóvel que se localiza em frente ao referido Solar (Imagem 46), quanto a ocupação da atual Fábrica da Cidade pela comunidade do Desterro foram decisivas para desencadear o processo de restauro levado a cabo pela Prefeitura de São Luís. O prédio foi ocupado em agosto de 2018, quando os moradores, incomodados com o fato de o mesmo estar sendo usado como abrigo por delinquentes, resolveram aproveitar sua estrutura para desenvolver atividades de cunho artístico e cultural (Ribeiro, 2018).

Imagem 45: Parada em frente ao Solar dos Vasconcelos



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Imagem 46: Casarões privados, recuperados por seus proprietários, na Rua da Estrela, Desterro



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Em seguida caminhamos até a esquina das ruas da Estrela e Deserto, considerada pelo SECID⁴⁴ como limite oficial entre os bairros do Desterro e da Praia Grande. Este momento foi interessante para explorar as percepções de espaço, uma vez que moradores, poder público e frequentadores do Desterro como eu, temos distintas noções dos limites do mesmo.

⁴⁴ Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano. Tem como finalidade planejar, executar, coordenar e controlar as políticas públicas das áreas de habitação, saneamento e urbanização, em articulação com os municípios, visando o desenvolvimento regional sustentável do Estado (Maranhão, 2009).

Neste percurso, passamos por Dijé⁴⁵, líder do Sindicato das Profissionais do Sexo e importante militante por direitos da comunidade LGBTQIAPN+ e comunidade negra. Aproveitei o encontro com Dijé para mencionar, posteriormente, com os participantes da visita de campo o papel de liderança exercido por aquela mulher negra, desde sua origem como criança migrante da Baixada Maranhense⁴⁶, tal como muitos moradores do Desterro dada a intensa movimentação portuária entre os municípios desta região do Maranhão e o Bairro em tela.

Seguimos até a Rua do Giz, passando pelo Bar Meu Bem – referência importante para a comunidade local, até chegar em mais um dos pontos para comparação de imagens e mudanças na paisagem do Desterro (Imagem 47).

Imagem 47: Quarteirões entre as Ruas do Giz e Jacinto Maia



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Nesta área se observa mudanças consideráveis no estado de conservação e uso dos imóveis, tanto públicos quanto privados. Na imagem podemos observar o casarão à esquerda readequado para uso habitacional nos andares superiores e institucional do térreo; a morada à direita, restaurada para uso como hospedagem e o casarão à direita ao fundo que abriga a Secretaria Estadual de Igualdade Racial e que antes estava em estado de ruína.

⁴⁵ Apelido de Maria de Jesus Almeida, 52 anos de idade, importante líder dentro da comunidade do Desterro (Cunha, 2020).

⁴⁶ Segundo Silva (2005, p. 115): “parte expressiva das pessoas cujas memórias deram formas a este trabalho migrou da Baixada Maranhense e do Litoral Norte do Maranhão sobretudo dos municípios de Viana, São João Batista, Guimarães, Cajapió, Turiaçu, Pinheiro, Cururupu, São Bento e Alcântara”.

Neste momento, trouxe elementos sobre a memória do período em que o Desterro foi denominado de Zona do Baixo Meretrício, a ZBM, de forma extraoficial pelo poder público⁴⁷, período em que as chamadas boates abriam suas portas a partir das 18h, momento em que a própria polícia militar atuava para o controle da “moralidade”, chamando a atenção de mulheres e meninas “de família” para que entrassem em suas casas e não saíssem exceto em casos excepcionais.

Neste ponto, aproveitei para fazer outro exercício, apontando as modificações percebidas no trecho em que a Rua do Giz encontra a Jacinto Maia: o casarão antes deteriorado, hoje com seus azulejos restaurados e servindo de moradia para 8 famílias que antes viviam em situações precárias no Centro Histórico de São Luís (Imagem 48); a ruína de um antigo casarão que hoje abriga a Secretaria Estadual de Igualdade Racial; a antes deteriorada casa térrea, morada inteira, com fachada revestida de azulejos, que abriga uma pousada (estes últimos perceptíveis à direita na imagem 47, a primeira ao fundo e a segunda em primeiro plano).

Imagem 48: Antes e pós restaurado do casarão pela Prefeitura de São Luís



Fonte: Moura (2022).

Estas mudanças revelam a dinâmica tanto da iniciativa privada quanto do poder em atuar no processo de patrimonialização, contribuindo, em alguns casos, para modificar a paisagem de forma significativa.

Na próxima esquina, entre as ruas do Giz e Jacinto Maia, mais um momento para perceber as modificações na paisagem. Aqui podemos ver melhor como o restauro da antiga ruína onde hoje fica a Secretaria estadual de igualdade racial que

⁴⁷ De acordo com Silva (2005, p. 71): “assim, na década de 40 do século XX, sob o respaldo do interventor Paulo Ramos, as meretrizes que se encontravam espalhadas pelas principais ruas da cidade foram “confinadas” em quatro quarteirões da área do Desterro / Praia Grande”.

incluiu a criação da Praça da Liberdade, ou Negro Cosme (Imagem 49), onde antes havia um terreno baldio contribuiu para mudança daquela área do bairro do Desterro.

Imagem 49: Praça da Liberdade e Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Na Praça da Liberdade temos outro monumento relevante para a memória negra da cidade de São Luís: na parede da Secretaria citada, esculturas em alto relevo representam 3 figuras femininas importantes para a memória do povo preto de São Luís: da esquerda para a direita, Catarina Mina, africana escravizada que conseguiu sua alforria e alçou o status de burguesa, tendo uma casa de comércio na Praia Grande; Nã Agotimé, líder africana igualmente traficada por escravizadores que fundou a Casa das Minas Jeje-Nagô, mais tradicional casa de culto africano no Maranhão, onde surgiu o Tambor de Mina, religião afro-maranhense de culto aos voduns (espíritos dos ancestrais africanos do povo de origem da fundadora da casa) e por fim, Maria Firmina dos Reis, primeira mulher romancista na literatura brasileira, ao escrever seu romance *Úrsula*, de teor abolicionista, onde pessoas negras são retratadas, excepcionalmente para a época, de forma humana, como personagens centrais da trama.

Seguimos pela Rua Jacinto em direção à Rua da Palma, quando um importante ponto do roteiro - não previsto na visita de campo aqui descrita - se mostrou muito estratégico se comparado a infraestrutura geral do Bairro do Desterro: alguns

participantes demonstraram cansaço e vimos a necessidade de fazer uma pausa. Assim, o Convento das Mercês se mostrou extremamente útil para esta parada, uma vez que, além do acervo e ocasionais eventos culturais que abriga (naquele dia estava acontecendo um festival de teatro de bonecos), possui um espaço amplo, limpo, arejado e banheiros para uso público.

Careri (2017, p. 28) reflete que: “o andar é tão importante quanto o parar”, pois “Quem levanta a âncora para uma longa viagem, além das velas e dos remos, leva certamente consigo também a âncora: a possibilidade de parar e conhecer de perto outros territórios e outras gentes”.

Após essa breve e necessária parada no Convento das Mercês, seguimos em direção à Rua Jacinto Maia. A Rua Jacinto Maia marca uma mudança nas percepções que tivemos até aquele momento do Desterro: de logradouros e imóveis que passaram ou estão passando (como o Complexo Santo Ângelo⁴⁸ que fica nos limites do bairro) por reformas, restauros e readaptações. A mudança se faz sentir no primeiro imóvel observado ao entrarmos na Rua Jacinto Maia, pela sua esquina com a Rua da Palma (Imagem 50), e ao seguirmos por um trecho onde cortiços abrigam moradores em clara situação de vulnerabilidade social (Imagens 51 e 52).

Imagem 50: Imóvel no cruzamento entre as Ruas da Palma e Jacinto Maia



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

⁴⁸ Complexo de instalações fabris em processo de restauro pela Prefeitura de São Luís (São Luís, 2023).

Imagem 51: Calçamento deteriorado na Rua Jacinto Maia



Imagem 52: Habitações precárias na Rua Jacinto Maia



Fonte: Arquivo Pessoal (2025).

O trecho seguinte, após o cruzamento com a Rua Formosa, é caracterizado por antigas casas de comércio, boa parte se encontra fechada, o que marca a mudança de um passado recente no qual esta via, que serve de ligação entre a ainda movimentada área do Mercado Central e áreas do Centro que passaram e ainda hoje se encontram em processo de esvaziamento, como áreas da Rua da Palma e adjacências, onde, até os anos 80, se encontravam as casas de prostituição de luxo e outras áreas de moradia e comércio ⁴⁹.

No final deste trecho da Rua Jacinto Maia, uma ladeira que desce no sentido do Mercado Central, fizemos uma parada para seguir pela Rua da Manga. Esta parte do percurso traz mais uma interessante reflexão ao processo de caminhada, das descobertas, percepções, contradições e desafios de percorrer áreas de uma cidade dividida entre o tombamento patrimonial e a degradação de partes deste mesmo patrimônio.

É importante lembrar que estamos neste momento, descendo uma ladeira da Rua Jacinto Maia no sentido da antiga zona portuária, o chamado Portinho, que constitui uma espécie de distrito dentro do Desterro e que, devido as muitas

⁴⁹ Em entrevista do senhor Sebastião Pires, concedida a Silva (2005, p. 134): “aqui nesta época (1970) era dividido em 3 secções que eram mais ou menos assim: uma que começava na Praça Benedito Leite até ali na esquina da rua Henrique Leal. Ali quem morava eram pessoas de classe média boa. A partir daí até no Jacinto Maia era a zona. A partir do canto do quartel (atual Convento das Mercês) até próximo da igreja do Desterro era ambiente familiar e o Desterro (referindo-se ao Portinho) era um ambiente pesadíssimo, muita venda de drogas e muito promíscuo”.

intervenções com aterramentos e outras intervenções nas últimas décadas, passou por profundas mudanças em sua paisagem.

Esta diferença socioespacial entre a parte alta e a parte baixa, ou seja, a área baixa, portuária do Desterro, conhecida como Portinho, é percebida nas falas dos moradores, por Ferreira (2005, p. 44):

Para esses agentes “tudo é Desterro”, não existem mais “os lados” as (regiões) de “cima” e de “baixo”, “tudo é uma coisa só” (região) Centro Histórico). Contudo, nas entrelinhas das suas práticas e representações, ao mesmo tempo em que percebo indícios da formação da região Centro Histórico, leio a continuidade e a ressemantização de uma Fronteira entre os de “cima” e os de “baixo”. A região de cima quando é reconhecida é localizada pelos informantes dentro do espaço físico onde funcionaram os mais luxuosos cabarés da ZBM. A identificação de um território corresponde a essa região ainda que sutilmente acionada aponta um elemento central para a sua definição física e social: a “zona”.

No Portinho, podemos perceber ainda os resquícios de uma realidade que marcou a história no Desterro: a prostituição e o quadro de marginalização, estigmas e violências que o acompanham. A atividade de comércio sexual que outrora fez determinadas partes do Desterro serem frequentados pelas elites locais, ali, no Portinho, permanecem em sua versão empobrecida, caracterizando um estilo de vida “indesejável”, frequentemente vítima de ações de despejo ou higienização, por parte do poder público:

Não foram poucas as tentativas da prefeitura de acabar com o “xirizal”. Desde 2010 intervenções vêm sendo feitas na área. Em 2015, o principal bar da Travessa do Portinho foi derrubado para servir como estacionamento. O movimento, por vezes, chega a diminuir. Mas, teimosamente, o Oscar Frota⁵⁰ resiste (Moraes, 2017, n.p.)⁵¹.

É neste contexto que uma reflexão se faz necessária, tendo em vista o uso da paisagem do Bairro do Desterro – ou mais especificamente da área baixa do Portinho – suas lugaridades específicas, como atrativo turístico: quais visitantes trazer até aqui? Como intermediar estas vivências díspares, marginalizadas e “não turísticas”?

⁵⁰ Xirizal deriva da palavra “xiri”, gíria de alguns locais do Norte e Nordeste para se referir ao órgão genital feminino (Costa; Leão, 2015). A denominação “Oscar Frota” é em alusão a um antigo comércio de ferramentas cujos antigos armazéns abrigam a atual área de prostituição (Ferreira, 2019).

⁵¹ MORAES, Daniel. Xirizal do Oscar Frota: O dia a dia em um dos principais pontos de prostituição da capital. 30 de julho de 2017. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/07/oscar-frota-o-dia-a-dia-de-um-dos-principais-pontos-de-prostituicao-da-capital/>. Acesso em: jan. 2025.

Para uma turma de estudantes de geografia, que se propõe conhecer realidades espaciais de forma crítica, desprovidos de preconceitos, este tipo de questionamento praticamente não se aplica da mesma forma que se aplicaria a visitantes em viagem de turismo (embora, no caso do turista, deva ser levado em conta seu perfil, sua formação, seus interesses, sua(s) visão(ões) de mundo). Assim, juntei o grupo, desliguei o som e falei de forma a evitar possíveis ofensas a alguém ali presente, para que permanecêssemos unidos, a localização da zona de prostituição (no beco transversal à Rua da Manga) e que fôssemos o mais discretos possível.

Em seguida avançamos para a esquina da Rua da Manga com Rua da Lapa, local onde existiu o trapiche construído em 1869 às margens de um igarapé do Rio Bacanga, e que hoje se encontra totalmente aterrado.

Iniciei estimulando a percepção dos participantes, questionando sobre o que poderiam observar de marcante na paisagem daquele lugar: um estudante observou as cores fortes das construções e outro percebeu o contraste cuja origem eu queria contextualizar: a rua da Manga, de um lado possui uma arquitetura colonial e, de outro, construções modernas, de concreto, galpões industriais (Imagem 53).

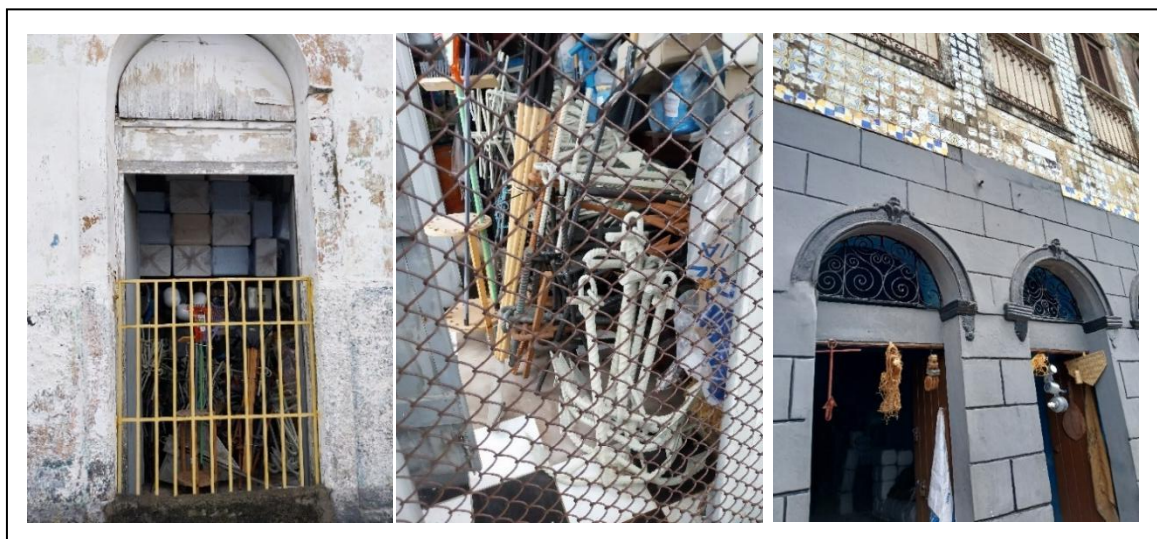
Imagem 53: Cruzamento da Rua da Manga com Rua da Lapa



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Esta discrepância na paisagem de uma mesma rua se explica pela intervenção humana que resultou no afastamento do Rio Bacanga do Desterro, mas (dentro do contexto da evolução histórica e econômica da cidade, aqui já discutida) mantendo construções, comércio e monumentos ligados à antiga atividade portuária que ali acontecia (Imagem 54).

Imagem 54: Comércio de artigos portuários e pesca na Rua da Manga



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Seguimos para a Sorveteria Quero Mais (Imagem 55), uma das mais importantes sorveterias artesanais da cidade, com sorveteiros revendedores atuando em vários pontos da cidade, em especial no Centro Histórico, com os tradicionais sorvetes de sabor coco, bacuri, maracujá e cupuaçu.

Imagem 55: Parada em frente à Sorveteria Quero Mais



Fonte: Acervo Pessoal (2024).

Nosso próximo destino era a Praça do Pescador (Imagem 56), local que, devido ações do poder público, passou igualmente por consideráveis mudanças e usos nos últimos anos: a Praça já foi apelidada de “Inferninho”, quando antigos quiosques eram

usados como bares frequentados pelos mesmos usuários no atual “xirizal”, sendo lembrado pela prostituição e tráfico de drogas.

Estas ações tinham um claro teor de gentrificação, com o intuito de esconder da população e dos turistas, os “indesejáveis” frequentadores destes espaços. Em reportagem sobre a “urbanização” da Praça do Pescador feita na gestão do então prefeito Edvaldo Holanda, o repórter Jorge Aragão (2015) relata o aparato de segurança montado para evitar a volta destes frequentadores à Praça: monitoramento remoto 24h, posto da guarda municipal, mas também serviços de assistência social para cuidar, reabilitar e os dependentes químicos, por exemplo.

Imagem 56: Praça do Pescador com o Entreposto Pesqueiro ao fundo



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Entre as mudanças na paisagem, percebemos o painel elaborado com os próprios moradores, sob coordenação artística do coletivo de arte urbana Porcolitos e do Escritório Escola de Arquitetura da Universidade CEUMA (Imagem 57) e o paisagismo da Praça, que é realizado pela ONG italiana *Senza Frontiere* – ONLUS (Imagem 58).

Imagem 57: Painéis de arte urbana na Praça do Pescador



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Imagem 58: Paisagismo da Praça do Pescador



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Do outro lado da avenida, mais elementos da mudança na paisagem do Desterro, como resultado das intervenções públicas voltadas às melhorias na infraestrutura da capital maranhense: o novo e ainda não inaugurado Entrepasto Pesqueiro, que substituirá o já obsoleto Mercado do Peixe, ambos construídos para melhorar as condições de venda de pescados que têm caracterizado esta área do Centro da Cidade; a própria avenida Vitorino Freire, ou Beira-mar, como parte do chamado Anel Viário, construído nos anos 70 para melhorar as condições de trânsito

na cidade. Por trás destas construções é interessante perceber a permanência das árvores de mangue, que se reconstituiu de forma considerável após os serviços de aterramento que o afastaram das margens do Centro de São Luís (Imagem 59).

Imagem 59: Margem aterrada do Rio Bacanga



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Em seguida, direcionamo-nos ao penúltimo ponto de nosso roteiro- caminhada: os trechos que ficam na ladeira da pequena via de acesso à Igreja do Desterro e que antes eram margeadas pelo Rio Bacanga. A intenção aqui é mais uma vez confrontar os participantes com imagens anteriores ao processo de afastamento do Rio causado pelos aterramentos acontecidos na segunda metade do século XX (Imagem 60). Mais uma vez muitos participantes não conseguiram identificar os mesmos logradouros em momentos históricos diferentes, se surpreendendo com as mudanças na paisagem.

Imagem 60: Portinho – antes e após os aterramentos dos anos 70



Fonte: Marcel Gautherot (anos de 1950) e Acervo Pessoal (2025).

Finalmente chegamos ao Largo e à Igreja do Desterro, nossos últimos pontos da aula de campo, onde pude falar mais sobre a história, arquitetura e, principalmente, dos responsáveis pela construção da atual Igreja, homens negros, José de Lé (que iniciou todo o processo de reconstrução) e José Antônio Furtado do Queixo. Homens cujas histórias, apesar de significativas para a memória, a história e o patrimônio da cidade, acabaram sendo apagadas, tendo poucas fontes documentais.

Concluimos com a vista da Avenida Vitorino Freire a partir da cobertura do Barracão da Escola de Samba Flor do Samba, importante organização cultural do Bairro, de onde fiz a última comparação entre a paisagem atual e a paisagem de mais um registro histórico, da época em que o Rio Bacanga encontrava o Desterro com suas águas calmas que sumiam ou desapareciam algumas horas do dia, ao ritmo das grandes marés que circundam a Ilha de São Luís do Maranhão.

Como parte da avaliação das disciplinas das turmas que realizaram a visita de campo, a professora responsável solicitou que os universitários elaborassem um relatório final escrito sobre a visita no Desterro. Tive acesso aos relatórios e destaco alguns trechos que corroboram para meu estudo, ressaltando a relevância do guiamento no Desterro face às provocações geográficas da paisagem:

O Desterro é muito mais do que um lugar de valor histórico, é um espaço vivo, do entrecruzamento do passado e do presente em processo. Presentes em seu rico acervo arquitetônico e cultural, o Desterro permite vislumbrar não apenas a história de São Luís, mas a complexidade da urbanização em cidades centenárias, possuidoras de um legado histórico. É um exemplo vibrante de como pode-se reconhecer que o espaço urbano se transforma em um depositário da memória, e, ao mesmo tempo, um palco para a incessante transformação do espaço social e cultural (Silva *et al.*, 2024, p. 4 – não publicado).

Este trecho do relatório resume a percepção dos participantes quanto ao fato de que o bairro, sendo uma zona tombada, é mais do que suas construções de pedra e cal, faz-se um lugar, um espaço de vivências, com laços, memórias e uma intensa dinâmica de transformação ao decorrer da história.

Em outro relatório, uma visão mais holística, ressalta a forma como a experiência foi conduzida e as relações socioculturais no espaço abordado:

A visita de campo ao Bairro do Desterro foi uma experiência enriquecedora, permitindo aos participantes explorarem, de forma prática e interativa, as relações entre espaço, memória e identidade cultural. O percurso, que incluiu pontos importantes como: a Praça das Mercês, o Memorial da Diáspora

Africana e a Igreja de São José do Desterro, demonstrou como o espaço urbano reflete e ressignifica narrativas de resistência e transformação (Silva, 2024, p. 4 – não publicado).

Outro grupo, por sua vez, destacou em seu relatório o monumento à Diáspora Africana no Maranhão como exemplo de lugar de memória que resgata a memória do povo negro, violentado e excluído historicamente da sociedade brasileira:

A Praça das Mercês é um símbolo da integração histórica entre o passado colonial e o presente de São Luís. Mais do que um espaço público, ela representa um lugar de memória e valorização da herança afro-brasileira. Sua localização destaca a rica mistura cultural que caracteriza a cidade, celebrando o legado de trabalho, resistência e contribuição das populações negras para a identidade maranhense tempo (Moraes *et al.*, 2024, p. 6 – não publicado).

É interessante perceber que foi notada a importância deste monumento, sua relevância histórica e a luta por justiça que ele denota, sendo o Desterro um local de extrema relevância para as populações negras da cidade de São Luís e para a memória do povo negro do Brasil e do Maranhão, como foi destacado por um dos alunos: “a presença afro-brasileira é marcante no bairro, tanto pela descendência de escravizados que foram trazidos para o país quanto pelo esforço contínuo de manter viva a cultura africana em suas várias manifestações” (Sousa, 2024, p. 7 – não publicado).

No mesmo sentido, em outro relatório, individual, um participante declara:

Ao refletir sobre a construção e identidade das populações afrodescendentes, podemos compreender melhor os processos históricos e sociais que moldaram a sociedade brasileira, além de reconhecer a resistência e as contribuições dessas populações. (...) O campo destacou a necessidade de contínua reflexão sobre as reparações históricas, reconhecendo o legado das populações negras e suas lutas pela valorização de suas identidades (Silva, 2024, p. 4 – não publicado).

Outro texto também individual, o universitário participante do roteiro comenta sobre situações negativas por ele percebidas, ainda que destacando a importância patrimonial do Desterro:

Apesar do bairro sofrer com alguns problemas relacionados a falta de preservação patrimonial, como alguns casarões que apresentam descaso e condições graves de precariedade estruturais em algumas localidades e problemas envolvendo a infraestrutura do bairro, o Desterro carrega consigo uma grande riqueza histórica e cultural em São Luís e no Brasil (Sousa, 2024, p. 12 – não publicado).

Em uma questão referente a sugestão ou comentário sobre o roteiro, um dos relatórios assinala:

A aula foi sensacional, proporcionando uma imersão profunda nos aspectos históricos e culturais do bairro do Desterro, em São Luís. Através de uma análise detalhada, conseguimos entender como o bairro, com suas ruas estreitas e casarões antigos, reflete a convivência de diferentes grupos sociais ao longo do tempo (Moraes *et al.*, 2024, p. 6 – não publicado).

Outro participante avaliou a experiência da visita de campo no Desterro da seguinte forma:

Essa abordagem foi importante pois permitiu aos alunos conectarem-se com sua própria história e com a história coletiva da comunidade local, promovendo um senso de pertencimento e valorização cultural. Ao refletir sobre a construção e identidade das populações afrodescendentes, podemos compreender melhor os processos históricos e sociais que moldaram a sociedade brasileira, além de reconhecer a resistência e as contribuições dessas populações (Silva, 2024, p. 2 – não publicado).

A experiência de realizar o roteiro flexibilizados no sábado aos graduandos em Geografia foi realmente importante. Tem um tom diferenciado, já que os universitários estão imersos em leituras e discussões acadêmico-científicas que tangenciam alguns dos temas abordados. Por outro lado, quando se trata de um roteiro turístico divulgado pra promoção turística, o público, provavelmente, é mais diverso, com faixas etárias, origens, experiências e níveis sociais (o que inclui a escolaridade) distintos.

De qualquer forma, realizar o roteiro com os universitários e ler os relatórios deles sobre a visita de campo no Desterro afirmou o alcance de alguns dos objetivos idealizado na proposição do roteiro, dos quais cito:

- a ideia de patrimônio como um conjunto de bens materiais e imateriais mais que monumentos e construções físicas;
- a percepção do Bairro do Desterro como um lugar de memória, que expressa um rico patrimônio histórico-cultural;
- a importância da cultura e história negras a partir do Desterro, essenciais para a compreensão da dinâmica social, econômica, política e cultural;
- o desenvolvimento das temáticas de forma dinâmica, instigante e interativa entre participantes-guia-paisagens;

- a paisagem enquanto expressão das transformações socioculturais e históricas do espaço.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção da pesquisa possibilitou a ampliação e questionamento dos limites, potências e desafios entre Geografia (em especial com a paisagem), Turismo e Patrimônio Cultural no que se refere a suas múltiplas e complexas relações com a área estudada, o Bairro do Desterro.

Nesse interim de guiar e aprender a ser guiado por outros caminhos e perspectivas, o Desterro é uma oportunidade de refletir sobre outros modos de fazer turismo, de me relacionar com a comunidade local e com a história oficial e os diversos patrimônios.

Durante a pesquisa pude estudar com mais detalhamento o processo de patrimonialização e a história espacial que constitui o CHSL, em especial o Desterro, e conhecer pessoas que vivem e significam os patrimônios, animando o bairro. Conheci “Seu” Dalmir, com seu sorriso tranquilo e sempre disposto a falar sobre o bairro; e três mulheres negras de grande referência: “Vó” Graça, envolvida com o Tambor de Crioula, queimação de palinha e outras celebrações culturais e religiosas no Desterro; tive mais contato com Dijé, líder e militante muito respeitada no CHSL, representante do movimento dos profissionais do sexo e dos moradores do Desterro; e dona Sandra, envolvida com a Escola Flor do Samba, o Boi Lendas e Magias, e também representante de lutas políticas dos moradores do CHSL.

Deste modo, elaborar um roteiro turístico no Desterro a partir da abordagem cultural em Geografia e da experiência com o núcleo São Luís do Projeto Nacional Inventário Participativo, a começar por mim, é uma possibilidade de rever/revisitar São Luís e o campo profissional do Turismo – tão pungente na capital ludovicense.

As políticas de patrimonialização passaram por um período ligado ao nacionalismo, aos poderes constituídos pelas elites e suas representações. Estas políticas evoluíram para a incluir representatividade das classes ditas subalternas, as imaterialidades destas camadas sociais e suas nuances étnicas. Assim, temos um quadro de valorização de zonas ditas periféricas, onde comunidades negras, historicamente vítimas pela exclusão, agora têm sua memória e história (re)contadas e sua cultura valorizada. No turismo este processo deu origem ao que chamamos de

afroturismo, facilmente percebido em suas potencialidades nos territórios negros das periferias ludovicenses, como o Bairro do Desterro.

O turismo tem sido apresentado via discurso desenvolvimentista como gerador de recursos, renda, impostos e empregos, justificando seus investimentos por parte do poder público e por privados, o que tem reflexos sobre as paisagens, a vida de indivíduos e comunidades, remodelando o espaço de acordo com lógicas muitas vezes movimentadas em prol do capital e menos destes homens e mulheres que animam e dão vida às paisagens e territórios.

O turismo é, portanto, uma força de transformação das paisagens, ressignificação de lugares e deslocamento massivo de pessoas, cujas consequências estão sendo cada vez mais sentidas pelas comunidades locais.

Sempre percebi o turismo não como uma “tábua de salvação” para os lugares turísticos, mas como mais uma possibilidade, entre tantas outras, de desenvolvimento, tanto econômico quanto simbólico, cultural. Não creio ser interessante o turismo que afasta o morador, que encarece o pão da padaria, que transforma moradia em prédio para hospedagem de turistas com alto valor na diária, que impede que o cotidiano dos moradores e trabalhadores locais se dê em sua normalidade, mas sim aquele que permite ao morador ganhar sua renda, se aproximar e fazer trocas honestas com o visitante e que valorize o local de diferentes formas (visibilidade, melhoria na infraestrutura como segurança e limpeza urbana, renda, etc.).

Observando a paisagem do Desterro, algumas percepções se fazem sentir de forma mais clara que outras. As materialidades e suas implicações, por exemplo, são nítidas: o casarão que desaba, o lixo que se espalha na rua esburacada e o descaso com os espaços públicos e privados. Torna-se notória a falta de incentivos através de políticas de preservação, moradia, infraestrutura para determinadas classes sociais e seus espaços, além da omissão de proprietários com suas construções, que poderiam, por exemplo, estar servindo para garantir a muitas famílias o direito constitucional de moradia em uma cidade com grande defasagem habitacional.

Na prática da execução dos roteiros turísticos, é notória a percepção dos profissionais guias de turismo do potencial que o patrimônio cultural do Bairro apresenta, sendo o mesmo frustrado pela falta de infraestrutura básica que acaba adiando seu aproveitamento para fins turísticos.

Lugares como o Bairro do Desterro trazem ao turismo a possibilidade de desenvolver formas inovadoras e criativas da prática turística ao proporcionar, através

de sua história, cultura e patrimônios material e imaterial, diversas alternativas de roteiros, convertendo-os em experiências de apreensão e compreensão do espaço, capazes de fazer pensar a paisagem através da prática do caminhar pelo lugar, que é a própria prática do roteiro turístico.

Esta ideia se confirmou quando da realização do roteiro na prática com os alunos da licenciatura em geografia da UEMA, momento em que foi possível perceber como a história, a realidade encontrada e as mudanças na paisagem do Bairro do Desterro, podem trazer contribuições para a percepção desta paisagem e sua compreensão na dinâmica sociocultural daquela comunidade, com destaque para a importância da memória e da cultura negra do Bairro.

A comunidade do Bairro se mostra receptiva ao desenvolvimento do turismo, estimulada por este discurso desenvolvimentista, sensível à forma como eventualmente este tipo de atividade pode se desenvolver e talvez ainda alheia aos eventuais incômodos que a massificação turística podem trazer. Além de se mostrar sensível em relação ao patrimônio cultural que possui e das potencialidades que este pode trazer à atividade turística.

Com este estudo, percebe-se que hoje, no contexto da patrimonialização, novos desafios se apresentam a esta comunidade: desenvolver políticas públicas eficazes para melhorar a infraestrutura do Bairro; inserir a população na economia do turismo e evitar processos danosos, como a gentrificação.

Assim, com base em uma análise histórica caracterizada acima de tudo pela constituição de uma comunidade periférica, cujas origens estão ligadas ao processo colonial da escravidão negra, seguida, pós-abolição da escravidão, pelo predomínio dos trabalhos desvalorizados (como as atividades portuárias) e criminalizados (como a prostituição), mas também pelas muitas resistências que este processo de exclusão engendrou, concluo que foi possível perceber, através destes processos históricos do Bairro do Desterro, a dinâmica de formação de suas paisagens a partir dos elementos necessários para a elaboração de um roteiro turístico como interpretação de mundo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Gabinete divulga nota sobre doação de acervo da Fundação José Sarney**. Redação, 2011. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ALBACH, Valéria de Meira; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Existe uma Geografia do Turismo? **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, Número Especial, Universidad Nacional Heredia, 2011. pp. 1-16. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820810.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

ALMEIDA, Margareth Argemira de; CARDOSO, Marcelo Costa. **Para além do turismo: narrativas negras no Centro Histórico de São Luís do Maranhão**. 2023. Monografia (Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/7506/1/MARCELOCOSTACARDOSO.pdf> . Acesso em: 26 jan. 2025.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Prefácio. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2009.

ALMIRÓN, Analía Verónica. Turismo y espacio. Aportes para otra geografía del turismo. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 16, 2004, p. 166 – 180. ISSN: 2179-0892. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2004.73963>.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1997.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. Introdução Histórica a Roteiro 1: O Centro Antigo. In: **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Ed. bilingüe. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: revisão crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sobre o enfoque da conservação urbana integrada**. 2006. 247f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

ARAGÃO, Jorge. Prefeito Edivaldo Holanda entrega a primeira etapa da reforma da Praça do Pescador. **Athenas Maranhense**, 2015. Disponível em: <https://www.blogdojorgearagao.com/?s=pra%C3%A7a+do+pescador> . Acesso em: 26 dez. 2024.

ARAÚJO, Wilson. Desterro e o mar no início do século XX. **Revista Agenda Maranhão**, 2020. Disponível em: <https://agendamaranhao.com.br/2020>. Acesso em: 07 set. 2024.

ARÉVALO, Marcia da Conceição de Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. In: I Encontro Memorial do Instituto de Ciências humanas e Sociais – Mariana / MG, 9-12 de novembro de 2004.

AZEVEDO, Ana. Especial: cidades turísticas adotam medidas para conter overturism, escalada de preços e degradação. **Revista mercado e eventos**, 2024. Disponível em: <https://www.mercadoeeventos.com/noticia>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BARBOSA, Mariane. Monumento resgata contribuição do povo negro para o Maranhão: Iniciativa composta por painéis artísticos pretende entrar para o roteiro cultural da capital maranhense. **Alma Preta**, 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cultura>. Acesso em: 09 set. 2024.

BARROS, Valdenira. O processo de consolidação urbana. In: NUNES, Karla Cristina Santos (Org.). **Desterro um bairro além dos mapas**. IPHAN/Prefeitura de São Luís, QG Qualidade Gráfica e Editora, São Luís, 2005.

BENI, Mário Carlos. Política e Planejamento Estratégico no Desenvolvimento Sustentável do Turismo. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 17, no.1, 2006. ISSN 1984-4867. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 101-131.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. (Orgs.). **Geografia Cultural uma antologia**. Vol. 1, EdUERJ, Rio de Janeiro, 2012.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem** tradução de Anne Cambe. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2014.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 83-131.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial: a fundação do Maranhão no Império brasileiro**. 2009. 334f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

BOSISIO, Arthur (Org.). **Breve história do turismo e da hotelaria**. Conselho de Turismo da CNC – Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/anavelas>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1988.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm#:~:text=DECRETO%

[2DLEI%20N%C2%BA%2025%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201937.&text=Organiza%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico%20e%20art%C3%ADstico%20nacional](https://repositorio.cebras.gov.br/handle/201937/&text=Organiza%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico%20e%20art%C3%ADstico%20nacional) Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7.** Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, DF: 2007.

BRUNET, Roger (Org.). **Les mots de la géographie:** dictionnaire critique. Paris/Montpellier: La Documentation Française/Reclus, 1992.

BRÜGGER, André Macedo; ASSAD, Luís Tadeu; BERGMANN, Fernando. **Complexo Pesqueiro de São Luís.** Brasília, DF. Editora IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável, coedição Editorial Abaré, 2010.

BURNETT, Frederico Lago; VENÂNCIO, Marluce Wall de Carvalho. Breve Histórico da Habitação Popular em São Luís. In: **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara:** guia de arquitetura e paisagem. Ed. bilingüe. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, IPHAN/Minc, 1994, p. 94-115.

CARERI, Francesco. **Caminhar e parar.** Tradução de Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CARERI, Francesco. **Walkscapes:** o caminhar como prática estética. São Paulo, Editora Gustavo Gili, 2013.

CASTELLO, Lineu. **Repensando o lugar no projeto urbano:** variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004). 2005. 435f. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5112> . Acesso em: 21 fev. 2025.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Christiano Correa; KUNZ, Jaciel Gustavo; BARROS, Lânderson Antória (Orgs.). **Paisagem e a importância na leitura das espacialidades:** fazendo e acontecendo no ensinar e aprender Geografia. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2023.

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de. **O lugar do turismo na ciência geográfica:** contribuições teórico-metodológicas à ação educativa. 2006. 311f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

CHAGAS, José. **Os canhões do silêncio.** Edição promovida pela SURCAP, São Luís, 1979.

CHAVES, César Roberto Castro. **Educação Patrimonial no Bairro do Desterro: Estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís-MA.** 2012. 129f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão. São Luís.

CIFELLI, Gabrielle. A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto–MG. In: PAES, Maria Tereza Duarte; SOTRATTI, Marcelo Antonio. (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Annablume, 2010.

CISNE, Rebecca; GASTAL, Susana. Nueva visión sobre los itinerarios turísticos: una contribución a partir de la complejidad. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires - Argentina, Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, vol. 20, núm. 6, noviembre, 2011, pp. 1449-1463. ISSN: 0327-5841. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1807/180722700012.pdf>. Acesso em: 09 set. 2024

CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Paris: Nathan, 2007.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos Geógrafos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Paisagens, texto e identidades.** Tradução de Márcia Trigueiro. Rio de Janeiro (RJ): UERJ, 2004. p. 13-74.

CLAVAL, Paul. A Volta do Cultural na Geografia. **Mercator**, Fortaleza, ano 01, número 01, 2002. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/192>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CLAVAL, Paul. Geografia cultural: um balanço. **Geografia**, Londrina, v. 20, n. 3, p.05–24, 2011. ISSN 2447-1747. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>. Acesso em: 11 set. 2024.

CLAVAL, Paul. Processos espaciais e geografia cultural [2021]. **Confins [online]**, Traduções. Débora Fialho Goulart (Trad.), 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/55692>. Acesso em: 07 set. 2024.

CNC, Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Crescimento do Turismo em 2024.** 2024. Disponível em <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias>. Acesso em: 22 mar. 2024.

COLANTUONO, Aline Correia de Sousa. O processo histórico da atividade turística mundial e nacional. In: SOUSA, Aline Correia de. (Org.). **Cadernos da FUCAMP**, São Paulo, v.14, n.21, p.30-41/2015. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CORIOLOANO, Luzia Menezes Teixeira; LEITÃO, Cláudia Sousa. VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Sustentabilidades e Insustentabilidades do Turismo Litorâneo. **Revista de Gestão Costeira Integrada – Journal of Integrated Coastal Zone Management**, Lisboa, vol. 8, núm. 2, 2008, pp. 11-23. E-ISSN: 1646-8872. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CORIOLOANO, Luzia Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **Turismo e Geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: EDUECE, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Denis Cosgrove: A paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 7-21, jan./jun., 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **Revista GEOgraphia da UFF – Ano IX – Nº 17 – 2007**. ISSN: 2674-8126. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia>. Acesso em: 10 set. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. Geografia Cultural apresentando uma antologia. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.) **Geografia Cultural uma antologia, Volume 1**, EdUERJ, Rio de Janeiro, 2012. p. 7-15.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 9-18.

CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDHAL, Zeny. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte, Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

COSTA, Izelma de Souza. LEÃO Andreza Marques de Castro. Xirizal: estigmatização no cotidiano histórico de uma cidade do Amapá. In: X Encontro Ibero-Americano de Educação, de 10 a 14.11.2015, Araraquara – SP. [Anais...]. UNESP: Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara. Disponível em: <https://www.academia.edu/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CRUZ, Rariel dos Santos; Leoti, Alice. **O afroturismo enquanto fator de reconhecimento histórico da população negra no Brasil**. Fórum Internacional de turismo do Iguassu, 17ª edição – Foz do Iguaçu, junho de 2023. Disponível em: <https://www.sisapeventos.com.br/staff/app>. Acesso em: 03 nov. 2024.

CUNHA, Douglas. Conheça Dijé: a defensora das profissionais do sexo. **O Imparcial**, 2020. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2020/03/dije-a-defensora-das-profissionais-do-sexo/>. Acesso em: 16 fev. 2025

CUNHA, Douglas. Entrepasto pesqueiro perto de ser inaugurado. **O Imparcial**, 2024. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2024/11/entrepasto-pesqueiro-perto-de-ser-inaugurado/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagem, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini-Aurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 7ª Edição. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **“Tudo é Desterro?”**: construção e desconstrução de regiões no Centro Histórico de São Luís. 2005. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFMA. São Luís.

FERREIRA, Priscila Fernanda Santiago. **Assédio sexual**: uma forma de desengajamento moral no ambiente de trabalho das profissionais do sexo. 2019. 129f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia/CCH, Universidade Federal do Maranhão. São Luís.

FERNANDES, Talita Almeida; MACHADO, Filipe Cabacine Lopes; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da. A organização da prática dos roteiros turísticos no turismo receptivo. **Cadernos EBAPE.BR**, Volume: 19, Número: 4, 2021. ISSN: 1679-3951. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/i/2021.v19n4>. Acesso em 09 set. 2024.

FERRETTI, Sérgio. Contribuição cultural do negro na sociedade maranhense. In: Evento Científico do Curso de Letras, UFMA, 2008. **[Mesa Redonda...]**. Disponível em: <http://gurupi.ufma.br:8080/jspui/1/292>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FERRETTI, Sérgio. **Repensando o sincretismo**. 2ª ed. São Paulo: Arché Editora, 2013.

FIGUEIREDO, Lauro Cesar. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. **Geografia, ensino e pesquisa**, Santa Maria, v.17, n. 1, p. 55-70, jan/abr, 2013. ISSN 2236-4994. DOI: <https://doi.org/10.5902/223649948739>.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília – DF, 2016.

FORTES, Márcio. Prefácio. In: **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem. Ed. bilingüe. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

FRAZÃO, Dilva. **Marco Polo Mercador e viajante italiano**. Ebiografia. 2019. Disponível em: https://www.ebiografia.com/marco_polo/. Acesso em 23.11.2024.

FUMPH – Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís. **Monumento à Diáspora Africana no Maranhão**. São Paulo: Editora Quererres, 2023.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2007.

GAUTHEROT, Marcel. **O Brasil de Marcel Gautherot**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.49-76, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GUIA NEGRO. **Manifesto Guia Negro: por um turismo mais diverso**. Redação, 2021. Disponível em: <https://guianegro.com.br/manifesto>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GUIA NEGRO. **Press trip percorre o Maranhão em imersão no afroturismo**. Redação, 2024. Disponível em: <https://guianegro.com.br/press-trip-percorre-o-maranhao-em-imersao-no-afroturismo/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

HAICKEL, Joaquim Nagib. Audiovisual ganha espaço privilegiado em São Luís. **O Estado do Maranhão**, 2010. Disponível em: <https://www.blogsoestado.com/joaquimhaickel/>. Acesso em: 02 set. 2024.

HAMATSU, Lilian. 5 destinos que adotaram medidas contra o turismo de massa. **Viagem e Turismo**, 2018. Disponível em: <https://viagemeturismo.abril.com.br/materias/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

HAMILTON, Jill. Thomas Cook's first tours to the continent. **The History Press**, 2017. Disponível em: <https://thehistorypress.co.uk/article/thomas-cooks-first-tours-to-the-continent/>. Acesso em: 20 set. 2024.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ICOMOS. World Heritage List: São Luís do Maranhão (Brazil). **Portal IPHAN**, 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

INSTITUTO DA COR AO CASO. **Roteiro Caminho Ancestral**. Disponível em: <https://dacoraocaso.com.br/caminho-ancestral/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

IPHAN. Concluída a implantação da Praça das Mercês em São Luís (MA). **IPHAN Notícias**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/>. Acesso em: 31 mai. 2024.

IPHAN. Paisagem cultural. **Portal IPHAN**, Brasília-DF, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

IPHAN. Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. **Portal IPHAN**, São Luís, 1997. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20SAO%20LUIIS_pt.pdf. Acesso em: 17 mar. 2024.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão, Corpo e Alma**. 2a edição ampliada, vol. 1. São Luís: Edição da autora, 2020.

LOBATO, Ana Flavia de Melo; FERREIRA, Luciana Brandão. Caminhos de negros: a história da presença negra no Maranhão contada por meio de um tour pelo Centro Histórico de São Luís. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, Penedo, v. 11, n. 2, p. 226-246, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/11974>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LÖFGREN, Ovar. **Storia dela vacanze**. Milão: Editora Mondadori Bruno, 2006.

LOPES, José Antonio Viana. São Luís: história urbana. In: **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem. Ed. bilingüe: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, Sevilla, 2008.

LOPES, José Antonio Viana (org.). **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem. Ed. bilíngue. Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, Sevilla, 2008.

LOWENTHAL, David. Caribbean views of caribbean land. **Canadian Geographer**, v. 5, n. 2, p. 1-9, 1961.

MACHADO, Ana Maria. **As viagens de Marco Polo**. São Paulo: Scipione, 2016.

MARAINI, Fosco. Marcolo Polo Italian explorer. **Enciclopedia Britannica**, Londres, 1998. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Marco-Polo>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MARANHÃO. Agência de notícias. **Aeroporto de São Luís alcança recorde de 1,5 milhão de passageiros em 2023**. 2024. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/aeroporto-de-sao-luis>. Acesso em: 09 abr. 2024.

MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de desenvolvimento integral do turismo do Maranhão**: Plano Maior. São Luís, 1999.

MARANHÃO. Observatório do Turismo do Maranhão. **Pesquisa de demanda turística São João do Maranhão 2023**. 2023. Disponível em: <https://observatorio.turismo.ma.gov.br/files/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MARANHÃO. **Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano**. 2009. Disponível em: <https://secid.ma.gov.br/sobre-secid>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MARINHO, Walkir. Obras em São Luís: Parceria garante revitalização da João Lisboa e Largo do Carmo e construção da Praça das Mercês. **Blog Hora Extra**, 2019. Disponível em: <https://horaextra.slz.br/obras>. Acesso em: 09 set. 2024.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3ª ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MATAVELE, Amélia Agostinho. **Eventos como estratégia de diversificação de produto turístico nos destinos turísticos**. 2016. 48f. Monografia (Licenciatura em Animação Turística) – Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, Universidade Eduardo Mondlane. Inhambane. Disponível em: <https://monografias.uem.mz/jspui/handle/123456789/1470>. Acesso em: 30 jun. 2024.

KOTLER, U. Paisagem - uma definição ambígua. C.J.Arquitetura: Revista de arquitetura, planejamento e construção. Rio de Janeiro: FC Editora, n. 12, ano 3, 1976. In: MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Revista RA'EGA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004. ISSN: 2177-2738. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391/2719>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Conferência Magna. **O campo do patrimônio cultural**: uma revisão de premissas. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Outro Preto, 2009. p. 25-39.

MIOSSEC, Jean-Marie. L'image touristique comme introduction à la géographie du tourisme. **Annales de Géographie**, v. 86, n. 473, p. 55-70, 1977.

MORAES, Ana Clésia Soeiro; SOUZA, Carlos Wagner Galvão; RABELO, Fabiana de Jesus; TEIXEIRA, Maria da Glória de Sousa; RIBEIRO, Raimunda de Sousa; PINHEIRO, Thayanne Leite. **Relatório de Campo do Bairro Desterro**. Relatório apresentado ao curso de Geografia Licenciatura/Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção de nota na disciplina de Geografia Urbana. Dezembro de 2024 (não publicado).

MORAES, Daniel. Xirizal do Oscar Frota: O dia a dia em um dos principais pontos de prostituição da capital. **O Imparcial**, 2017. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/07/oscar-frota-o-dia-a-dia-de-um-dos-principais-pontos-de-prostituicao-da-capital/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MOURA, Eloina; TRIBOUILLARD, Clementine . Preservar ou acolher? São Luís mostra que é possível conciliar ambos os objetivos. **Banco Interamericano de Desenvolvimento**, 2022. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/preservar>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG. Território Brasília, 2002.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

O IMPARCIAL. São Luís promove *presstrip* de afroturismo no Maranhão: Na oportunidade, jornalistas e criadores de conteúdo conhecerão as riquezas culturais, patrimoniais, gastronômicas e religiosas de São Luís. **Jornal O Imparcial**, 2024. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2024>. Acesso em: 10 ago. 2024.

OLIVEIRA, Natália Araújo de. **Afroempreendedorismo e responsabilidade social/corporativa: turismo e cultura afrodiáspórica no Brasil**. RITUR Revista Iberoamericana de Turismo, Penedo, v: 12, n: 02, pp. 4-23, 2022. ISSN: 2236-6040. Disponível em: file:///C:/Users/jrcos/Downloads/silvana,+4_231+Oliveira.pdf. Acesso em: 26.01.2025.

OMT, Organização Mundial do Turismo. **International Tourism to reach pre-pandemic levels in 2024**. 2024. Disponível em: <https://www.unwto.org/news/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

PEARCE, Douglas. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

PEREIRA, Danilo Celso. Patrimônio Cultural e Geografia: uma análise sobre a operacionalização dos Conceitos de paisagem, território e lugar nos processos de patrimonialização. **Revista Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, Volume 12, p. 81-100, n.1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2022.51354>.

PIMENTEL, Maurício Ragagnin; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Geografia e Turismo: em busca de uma interação complexa. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Rio Grande do Sul, v.7, n.3, p. 440-458, jul-set, 2015. ISSN: 2178-9061. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v7iss3p440>.

PINTO, Neres. Confira a história de becos e ruas de São Luís com nomes diferentes. **O Imparcial**, 2020. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2020/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

POPPER, Paul. **Imagens de São Luís do Maranhão**. 16 de janeiro de 1965. Getty images, imagens criativas. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/search/>. Acesso em 17 fev. 2025.

WOLF, Klaus; JORCZEK, Peter. *Geographie der Freizeit und des Tourismus*. Stuttgart, Ulmer, 1986, p. 7-37. In: REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira**. Campinas: Papyrus, 1996.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

RIBAS, Marlon Dornelles; SILVA, Adriana Pisoni da. Turismo e relações internacionais: uma breve abordagem de teoria e história. In: IV Encontro SEMINTUR JR. – UCS, 08 de novembro de 2013. [Anais...]. Caxias do Sul: UCS, 2013. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/turismo_e_relacoes_internacionais.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

RIBEIRO, Alaide Matias; VASQUES, Márcia Severina. A Geografia de Estrabão e a descrição do Norte da África no Império Romano. **Clássica**, v. 34, n. 2, 2021. ISSN: 2176-6436. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8265101.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

RIBEIRO, Juliana. Ocupação da antiga Oleama abre debate sobre uso de prédios no Centro Histórico. **Jornal O Imparcial**, 2018. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2018/09/ocupacao-da-antiga-oleama-abre-debate-sobre-uso-de-predios-no-centro-historico/> Acesso em: 15 fev. 2025.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.

ROCHA, Diego Uliano. A roteirização turística dos destinos sob o olhar do mapeamento participativo: contribuições para a busca de um turismo inclusivo. In: **Dossiê Turismo: entrecruzamentos de cultura, memória e desenvolvimento**. Arquivos do CMD, Volume 8, N.1. Jan/Jul 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/>. Acesso em: 09 set. 2024.

RODRIGUES, Denise dos Santos. **Cidade em preto e branco: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra**. 2021. 144f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

RODRIGUES, Walter. Aos 61 anos, Sarney manda construir sua sepultura. **Jornal da tarde**, 1991. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SALGUEIRO, Valéria. **Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 289-310, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6hKN4T5Shdv7gn5w7c8RWRf/#> Acesso em: 15.12.2024.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ZECHNER, Talita; HENRÍQUEZ, Christian; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes; FERNANDES, Soraia. **Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. 2014;8(1):42-58. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=504151938004> Acesso em: 03.04.2025.

SÃO LUÍS, Prefeitura Municipal. Características do Bairro do Desterro: o patrimônio intangível. In: NUNES, Karla Cristina Santos (Org.). **Desterro: um bairro além dos mapas**. IPHAN/Prefeitura de São Luís, QG Qualidade Gráfica e Editora, São Luís, 2005.

SÃO LUÍS, Secretaria Municipal de Turismo. **Atenas**. Sistema de Inteligência Turística da Cidade de São Luís: fluxo de visitantes, São Luís, 2024. Disponível em: <https://transparenciabi.saoluis.ma.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SÃO LUÍS, Secretaria Municipal de Turismo. **Encontro de Afroturismo de São Luís**. 24 e 25 de maio de 2024, São Luís. Disponível em: <https://www.sympla.com.br/evento/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SÃO LUÍS, Prefeitura Municipal. **Prefeitura de São Luís avança com projeto de requalificação do Complexo Trapiche Santo Ângelo**. 2023. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/semispe/noticia/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SAUER, Carl. Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

SCIFONI, Simone. A natureza desigual do patrimônio cultural e outras perspectivas. In: PAES, Maria Tereza Duarte.; SOTRATTI, Marcelo Antônio (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias**. São Paulo, Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

SERPA, Angelo. Milton Santos e a paisagem: parâmetros para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea. **Paisagem Ambiente: Ensaios**, n. 27, São Paulo, p. 131-138, 2010.

SILVA, Creudecy Costa da. **Nos labirintos do patrimônio: representações sobre o bairro do Desterro**. 2005. 182f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFMA. São Luís.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. Arquitetura tradicional luso-brasileira em São Luís do Maranhão. In: **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Ed. bilingue. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Varandas de São Luís: gradis e azulejos**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.

SILVA, Gisele Polanski França da. **Domingo é dia de Feirinha São Luís: (re)viver em festa e entre paisagens patrimoniais e turísticas**. 2021. 112f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís.

SILVA, Hygor Castro da; ALMEIDA, João Batista; SERRÃO, Lahylton De Sousa; FRANÇA, Luydriann de; MELO, Matheus Torres; CORREA, Rayane Silva. **Relatório de Campo: Ampliar os conhecimentos sobre a influência das comunidades afrodescendentes no processo de formação socioeconômico do Brasil, com base no estudo de caso do Bairro Desterro, em São Luís/ Ma**. Relatório apresentado ao curso de Geografia Licenciatura/Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção de nota na disciplina de Geografia Urbana. Dezembro de 2024 (não publicado).

SILVA, Lemuel; LOPES JUNIOR, Orivaldo. Globalização – de sua gênese mercantilista ao neoliberalismo burguês. **Revista eletrônica Inter-legere**, Rio

Grande do Norte, n.03, jul/dez, p.1 – 13, 2008. ISSN: 1982-1662. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/%20interlegere/article/view/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SILVA, Maria Celeste Gomes da. **Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial, 1755-1800**. In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC, de 15 a 18 de maio de 2013. Disponível em: <https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/>. Acesso em: 09 set. 2024.

SILVA, Robson Rodrigues. **Relatório de Campo: Especializando memórias**. Relatório apresentado ao curso de Geografia Licenciatura/Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção de nota na disciplina de Geografia Urbana. Dezembro de 2024 (não publicado).

SILVEIRA, Maria Laura. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrel (Org.). **Turismo: Modernidade. Globalização**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 36-45.

SOUSA, Guilherme Castro. Você conhece o afroturismo? Turismo cultural afrocentrado traz vida ao passado brasileiro. **Jornal da USP no Ar**. 1ª edição, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/voce-conhece-o-afroturismo-turismo-cultural-afrocentrado-traz-vida-ao-passado-brasileiro/>. Acesso em: 09 set. 2024.

SOUSA, Jhonatan Uelson Pereira. **Alguns desafios ao planejamento e desenvolvimento do Maranhão, Brasil: contexto histórico, obstáculos e estratégias de superação**. In: Planejamento e políticas públicas, n. 37, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/244>. Acesso em: 9 ago. 2024.

SOUSA, Luís Eduardo Castro. **Relatório de Geografia Urbana: estudos do processo urbano do Bairro do Desterro, localizado no Centro de São Luís do Maranhão**. Relatório de campo apresentado ao curso de Geografia Licenciatura/Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção de nota na disciplina de Geografia Urbana. Dezembro de 2024 (não publicado).

SOUZA, José Arilson Xavier de. **A ressignificação religiosa do turismo regional: um estudo geográfico-cultural do Santuário de Fátima da Serra Grande**. 2009. 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências. Fortaleza.

SOUZA, José Arilson Xavier de; PAES, Maria Tereza Duarte. Caminhadas guiadas pelo turístico Centro Histórico de São Luís-MA – paisagem: como se faz. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 95, p. 97–112, 2023. ISSN: 1678-6343. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/66971>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SOUZA, José Arilson Xavier de; SILVA, Elisabete de Fátima Farias; MARQUES, Ana Rosa. Bairro Desterro, Centro Histórico de São Luís do Maranhão: valores e sentidos do patrimônio cultural. In: SOUZA, José Arilson Xavier de; PAES, Maria Teresa Duarte (Orgs.). **Abordagem geográfica do patrimônio cultural**. Campinas: Amazônica Bookshelth, 2024.

SOUZA, Júlia Pontes de. **O afroturismo no mercado brasileiro**. Artigo (Especialização em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais) – USP. Escola de Comunicação e Artes (Centro de Estudos Latino-Americanos sobre a Cultura e Comunicação), São Paulo, 2022.

TAVARES, Adriana. **City Tour**. São Paulo. Aleph, 2002.

TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. **O novo mundo na França: discursos e poderes (c. 1530 – c. 1630)**. 2014. 432f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.

THE NEW YORK TIMES. **52 places to go on 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2023/travel/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

TILDEN, Freeman. **Interpreting our heritage**. University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1967.

UNESCO. **Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel**, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/fr/conventiontexte/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

UNESCO. **Historic Centre of São Luís**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/821/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

VERA, José Fernando et al (Orgs). **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

WAGNER, Philip L.; MIKESELL Marvin W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. A abordagem cultural na Geografia. **Temporais (ação)**, Universidade Estadual de Goiás, v.1, p. 249-262, 2008. ISSN: 2317-5516. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ZUBARAN, Maria Angélica; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Interloquções sobre estudos afro-brasileiros: pertencimento étnicoracial, memórias negras e patrimônio cultural afrobrasileiro. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 130-140, 2012. ISSN: 1645-1384.

APÊNDICES

Apêndice A: Entrevista para guias de turismo

Projeto de Pesquisa de Mestrado – PP GEO-UEMA

PENSAR A PAISAGEM, FAZER ROTEIRO TURÍSTICO: PELOS CAMINHOS DO BAIRRO DO DESTERRO, CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA

Este roteiro de questões tem como intenção alcançar experiências e percepções dos guias de turismo com relação ao Bairro do Desterro, São Luís, com vistas a colaborar para a Dissertação do pesquisador

1. Nos fale sobre o tempo e sua experiência enquanto guia de turismo. O que este trabalho significa na sua vida?
2. Como é guiar turistas no Centro Histórico de São Luís? Quando você iniciou este trabalho no Centro?
3. Você acha que o Centro Histórico é trabalhado em toda a sua potencialidade turística? Quais políticas, na sua visão, poderiam ser melhoradas neste sentido?
4. Pela sua prática e experiência de guia que tem como “plataforma de trabalho” o Centro Histórico, qual a imagem que o público geral tem do Bairro do Desterro? Ele é procurado, é bem aceito pelos turistas? Reflita.
5. Na sua opinião, por que não se investe tanto em termos de turismo no Desterro como se faz na Praia Grande? O que o Desterro não tem (ou tem) que resulta neste quadro?
6. Qual avaliação você (pessoa e guia) faz do Desterro?
7. Você costuma transitar com os visitantes pelas ruas e paisagens do Desterro? O que o Bairro ensina ou poderia ensinar para os visitantes? Justifique.
8. O que representaria a execução de roteiros turísticos no bairro Desterro?

Outros acréscimos: _____

Agradecidos!

José Ribamar da Costa Filho (Mestrando)
Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza (Orientador)
Profa. Dra. Elisabete de Fátima Farias Silva (Coorientadora)

Apêndice B: Entrevista para moradores e frequentadores do Bairro do Desterro

Projeto de Pesquisa de Mestrado – PPGeo-UEMA

PENSAR A PAISAGEM, FAZER ROTEIRO TURÍSTICO: PELOS CAMINHOS DO BAIRRO DO DESTERRO, CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA

Este roteiro de entrevista tem como intenção alcançar experiências e percepções moradores e frequentadores relação ao Bairro do Desterro, São Luís, com vistas a colaborar na Dissertação do pesquisador-entrevistador.

1. Há quanto tempo mora no Desterro? Para você, o que significa morar aqui?
2. Pela sua experiência, o que mudou ao longo dos anos na dinâmica do Bairro? Como você percebe as ruas e as paisagens do Bairro?
3. Na sua opinião, qual a imagem que a cidade tem do Bairro Desterro? E quem mora aqui concorda com essa imagem?
4. Em termos de turismo no Centro Histórico, como você percebe o Desterro neste cenário? As pessoas do Bairro discutem isso?
6. Se você fosse um “político”, quais projetos você desenvolveria no Desterro hoje?
7. Como você se sente quando vê turistas pelas ruas do Desterro? O que o Bairro ensina ou poderia ensinar para os visitantes? Reflita
8. Você acha que seria interessante o desenvolvimento de roteiros turísticos no Bairro? Se sim, por quê? E quais seriam os principais atrativos?
9. Na sua visão, por que não se investe tanto em turismo no Desterro como se faz na Praia Grande? O que o Desterro não tem (ou tem) neste sentido?
10. Por outro lado, você acha que o turismo pode trazer problemas à comunidade? Se sim, explique que tipo de problema.

Outros acréscimos: _____

Agradecidos!

José Ribamar da Costa Filho (Mestrando)
 Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza (Orientador)
 Profa. Dra. Elisabete de Fátima Farias Silva (Coorientadora)